

Flademir Gonçalves Dantas

A TEMÁTICA INDÍGENA
NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE HISTÓRIA DO
**RIO GRANDE
DO NORTE**
(1952-1994)



Flademir Gonçalves Dantas

A TEMÁTICA INDÍGENA
NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE HISTÓRIA DO
**RIO GRANDE
DO NORTE**
(1952-1994)



EQUIPE EDITORIAL

Autor: Flademir Gonçalves Dantas

Coordenação do Projeto: Ernesto Padovani Netto e Eder Monteiro

Revisão de normas técnicas (ABNT): Elizier Junior Araujo dos Santos

Diagramação: Pablo Madeira - Diagramação Editorial

Capa: HD - Serviços Editoriais

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução de parte ou totalidade da obra sem a autorização prévia do autor e editora.

Os textos presentes neste livro são antigos e mantiveram a escrita da época em que foram produzidos.

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

D192t

Dantas, Flademir Gonçalves

A temática indígena nos livros didáticos de história do Rio Grande do Norte (1952-1994) / Flademir Gonçalves Dantas; Prefácio de Margarida Maria Dias de Oliveira. – Ananindeua-PA: Cabana, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85733-87-8

1. Ensino de história no Rio Grande do Norte. 2. Representação indígena em livros didáticos. I. Dantas, Flademir Gonçalves. II. Oliveira, Margarida Maria Dias de (Prefácio). III. Título.

CDD 372.89

Índice para catálogo sistemático

I. Ensino de história no Rio Grande do Norte

Dedico esse singelo texto à minha amada família Gonçalves Dantas, em especial aos meus filhos, Louise Melo Dantas, Pedro Fernandes Moreira Dantas e Maria Letícia Moreira Dantas, que esse trabalho sirva de inspiração, pois somos do tamanho dos nossos sonhos! Ousemos sonhar!

Dedico igualmente a todos os povos indígenas das terras potiguares!

PREFÁCIO

Margarida Maria Dias de Oliveira¹

O livro de Flademir Gonçalves Dantas é fruto da pesquisa que resultou em sua Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2018.

Seu ator foi meu aluno na graduação e me procurou alguns anos depois para que eu orientasse seu trabalho de Dissertação. Mesmo assim, não me considero formadora de Flademir. Explicarei minha afirmação.

Flademir Gonçalves Dantas é Bacharel e Licenciado em História (UFRN, 2007); Bacharel em Direito (UFRN, 2017); Especialista em Metodologia do Ensino de História (UNINTER, 2011); Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido (IFRN, 2016); Especialista em Direito Público (UERN, 2018), Especialista em História Militar (UNINA, 2023). Ele também é Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; Primeiro Sargento Bombeiro Militar e autor dos livros “A Cidade em Chamas: o serviço

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1988), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História e Metodologia do Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, livros didáticos de História, formação de professores, historiografia, memória e patrimônio cultural (histórico). Atualmente é professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi representante de História na Comissão Técnica do PNLD nas avaliações de 2007, 2008, 2010, 2011, 2013 e 2014. É coordenadora da Coleção Ensino de História da EDUFRN que conta, atualmente, com sete volumes. Coordenadora da Linha de Pesquisa História e Espaços do Ensino do Grupo de Pesquisa Espaços, poder e práticas sociais na UFRN.

de extinção de incêndios em Natal/RN (1917-1955)”, “Ressurgindo das Cinzas: o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (1955-1976)” e “Guerreiros da Paz: a Seção Contra Incêndios da Base Aérea de Parnamirim/RN (1942-1976)”.

Por isso, ressalto, que não foi a Pós-graduação que formou o pesquisador, mas ele com seus amplos interesses, disciplina de estudos e pesquisas e disposição para enfrentar as dificuldades e desafios de se embrenhar em meio a jornais antigos, arquivos das instituições e coletar livros raros que delineia Flademir Dantas como um exímio pesquisador.

Aliás, permitam-me uma outra observação, Flademir Dantas tem prestado um grande serviço, sistematizando dados em forma de narrativas sobre os bombeiros em Natal e no Rio Grande do Norte, como evidenciam os títulos elencados anteriormente.

Todas as vezes que conversava comigo sobre as publicações dos seus livros, começava sempre com uma afirmação que diferenciava o tipo de narrativa que fazia e, com isso, comparando-os aos feitos na Universidade, tinha um tom desqualificador dos seus trabalhos para o grande público. Um dia eu disse que não aceitaria mais tal afirmativa, que seria fundamental que ele refletisse sobre a importância de termos narrativas mesmo que considerássemos cronológicas-lineares e, até oficiais. Afinal, o que seria da crítica se não nos deparássemos com essas histórias-memórias que chegam para que construamos marcos e referências gerais?

Neste trabalho que temos em mãos, o autor conseguiu a proeza de reunir livros didáticos sobre a História do Rio Grande do Norte que estavam espalhados por bibliotecas várias, sebos e outros repositórios e que, por isso, não eram referenciados como didáticos.

O autor os reuniu, analisou seus formatos em comum, a destinação do público, a narrativa e recortou um tema para fazer comparações, interpretações e investigações específicas. O resultado foi este trabalho que frutificou de imediato na possibilidade de novos estudos. Emerson Naylton, também no PPGH/UFRN, se utilizou da

contribuição colecionadora e analítica de Flademir Dantas e fez um novo estudo. Considero que se não tivesse nenhuma outra recompensa, só essa falaria muito da importância desse trabalho.

Mas, não é só isso. O trabalho agora transformado em livro pode ajudar a um sem-número de cidadãos potiguaros, pesquisadores, professores, a conhecerem a miríade de autorias, formatos, editoras e narrativas de livros didáticos de História do Rio Grande do Norte em especial sobre os povos originários.

Para um estado que carrega a denominação de potiguar para os que nascem aqui e para os muitos que o adotaram como espaço de vivência e dedicação, a contribuição que ora se devolve à sociedade é venturosa, desejada, significativa.

Espero que as pessoas que lerem este livro entendam que seu autor tem escrito sobre instituições e materiais de publicização do conhecimento histórico, mas mais do que isso, ele tem pensado como os seres humanos têm pensado, agido e sentido em épocas diferentes sobre fenômenos diversificados e que, com isso, tem registrado a partir da sua ampla e diversificada experiências e reflexões as amplas possibilidades de atuação dos profissionais de História.

Flademir Dantas faz com competência o diálogo academia-sociedade e tem com isso provocado a todos nós discussões fundamentais sobre nossas obrigações como profissionais e como cidadãos. Desfrutem da leitura, mas também reflitam sobre acervos necessários para pesquisa, acessibilidade dos arquivos e bibliotecas, direitos que precisam ser garantidos sejam aos pesquisadores ou aos cidadãos que busquem na cultura letrada o diálogo com os saberes e experiência que todas as pessoas que vivem em sociedade comportam.

Boa leitura!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa árdua, ainda mais nesses tempos pós-pandêmicos, pois podemos cometer injustiças, mas também enaltecer pessoas importantes nesse processo de construção textual de mais de dois anos de dedicação e esforço para a conclusão desse singelo trabalho que hora se concretizou.

Antes de tudo, me curvo ao Deus infinitamente bondoso que me manteve em pé durante essa caminhada, confesso que por vezes pensei em desistir, cansado da rotina no trabalho, das atividades de pesquisa, e da dedicação ocasionada pelo nascimento do meu tão amado filho, Pedro Fernandes Moreira Dantas.

Agradeço aos meus pais, Fernandes Ferreira Dantas, um homem simples, pedreiro de ofício, que sempre trabalhou diuturnamente para manter minha família, e, a minha mãe, Severina Gonçalves Dantas, uma mulher de opiniões fortes, dona de casa dedicada e amorosa com seus três filhos, sem vocês meus pais, certamente não teria chegado tão longe, onde nunca havia imaginado ou quiçá sonhado um dia chegar. Minha eterna gratidão a vocês, e da nossa forma singular, amo vocês!

Aos meus irmãos que tanto me inspiram, Flávio Gonçalves Dantas, que já nos apresentou com seu mestrado, e a minha tão estimada irmã Fernanda Daniele Gonçalves Dantas, a primeira doutora da Família Gonçalves Dantas. Saibam que são exemplos de que a educação transforma nossas vidas! Obrigado por tudo!

Aos amores da minha vida, meus filhos, Louise Melo Dantas, Pedro Fernandes Moreira Dantas e Maria Letícia Moreira Dantas, cada lágrima derramada, cada suor desprendido, cada noite mal dormida fortaleceram meu caminhar para conquista desse objetivo tão desejado e sonhado!

À minha esposa Larissa Dantas que se desdobrou em duas, às vezes em três, diante da maternidade e de uma casa com um bebê de poucos meses. Muitas vezes estive ausente do convívio mais próximo, pois a rotina do dia-a-dia consumia inteiramente meu tempo, mas ela sempre me deu forças pra seguir em frente, com seu carinho e dedicação. Muito obrigado por tudo!

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, extensivo aos servidores e, em especial, aos professores Raimundo Nonato pelas infindáveis sugestões durante o Seminário de Pesquisa, Helder Viana, Raimundo Arrais e Durval Muniz pelas discussões sobre História e Espaço que nortearam nossa trajetória durante o mestrado que culminou com a publicação desta obra.

Aos professores Francisco das Chagas Fernandes Santiago Junior e Magno Francisco de Jesus Santos, pelos apontamentos e sugestões para que esse trabalho chegasse ao resultado que hora se apresenta. Meu muito obrigado pelas críticas e elogios.

Agradeço da forma mais amorosa possível à orientação primorosa da professora Margarida Maria Dias de Oliveira, a quem tenho como amiga e exemplo de historiadora que se posiciona frente aos desafios do nosso tempo. Sempre presente e prestativa, me conduziu da forma mais eficiente e carinhosa possível pelos caminhos que deveriam ser seguidos, demonstrando as falhas com seus puxões de orelhas, mas também apontando os acertos durante a tessitura desta obra.

Agradeço aos amigos do mestrado, em especial à Eudymara Queiroz pelo companheirismo durante as disciplinas, aos colegas de turma Emanuel Jardel, Jenilda Sousa, João Guilherme e Luana Azevedo por dividirem comigo o fardo pesado de tantas leituras, fichamentos e seminários.

Aos amigos que outrora embarcaram comigo no sonho e nos estudos para seleção do mestrado ainda em 2012, os mestres que me inspiraram desde sempre, Arlan Eloí Leite da Silva e Anderson da

Silva Soares, meu agradecimento especial. Esse trabalho tem muito da contribuição de vocês dois!

A minha amiga Vanessa Bezerra, que me acompanha desde a graduação passando pela especialização, culminando com a luxuosa correção do texto final deste livro. Obrigado por ser tão competente, discreta e eficiente.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Titulação e âmbito de atuação profissional dos autores

Quadro 2 – Guia das FontesQuadro 3 – Ocupação das expressões indígenas nos livros didáticos

Quadro 4 – Ocupação da temática indígena nos livros didáticos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Local de publicação e quantidade dos Livros Didáticos

Gráfico 2 – Nível de Ensino indicado nos Livros Didáticos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Reprodução de diálogo presente no Capítulo 1
- Figura 2 – Reprodução de ilustração que inaugura o capítulo 27
- Figura 3 – Mapa fisiográfico
- Figura 4 – Mapas com a produção econômica
- Figura 5 – Mapa de vias de comunicação
- Figura 6 – Mapa físico
- Figura 7 – Mapa político
- Figura 8 – Mapa com a localização das etnias indígenas
- Figura 9 – Mapa com divisão em microrregiões
- Figura 10 – Mapa hidrográfico
- Figura 11 – Mapa político
- Figura 12 – Mapa com localização dos Potiguares
- Figura 13 – Mapa do local onde foi chantado o marco de posse
- Figura 14 – Mapa da divisão do Brasil em capitanias hereditárias
- Figura 15 – Mapa hidrográfico, vias de comunicação e político
- Figura 16 – Mapa com a divisão territorial
- Figura 17 – Mapa da rota de Cabral
- Figura 18 – Mapa das expedições exploradoras

Figura 19 – Mapa das capitanias hereditárias

Figura 20 – Reprodução de Atividade 70

Figura 21 – Territórios indígenas tradicionais no início do processo colonizador

Figura 22 – Grupos indígenas tradicionais no início do processo colonizador

LISTA DE SIGLAS

UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
MEC	Ministério da Educação
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
IFESP	Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy
BLD	Biblioteca do Livro Didático
LABIM	Laboratório de Imagens
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
ANRL	Academia Norte-rio-grandense de Letras
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
URRN	Universidade Regional do Rio Grande do Norte
FURRN	Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
GRUPEHQ	Grupo de Pesquisa e Histórias em Quadrinhos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	6
AGRADECIMENTOS.....	9
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE FIGURAS	14
LISTA DE SIGLAS.....	16
1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 A temática indígena nos livros didáticos de história do Rio Grande do Norte.....	30
1.2 O livro didático de história.....	37
2 HISTORIOGRAFIA DIDÁTICA	42
UM MAPEAMENTO, RETRATO DOS AUTORES.....	42
2.1 Atheneu Norte Riograndense.....	45
2.2 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.....	50
2.3 Escola Normal.....	55
2.4 Academia Norte-Rio-Grandense de Letras	58
2.5 Universidade Federal do Rio Grande do Norte	61
2.6 Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.....	62
3 UMA CARTOGRAFIA DOS LIVROS DIDÁTICOS.....	73
3.1 Escolhas didáticas: a ausência dos exercícios e atividades	77
3.2 A fotografia como recurso didático.....	84
3.3 Os mapas como recurso didático	90

3.4 Apresentação das fontes.....	109
3.5 A materialidade dos livros didáticos e a temática indígena.....	125
4AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE:1952 - 1994.....	130
4.1 A selvageria como característica.....	136
4.2 A ausência da diversidade étnico-cultural.....	143
4.3 A herança das toponímias indígenas como homenagem póstuma.....	153
4.4 A questão do descobrimento e o encobrimento indígena.....	158
4.5 A figura contraditória do Índio Poti.....	162
4.6 As narrativas do genocídio indígena: extermínio e desaparecimento.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	192
1) Livros	192
2) Monografias, dissertações e teses.....	199
3) Artigos.....	203
4) Legislação e normativas.....	205
5) Jornais.....	206

1

INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é analisar como as nações indígenas são apresentadas em 11 livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, tendo como marco temporal inicial o livro escolar mais antigo localizado na pesquisa, *Geografia e História do Rio Grande do Norte* datado de 1952, do professor Clementino Câmara, e como marco final a obra da professora e socióloga Marlúcia Galvão Brandão, dividida em dois volumes, intitulada *Rio Grande do Norte: Nossa gente... Nossa História* de 1993 e 1994, livros que inauguram uma proposta singular no sentido de abarcar somente o conteúdo da História, diferentemente dos nove livros da pesquisa que tratam concomitantemente os componentes da História e Geografia dentro dos moldes da antiga disciplina de Estudos Sociais.

Os livros localizados na pesquisa tiveram circulação nas escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Norte. Alguns deles, após a sua publicação, foram republicados e reeditados diversas vezes, formando diferentes gerações de estudantes potiguares e assumindo um papel importante na educação norte-rio-grandense.

Inicialmente, após um levantamento bibliográfico sobre o livro didático, identificamos que as pesquisas em torno do livro didático de História do Rio Grande do Norte ainda caminham lentamente. Ao consultarmos o Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte² e BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dis-

² Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/handle/123456789/1>. Acesso em: 19 out. 2020.

sertações³, nos deparamos com apenas uma monografia apresentada em 1999, de autoria de Maria Dagmar Ribeiro, intitulada *A fundação da cidade do Natal: o olhar da historiografia e seu reflexo nos livros didáticos*, que faz uma análise, ainda que superficial, de sete livros didáticos e apostilas de História do Rio Grande do Norte, tendo como objeto central de sua análise a fundação da cidade do Natal.

Em artigo denominado *História do Rio Grande do Norte no Período Imperial no Livro Didático: Abordagens, Problemas e Ensino* (SILVA, Maria; COSTA; LOPES; SANTOS, R., 2014), os autores discutem como a história do Rio Grande do Norte, no período específico do Império (1822 a 1889), é tratada em três livros didáticos de História do Rio Grande do Norte. Em outro artigo, *Considerações acerca das influências historiográficas locais nos Livros Didáticos de História do Rio Grande do Norte* (CARLOS; SILVA, José; BRAZ; ROSA; LOPES, F., 2012), os autores tratam da influência de escritores clássicos da historiografia potiguar (Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo) sobre algumas das produções mais recentes de história do Rio Grande do Norte usadas no ensino médio. Entretanto, apesar de analisarem os livros citados como se fossem didáticos, os mesmos não são considerados livros didáticos, conforme definição utilizada na presente pesquisa.

Em nível de pós-graduação, encontramos três trabalhos defendidos no Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que tratam do livro didático. A dissertação denominada *História para ver e entender o passado: cinema e livro didático no espaço escolar - 2000 a 2008*, de Leda Potier (2014), que analisou a utilização do cinema no espaço escolar, por meio das indicações contidas nos livros didáticos de História do Brasil e Geral. A dissertação intitulada *Os usos e funções do ensino de história a partir da disciplina 'Cultura do RN' - 2007 a 2013*, de Katiane Martins Silva

³ Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/11883>. Acesso em: 19 out. 2020.

(2015), buscou problematizar o ensino de História em relação a sua utilização para comunicar determinada ideia do que seja a cultura do Rio Grande do Norte por meio da institucionalização da disciplina “Cultura do RN”, analisando o livro *Introdução à Cultura do Rio Grande do Norte*. Já no trabalho *Espaço escolar e livro didático de História no Brasil: a institucionalização de um modelo a partir do Programa Nacional do livro didático - 1994 a 2004*, de Jandson Soares (2017), o autor buscou compreender os elementos que estruturaram o espaço escolar, as relações e ações desenvolvidas pelos sujeitos históricos no momento de produção dos critérios de qualificação dos livros didáticos de História, bem como as formas, sentidos, usos e funções atribuídas ao saber histórico escolar.

Os três autores realizaram trabalhos que tratam da questão do espaço escolar, cada um a sua forma, demonstrando que esse espaço é um constructo formado a partir de relações sociais distintas, possuidor de signos e significados que estão para além de sua estrutura física (SILVA, K., 2015, p. 17), ao tempo que é, também, dialético, posto que se relaciona família, governo, professores e materiais didáticos (POTIER, 2014, p. 32), da mesma forma, marcado por uma lógica de trocas difusas que envolvem sujeitos diversos aportados a um mesmo conjunto de signos e significados (SOARES, J., 2017, p. 19).

A atual realidade do livro didático em História do Rio Grande do Norte denuncia uma série de problemas em relação à quantidade do material, que geralmente é escassa, havendo pouca variedade de exemplares para utilização em sala de aula. Em igual situação encontra-se a qualidade deste material, haja vista a reprovação de livros no Programa Nacional do Livro Didático. Esses dados denunciam as deficiências em qualidade e quantidade do livro didático em História do Rio Grande do Norte. Uma constatação é que há poucos trabalhos que estudam a temática da presente pesquisa, revestindo de importância para a produção historiográfica e para reflexão acerca desse objeto tão presente e, ao mesmo tempo, ausente no espaço escolar, o

que ocorre com a temática indígena, negligenciada em boa parte da produção didática do Rio Grande do Norte.

Desta forma, para chegarmos ao número de 11 livros didáticos, percorremos um caminho, nesse sentido, destacamos que as pesquisas são perpassadas por uma trajetória, com esse livro não foi diferente.

Primeiramente, julgamos importante descrever a epopeia para localizar e organizar o nosso acervo documental. Nesse sentido, remontamos a ideia de construir um projeto de pesquisa que abarcasse os livros didáticos de História do Rio Grande do Norte gestado no meu desejo de ingressar no Mestrado em História, com Área de Concentração em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ainda em 2012, quando participei do Processo Seletivo, entretanto, não logrei êxito nessa primeira tentativa. O sonho foi deixado de lado momentaneamente e, por vezes, precisamos nos afastar um pouco de determinados objetivos, ganhar fôlego e retornar mais forte para os desafios que a vida nos impõe.

Nesse ínterim, fui aprovado por duas vezes, inicialmente na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e posteriormente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para cursar Direito. Missão dada, missão cumprida. Ingressei ainda no ano de 2012 e, passados cinco anos e meio, eis que concluo a graduação em Direito pela UFRN.

De alguma forma, aquela frustração de não ter sido aprovado no Processo Seletivo em 2012, ainda me corroía por dentro. Eis que retomei as leituras da bibliografia do último certame e, desta vez, consegui a tão sonhada aprovação no Processo Seletivo de 2018. O projeto de pesquisa, desde o primeiro momento, era de investigar livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, muito devido ao fato de ser professor das disciplinas História e Cultura do Rio Grande do Norte no Programa Social Bombeiro Mirim.

É oportuno acrescentar que já havia concluído duas especializações tendo como trabalho de conclusão de curso a temática do livro didático de História do Rio Grande do Norte: A questão do

“descobrimento do Brasil” nos livros de História do Rio Grande do Norte, pela UNINTER, em 2011, e Educação Ambiental no Livro Didático de História do Rio Grande do Norte do Ensino Fundamental, pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte, em 2016.”

Posto isso, minha leitura inicial dos livros didáticos que tinha em mãos (**Para Conhecer a História do Rio Grande do Norte**, das professoras Marlene Mariz e Valda Tolkmitt, datado de 2005, e **Rio Grande do Norte, História, Cultura e identidade**, Marlúcia Brandão, do ano de 2008) era de que se tratavam de materiais escassos e de qualidade até certo ponto questionável. Questionável pelo fato de os livros não terem sido aprovados pelo PNLD, e de outro lado, pela dificuldade de localizar os livros didáticos que tratam da História potiguar.

Ao ingressar em 2018 no Mestrado em História e Espaços, tive acesso ao Memorial do Programa Nacional do Livro Didático. O Memorial visa dar acesso às obras inscritas para avaliação do Programa, além de outros materiais do processo como editais, pareceres e guias. Estão preservadas em formatos físico e digital as obras cedidas pelo Ministério da Educação (MEC) que cobrem o período de 1985 a 2018⁴.

Desta forma, a viabilidade do acesso aos estudantes e pesquisadores pela via eletrônica facilitou sobremaneira o contato com os primeiros livros didáticos de História do Rio Grande do Norte. No Memorial do PNLD localizei quatro importantes obras que inicialmente faziam parte do acervo documental desta pesquisa, são elas: *Rio Grande do Norte: História e Geografia*, de Raimunda Almeida e Maria das Neves Castro (1995); *Para Conhecer a História do Rio Grande do Norte*, de Marlene Mariz e Valda Tolkmitt (2005); *Rio Grande do Norte, História, Cultura e identidade*, da professora Marlúcia Brandão (2008) e *História do Rio Grande do Norte*, dos professores Aristotelina Rocha e Lemuel da Silva (2013).

⁴ Para conhecer o Memorial, acessar sua página na internet. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/pnld/>. Acesso em: 17 out. 2020.

Empolgado com as primeiras descobertas, enveredei pelos sebos e bibliotecas públicas da região metropolitana de Natal. Numa primeira pesquisa na Biblioteca Central Zila Mamede da UFRN, em particular, no Setor de Coleções Especiais destinadas às publicações de Autores do Rio Grande do Norte, localizei duas obras, *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário*, do professor Antônio Fagundes, de 1967 e *Terra Potiguar*, datado de 1973, uma obra coletiva das professoras Maria Sampaio, Maria Soares, Concessa Figueiredo, e que tinha a coordenação de Zilda Lopes do Rêgo.

Essas duas obras acabaram por revelar que mesmo antes da seleção e distribuição dos livros didáticos por parte do governo federal, em 1985, por ocasião do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os livros didáticos de História do Rio Grande do Norte eram produzidos e, mais ainda, pensados e construídos a partir de escritores e professores locais.

A ideia inicial é de que os autores clássicos da historiografia potiguar eram utilizados em sala de aula, a exemplo das obras de Rocha Pombo, Tavares de Lyra, Vicente de Lemos (MORAIS, 2019, p. 68) e posteriormente, Câmara Cascudo, posto que nos primeiros anos da República, ainda por inspiração federalista, alguns autores procederam a um levantamento histórico especializado, num resgate do que viria a ser História Regional (CASCUDO, 1955; LYRA, 2012; POMBO, 2018).

Tal hipótese reverberou na preocupação para com o ensino de História do Rio Grande do Norte quando da Mensagem do Presidente Antônio José de Mello e Souza, de 1º de novembro de 1923, ao relatar no demonstrativo de despesas extraordinárias de seu governo que

Foram escripturadas como <eventuaes>, onde também se incluíram varias compras de livros para distribuição gratuita ás escolas: “História do Rio Grande do Norte”, de Rocha Pombo; <Nossa Independência>, de Lemos Brito; <Escola e Lar>, de Christovam de Mauricéa; e <Aos Pescadores> de Catullo Cearense. (RIO GRANDE DO NORTE, 1923, p. 57, grifos nossos).

Ainda durante a década de 1920, Amphiloquio Câmara, que foi presidente da Associação dos professores, inspetor da instrução pública e representante do Estado do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, comemorativa do centenário do grande evento do Ipyranga, que ocorreu entre 7 de setembro de 1922 e 23 de março de 1923, ao tratar da instrução pública relata que

O curso preliminar, que é de quatro annos, dado em classes, compreende [...] noções de geographia geral e corographia do Brasil e em particular do Rio Grande do Norte; *rudimentos da historia patria, especialmente do Rio Grande do Norte*; (CÂMARA, A., 2016, p. 49-50, grifos nossos).

Dentre as disciplinas ministradas no curso preliminar⁵ temos a presença dos “rudimentos da história pátria, especialmente do Rio Grande do Norte”. A existência da disciplina implicaria assim, na adoção de livros e/ou materiais para o ensino. Foi nesse contexto que o educador Nestor dos Santos Lima, que já havia sido presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), diretor da Escola Normal de Natal e do Departamento de Educação do Estado, fez publicar em 1925 o Regimento Interno para Grupos Escolares, introduzindo novos métodos didático-pedagógicos, que abrangiam desde a organização do espaço físico da sala de aula até a indicação de livros para alunos e professores, dos quais, para esses últimos, destacam-se “Historia do Rio Grande do Norte, do dr. A. Tavares de Lyra. Historia do Estado do Rio Grande do Norte, de Rocha Pombo.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 79)

Afora os livros clássicos da historiografia potiguar, os livros didáticos de História do Rio Grande do Norte se faziam presentes nas escolas públicas e particulares, prova disto é o número cada vez mais relevante de obras encontradas durante nossa pesquisa.

⁵ O ensino primário era ministrado nos níveis preliminar e complementar, obrigatório para crianças de ambos os sexos entre as idades de 7 e 12 anos.

Já tínhamos um total de seis livros didáticos, sendo eles, organizados cronologicamente: *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967), do professor Antônio Fagundes; *Terra Potiguar*, (1973) das professoras Maria Sampaio, Maria Soares, Concessa Figueiredo, coordenado por Zilda Lopes do Rêgo; *Rio Grande do Norte: História e Geografia* (1995), de Raimunda Almeida e Maria das Neves Castro, *Para Conhecer a História do Rio Grande do Norte* (2007), da professora Marlene Mariz e Valda Tolkmitt; *Rio Grande do Norte, História, Cultura e identidade* (2010), da socióloga, Marlúcia Brandão; *História do Rio Grande do Norte* (2013), dos professores, Aristotelina Rocha e Lemuel da Silva.

Conseguimos localizar mais dois livros didáticos, o primeiro intitulado de *História do Rio Grande do Norte* (1952), do professor Clementino Câmara e *Geografia e História e do Rio Grande do Norte* (1967), do também professor Rômulo Chaves Wanderley. Essas duas obras didáticas foram disponibilizadas por Jean-Pierre Macedo, durante a disciplina do Mestrado em História e Espaços, no Seminário da Linha de Pesquisa II, orientada pelo professor Raimundo Nonato, durante o ano de 2018, uma vez que faziam parte de sua pesquisa, *Um Rio Grande do Norte a ser ensinado: a trajetória do Ensino de História do Rio Grande do Norte (1892-1925)*.(2019)

Chegamos ao número de oito livros didáticos, contemplando um período de mais de 50 anos de produção de obras didáticas em terras potiguares, partindo do nosso livro inaugural, o *História do Rio Grande do Norte* (1952), do professor Clementino Câmara até o *História do Rio Grande do Norte* (2013), dos professores Aristotelina Rocha e Lemuel da Silva.

Em pesquisa realizada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional⁶, conseguimos localizar mais um livro da década de 1950, conforme foi noticiado em matéria publicada no jornal *O Poti*, de 7 de fevereiro

⁶ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 03 mar. 19.

de 1957, com a relação de livros recomendados pelo Diretor do Departamento de Educação para as Escolas Primárias do Estado. No rol dos “Livros Auxiliares”, a indicação do livro *Lições de Geografia, Corografia e História do Rio Grande do Norte*, do professor Filgueira Sampaio (LIVROS... , 1 jan. 1957, p. 6). Até o presente momento da pesquisa não conseguimos localizar o manual escolar em comento.

Entretanto, os desafios da pesquisa nos levam por caminhos incertos, e, empolgado pelas primeiras descobertas, me pus a enveredar por sebos e bibliotecas públicas da região metropolitana de Natal. Infelizmente, a Biblioteca Pública Câmara Cascudo encontrava-se fechada, da mesma forma, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e Arquivo Público, o que de certa maneira, diminuiu o campo da pesquisa, uma vez que se tratam de importantes locais de guarda de livros, documentos e fontes para pesquisa histórica em nosso estado.

De todo modo, ao nos dirigirmos à Biblioteca Setorial Prof. Rodolfo Helinski da Escola Agrícola de Jundiaí, na cidade de Macaíba, podemos localizar dois livros didáticos da professora e socióloga, Marlúcia Galvão Brandão, sendo eles, *Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da civilização indígena à expulsão dos holandeses* (1993) e *Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1930* (1994).

Nosso corpo documental saltava para dez títulos. Ainda pelas pesquisas nas bibliotecas, tivemos informações que na Biblioteca Pública Municipal Esmeraldo Siqueira, encravada na Capitania das Artes, no bairro da Cidade Alta, haveria livros didáticos que poderiam ser úteis à pesquisa, de tal sorte que encontramos dois exemplares que compõem nosso corpo documental, são eles, *Rio Grande do Norte, meu estado: estudos sociais* (1991) de Aleuda Wanderley Marinho e Carlos Henrique Moura Mavignier de Noronha e *Rio Grande do Norte, meu Estado: estudos sociais* (1999), também dos professores Aleuda Marinho e Carlos Henrique Moura Mavignier de Noronha.

Próximo a minha residência na Zona Norte de Natal, há uma Biblioteca pública, denominada Biblioteca Américo de Oliveira Costa, e ao realizar uma pesquisa consegui localizar quatro livros didáticos voltados para o nosso trabalho, o que elevou nossas fontes para o número expressivo de quatorze títulos: *Estudos Sociais: Rio Grande do Norte* (1987), das professoras Raimunda Almeida e Maria das Neves Gurgel de Oliveira Castro; *Conhecendo o Rio Grande do Norte: estudos sociais*. (1994), de Paula Lúcia Assunção; *Rio Grande do Norte, estudos sociais: História e Geografia* (1994), Marlúcia Galvão Brandão; José Lacerda A. Felipe e Maria Cristina Ozório Tavares; *Rio Grande do Norte: Geografia e História* (1995), das professoras Raimunda Almeida e Maria das Neves Gurgel de Oliveira Castro.

Após alguns contatos nos locais pesquisados até o momento, fui informado que na Biblioteca Crisan Siminéa do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP haveria um expressivo acervo literário de autores potiguares. Ao chegar à citada biblioteca pude encontrar uma quantidade considerável de livros de escritores do Rio Grande do Norte e, para minha grata surpresa, localizei três livros didáticos, totalizando dezessete obras didáticas, o *Nosso Estado: Rio Grande Do Norte* (1971), Iane Freire de Paula e Maria Aparecida de Queiroz; *Rio Grande do Norte* (1976), do poeta e escritor Homero Homem, e *O nosso Rio Grande do Norte* (1993), do imortal da Academia Brasileira e Norte-rio-grandense de Letras, Murilo Melo Filho.

Por fim, conseguimos chegar a vinte e um livros didáticos, adquirindo no Sebo Rio Branco os livros mais recentes, como o *Rio Grande do Norte: interagindo com a História e a Geografia* (2005), das professoras Lilian Sourient, Roseni Rudek e Rosiane de Camargo; e *Rio Grande do Norte: cultura e cotidiano* (2012), do sociólogo Carlos Noronha, da igual maneira, no Sebo Cata Livro, o livro mais atual da lista, o *Rio Grande do Norte: História e Geografia* (2016), dos professores Aristotelina Pereira Barreto Rocha, Edilson Alves de Carvalho, José Lacerda Alves Felipe e Lemuel Rodrigues da Silva.

Há de se avultar que em janeiro de 2020 tive a oportunidade de viajar a São Paulo, ocasião em que pude realizar uma pesquisa no Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, mais detidamente no acervo da Biblioteca do Livro Didático (BLD), que possui um dos maiores acervos de livros didáticos do país, constituído por quase 12 mil volumes, com exemplares datados desde o século XIX até os dias atuais e de todas as disciplinas escolares. Ainda que diante de um acervo considerável, os livros localizados na Biblioteca já faziam parte do conjunto documental da pesquisa. Imperioso acrescentar que pouco tempo depois dessa viagem, as fronteiras do mundo foram praticamente fechadas em virtude do vírus COVID-19, ceifando milhares de vidas ao redor do planeta, o que dificultou sobremaneira o acesso a arquivos e bibliotecas.

Ainda em relação aos livros localizados, há de se frisar que consta no Guia para escolha do Livro Didático do Programa Nacional do Livro Didático do ano de 1985, duas obras didáticas que não conseguimos encontrar, são elas: *Estudos sociais - Rio Grande do Norte*, de Francisco C. Sampaio/Ana, da Editora Brasil (1985) e *Estudos sociais - Rio Grande do Norte* da escritora Déborah Neves, da Editora IBEP (FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO ESTUDANTE, 1985, p. 35).

Da mesma forma, em 1987, o Guia trouxe para escolha dos professores, o livro *Nosso estado no Brasil - Rio Grande do Norte*, da professora Solange Maria de Magalhães e outras, da Editora ALT. Já em 1988, consta no Guia o livro *Nosso estado no Brasil - Rio Grande do Norte*, da professora Maria Aparecida Queiroz, da editora ALT e *Ciranda do Saber (estudos sociais) vamos conhecer o Rio Grande do Norte*, da escritora Déborah Neves, pela editora IBEP. Esses três livros não foram localizados até o presente momento da pesquisa.

Serão objetos de nossa análise os seguintes livros – justificando o recorte temporal – por ordem cronológica: *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), do professor Clementino Câmara; *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967), do

professor Antônio Fagundes; *Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte* (1967), do historiador Rômulo Chaves Wanderley; *Nosso Estado: Rio Grande Do Norte* (1971), Iane Freire de Paula e Maria Aparecida de Queiroz; *Terra Potiguar* (1973), obra coletiva das professoras Maria Sampaio, Maria Soares, Concessa Figueiredo, e que tinha a coordenação de Zilda Lopes do Rêgo; *Rio Grande do Norte* (1976), do poeta e escritor Homero Homem; *Estudos Sociais: Rio Grande do Norte* (1987), das professoras Raimunda Almeida e Maria das Neves Gurgel de Oliveira Castro; *Rio Grande do Norte, meu estado: estudos sociais* (1991) de Aleuda Wanderley Marinho e Carlos Henrique Moura Mavignier de Noronha; *O nosso Rio Grande do Norte* (1993), do imortal da Academia Brasileira e Norte-rio-grandense de Letras, Murilo Melo Filho; *Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da civilização indígena à expulsão dos holandeses* (1993) e *Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1930* (1994), ambos da socióloga Marlúcia Galvão Brandão.

1.1 A TEMÁTICA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

O início desse texto ocorreu ironicamente no mês de abril, mês no qual o índio é lembrado, tem até dia para ser comemorado, 19 de abril⁷. Mas efetivamente, os povos indígenas que habitavam o território que veio a se constituir o estado do Rio Grande do Norte têm o que celebrar? Por vezes, em minha prática docente junto ao Programa Bombeiro Mirim,⁸ percebi o quanto os alunos desco-

⁷ Decreto Lei nº 5540, de 2 de junho de 1943, no então governo do Presidente Getúlio Vargas, que atendeu proposição aos países da América do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reunido no México, em 1940.

⁸ Como professor das disciplinas História e Cultura do Rio Grande do Norte no programa social, Bombeiro Mirim (funcionando há mais de 20 anos e institucionalizado

nhecem o nosso passado indígena, lembrando-os e celebrando-os ocasionalmente em momentos excepcionais, como na data comemorativa acima referenciada, reforçando, assim, um significado de que eles são diferentes e estranhos, e logo em seguida, esquecidos, vistos então como exemplares de outra cultura, de um outro espaço, de uma outra realidade que não a nossa, a da sociedade potiguar.

É de se frisar que no início do século XXI, de acordo com dados oficiais⁹, apenas o Rio Grande do Norte, Piauí e Distrito Federal não possuíam comunidades indígenas reconhecidas. Curiosamente, somos um dos únicos estados do Brasil que tem como gentílico o etnônimo *potiguar* aos naturais do Rio Grande do Norte. Entrementes, o esquecimento dos indígenas na História do Rio Grande do Norte, que só aparecem na narrativa como resultado de uma descoberta do europeu no período colonial, quase que exclusivamente nos momentos iniciais de sua chegada, no choque, no encontro (IGLÉSIAS, 1992) entre culturas que se formaram, e foram marcados de um lado pela belicosidade, quando dificultaram o início da colonização; e de outro como cordiais e amigáveis, ao ajudarem os conquistadores na sua instalação.

Inversamente a esse apagamento histórico dos povos nativos, nos últimos anos, algumas comunidades tem reivindicado a identidade indígena a exemplo dos Mendonça, da Comunidade do Amarelão¹⁰, residentes no município de João Câmara; os Mendonça do Novo Amarelão, de Natal; Os Eleotério¹¹, em Catu, localizados entre Goianinha e Canguaretama; os Potiguara de Sagi, em Baía Formosa¹², os Tapará, de Macaíba; Caboclos do Açu e Comunidade

pela Lei nº 9.561, de 25 de outubro de 2011) que atua com adolescentes com faixa etária entre 12 e 14 anos.

⁹ Ver Cf. FREITAS (2010, p. 164); CAVIGNAC (2011, p. 209-210); SILVA; GRUPIONI (1995, p. 264-265).

¹⁰ Cf. GUERRA (2007).

¹¹ Cf. dissertações de SILVA, Cláudia (2007) e SILVA, Gildy-Cler (2016).

¹² Cf. PEREIRA, Maria Gorete Nunes (2015).

de Bangüê - Lagoa do Piató, ambas de Assú; os Tapuias do Apodi entre outras que anunciaram suas origens indígenas.

De acordo com o censo do ano de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no estado existiam 3.168 pessoas autodeclaradas indígenas, enquanto nos dados do censo do ano de 2010, esse número de pessoas autodeclaradas totalizava 2.597¹³. Porém, segundo pesquisa de Gildy-Cler Ferreira da Silva (2016, p. 14), conforme os dados produzidos pelo Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte - RN, esse número chega à marca de 3.570 indivíduos.

Diante do cenário apresentado, emerge a necessidade de contribuir para as discussões sobre a temática indígena, mais precisamente no ensino de História por meio dos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, uma vez que a Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena, nos ensinos fundamental e médio, nas escolas públicas e privadas.

De modo que realizaremos um estudo para compreender como a materialidade dos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte do período de 1952 a 1994 sofreram transformações e modificações, fruto das mudanças normativas e dos avanços tecnológicos e da pesquisa histórica, sendo portadores de novos e velhos conhecimentos sobre os indígenas. Nosso objetivo é analisar como são apresentados os indígenas nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte (1952-1994), tentando revelar as permanências e mudanças de como os povos nativos são e foram registrados, classificados, nomeados e representados, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade destas obras.

Nosso estudo sobre a temática indígena nos livros didáticos de História Regional do Rio Grande do Norte insere-se no Programa de Pós-graduação em História da UFRN, na linha de Pesquisa II:

¹³ Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2098-np-censo-demografico/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>. Acesso em: 27 jul. 2019.

Espaços de Memória, Cultura Material & Usos Públicos do Passado, se propondo a trabalhar dentro do âmbito de um recorte espacial específico, o da História Regional, ou seja, estudar especificamente uma região, o Rio Grande do Norte.

De modo que é no espaço regional que se aflora o específico, o próprio, o particular, ressaltando as diferenças, a multiplicidade. Esse espaço apresenta o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, faz a ponte entre o individual e o social (SILVA, Marcos, 1990, p. 8-13). A região não seria então um dado prévio, naturalizado, pré-determinado, algo concreto, de forma a limitar a história às suas condições geográficas. Ao contrário, conforme nos aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009, p. 35-39), a região é uma construção histórica humana por meio de práticas e discursos espacializantes, um conjunto de enunciados que ecoam com certa regularidade em diferentes narrativas e épocas, que se ligam diretamente às relações de poder.

Historicamente, segundo Corrêa (2012, p. 17), foi somente entre 1950 e 1970 que se iniciou em universidades na Europa, mais especificamente na França, Itália e Inglaterra, um movimento de revalorização da história regional. Esta nova fase, ao contrário da anterior, marcada pelo amadorismo de seus autores, estava respaldada em métodos científicos originados nas universidades combinando “[...] estruturas braudelianas, a conjuntura de Labrouse e a nova demografia histórica” (BURKE, 1991, p. 56).

Circe Bittencourt (2008, p. 161) esclarece que vários especialistas indicavam que a pesquisa no campo da história regional havia crescido “significativamente a partir de 1970, em virtude do esgotamento das macroabordagens”, que enfatizavam as análises mais gerais e não se detinham nos estudos mais particulares que melhor indicavam as diferenças da história recente do País. De modo que pensar num estudo regional implica considerar uma singularidade na totalidade, instituindo relações entre o micro e o macro.

De antemão, não se trata aqui de construir localismos, sem a preocupação de estabelecer relações do local e regional com outros espaços, nem tampouco retomar discussões contidas nos livros didáticos de História regional, que muitas vezes giram em torno de aspectos folclóricos, que privilegiam características pitorescas das sociedades, tais como seus rituais, danças, práticas artesanais e culinárias, ou, ainda, os aspectos político-administrativos da organização do poder local e regional (CAIMI, 2010, p. 60).

É preciso, então, superar a ideia de caráter determinista presente em alguns livros didáticos, incluídos aqui os de História Regional do Rio Grande do Norte, de que a história regional e local é reflexo, espelho, que repete fielmente fatos e acontecimentos da história nacional e, da mesma forma, rever o que a cultura historiográfica clássica¹⁴ adotou como a “História do Rio Grande do Norte”, cuja matriz de pensamento conservadora, numa visão de sociedade esvaziada de conflitos sociais, elimina os conflitos internos e externos sob a ótica dos interesses de determinadas elites políticas e culturais; enxergando a política como atividade exclusiva dessas elites; petrificando determinados fatos históricos enobrecedores, nos quais se celebravam certos personagens históricos (Jerônimo de Albuquerque, André de Albuquerque, Felipe Camarão, Padre Miguelinho) que deles participaram; a primazia da descrição sobre a interpretação, desembocando numa história crônica e/ou factual; por vezes, com ausência de rigor metodológico no tratamento com as fontes (MONTEIRO, D., 2006, p. 51-54).

Nossa pesquisa também se apoia no conceito de espaço, que ao dialogar com as diversas representações contidas nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, se constitui como objeto para

¹⁴ Denise Monteiro (2006) denomina historiografia clássica os escritores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte nas obras seminais intituladas “História do Rio Grande do Norte”, escritas sucessivamente por Tavares de Lyra (1921), Rocha Pombo (1922) e Câmara Cascudo (1955).

a presente pesquisa. De modo que nossa compreensão do espaço ultrapassa a dimensão física, sendo concebido aqui como parte de um processo mais amplo e complexo, estabelecendo, assim, uma dimensão dialógica, por meio de práticas espacializantes entre os agentes, os discursos e representações e o espaço.

Segundo Certeau (2002) as práticas de espaço remetem a uma forma específica de operações, ou seja, maneiras de fazer. Tais práticas de espaço correspondem à mobilização de saberes (signos, significantes e significados), práticas (operações), experiências pessoais e coletivas mobilizadas, reordenadas a partir de cada agente e das circunstâncias em que a ação se desenrola. Dessa maneira, tanto a subjetividade individual quanto o peso da coletividade são colocados como relevantes quando se trata de agir em uma dada espacialidade a partir de um sistema social dado.

Consideramos a dimensão espacial no discurso historiográfico não somente na sua dimensão “clássica”, de cenário, palco da história, ou como espaço natural, como natureza, mas indubitavelmente como objeto sujeito à intervenção histórica, a ação do homem e de sua cultura. Entendendo o espaço como lugar praticado, tal como definido por Michel de Certeau, dessa forma a espacialização apresenta-se como um lugar de lutas, apropriações, reconstruções, onde o espaço relaciona-se a atribuição de sentido à ordem estabelecida, uma ordem que longe de ser una, naturalizada, é “furada”, no sentido de fugidio.

Tem-se, assim, a própria relação das práticas do espaço com a ordem construída. Em sua superfície, esta ordem se apresenta por toda parte furada e cavada por elipses, variações e fugas de sentido: é uma ordem coador (CERTEAU, 2002, p. 188).

O conceito de espaço, conforme Michel de Certeau apregoa, será entendido a partir de práticas e representações. Dessa forma, entendemos que as representações criadas pelos livros didáticos constroem espaços e identidades, instituem fronteiras que separam e urdem práticas e sujeitos.

O espaço é, antes de tudo, um lugar praticado, subjetivado, um lugar de mobilidade, um lugar antropológico. Ou seja, podemos relacionar essas colocações teóricas com os diferentes discursos e representações que estão presentes nos livros didáticos tratados nessa pesquisa, uma vez que tais discursos procuram transmitir uma verdade histórica e uma representação daquilo que ficou cristalizado como a História do Rio Grande do Norte e dos próprios indígenas.

Interessa-nos também compreender o espaço escolar, que nesta pesquisa entende-se como o espaço que se estendem para além das fronteiras físicas, atuando nas relações entre a escola, o poder público, a comunidade, os alunos e os professores. Além de entendê-lo como espaço político, de reivindicação e disputa de poder. O espaço escolar como constituinte da atividade educativa, analisado sob diferentes prismas e fundamentações teóricas, vem sendo privilegiado como objeto de pesquisa por educadores e outros profissionais. Para Viñao Frago:

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e um tempo determinado. Assim, acontece com o ensinar e aprender, com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa (VINÃO FRAGO, 1998, p. 61).

O espaço escolar é entendido aqui, conforme definição de Margarida Oliveira, como:

[...] o conjunto das relações construídas entre espaço físico das instituições de ensino, seus sujeitos diretos (docentes e discentes), a comunidade composta por pais, vizinhança, legisladores, gestores etc., e os resultados dessas relações: leis, prescrições curriculares, materiais didáticos, metodologias de sala de aula, estratégias de relacionamento etc. (OLIVEIRA, 2013, p. 235).

Portanto, é no espaço escolar, tendo como uma de suas ferramentas o livro didático, que se estabelecem grande parte das condições

materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula; e devemos considerar que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida.

É, pois, no diálogo entre as diversas representações contidas nos livros didáticos no espaço escolar que o livro didático se constitui como fonte para a presente pesquisa, reconhecendo como importante o seu papel de intermediário entre os alunos, os professores e o conhecimento. Desta forma, o espaço escolar ultrapassa a dimensão física da escola, sendo concebido aqui apenas como parte do processo, estabelecendo, assim, uma dimensão dialógica entre os agentes que a habitam, uma vez que estes partilham de referenciais comuns que estruturam as relações entre os envolvidos.

Isso implica dizer que o livro didático de História do Rio Grande do Norte e as discussões que se estabelecem sobre ele se constituem como práticas do espaço escolar, uma vez que incorporam uma rede linguística que se baseia nos críveis, memoráveis e primitivos que compõem a espacialidade e que são mobilizados pelos seus agentes por meio de operações e de suas experiências (SOARES, J., 2017, p. 21).

1.2 O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Entendemos o livro didático enquanto um objeto cultural, que sofre interferências de diferentes sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Conforme Bittencourt (2008) aponta, é um “objeto de múltiplas facetas”, podendo ser uma mercadoria, suporte de conhecimentos escolares e métodos pedagógicos, veículo de um sistema de valores e ideologias de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade (BITTENCOURT, 2008, p. 301-302).

Kazumi Munakata ao estudar o livro didático de História a partir de sua produção, enquanto um produto da indústria cultural, entende que ele

É um artefato de papel e tinta de uso em situação didática, que veicula textos escritos e imagéticos auxiliando os alunos na construção de representações sobre a experiência humana no tempo (MUNAKATA, 1997, p. 100).

Desta forma, o conceito de livro didático é fundamental para o entendimento desta análise, tendo em vista as diferenças existentes entre o livro de História local/regional e o livro didático de História. O conceito de livro didático trabalhado aqui entende o mesmo como um

Artefato impresso em papel que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores com a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar (FREITAS, 2010, p. 242).

Assim, apreendemos o livro didático enquanto um objeto cultural pensado e estruturado com fins educacionais e que atende a uma demanda social e política que caminha lado a lado com as propostas curriculares oficiais. Deste modo, a pesquisa sobre livros didáticos se revela como um meio privilegiado para se refletir sobre as formas do Ensino de História, de seu conteúdo e as representações contidas neles.

Partilhamos também da definição de livro de História regional presente no texto *História Regional para a Escolarização Básica no Brasil: O Livro Didático em Questão* (2006/2009), do historiador Itamar Freitas, para quem

Os livros denominados de História regional são impressos que registram a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e sócio-culturais – seja na dimensão de uma cidade, seja nos limites de um Estado ou de uma região do Brasil –, sendo costumeiramente utilizados em situação didática no ensino de História (FREITAS, 2010, p. 9).

Os livros de História Regional são destinados ao público escolar de um município ou de um estado do Brasil, visando o estudo da relação entre o homem e o espaço habitado que o rodeia. Posto isso, tomamos como objeto de estudo os livros escolares de História regional do Rio Grande do Norte, compreendido no período de 1952 a 1994, formando um conjunto documental de onze livros.

Nesse sentido, estruturamos nosso trabalho em três capítulos. No capítulo 1, buscamos refletir sobre os 16 autores dos 11 livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, procurando entender o lugar social de cada um desses escritores. Nesse sentido, questões surgiram: esses autores tinham ligações profissionais com a educação? Eram professores? Tinham outras profissões? Eram homens ou mulheres que escreviam essas obras didáticas? No mesmo sentido, nos indagamos sobre de onde escreviam suas obras, se eram advindos das escolas e universidades ou de instituições intelectuais como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande ou Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANRL)?

Para tanto, desenvolvemos esse capítulo a partir das reflexões de Michel de Certeau (2002) sobre a operação historiográfica, relacionando suas ideias aos lugares sociais dos autores dos livros didáticos. Contamos ainda com a contribuição de Alain Choppin (2002, 2004) e Circe Bittencourt (2004, 2008), para compreendermos os autores dos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte.

Já no capítulo 2, enveredamos por uma análise dos 11 livros didáticos de História do Rio Grande do Norte objetos da nossa pesquisa. Esses livros são depositários do conhecimento escolar, que fazem parte da cultura material das escolas. Nesse sentido, nos interessa compreender como os livros foram organizados, sua forma, conteúdo histórico e pedagógico, buscando analisar a forma de apresentação dos conteúdos (unidades, capítulos, seções), as propostas de atividades e exercícios (interpretação, fixação, pesquisa, jogos, debates, construção de cartazes e maquetes), o vocabulário (glossários), as indicações de livros e bibliografia. Ou seja, buscamos

abarcam a materialidade do livro, seu tamanho, formato, capas, número de páginas, ilustrações, cores e etc.

Para esse momento da pesquisa, nos amparamos intelectualmente na leitura de autores como Circe Bittencourt (2004, 2008) e Décio Gatti Júnior (2004) no tocante aos estudos sobre livros didáticos; e André Chervel (1990) e Dominique Julia (2001) em relação à historicidade do livro didático e sua inserção na cultura escolar.

No terceiro e último capítulo, uma vez apresentado o nosso corpus documental e seus respectivos autores, nos propomos a compreender como as nações indígenas são representadas por meio das práticas discursivas presentes nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte compreendidos entre 1952 a 1994.

Para compreender essas representações, nos valem das ideias defendidas pelo historiador francês Roger Chartier (1990) para quem as representações são construtoras de significados, de determinadas percepções sobre a sociedade, de valores, e que ao organizar a apreensão do mundo social privilegiam determinados sujeitos e grupos em detrimento de outros. No tocante aos estudos indígenas, nos valem de autores como John Monteiro (2000, 2001) a partir das discussões sobre extinção e desaparecimento dos indígenas; João Pacheco Oliveira (2006) e suas contribuições acerca da construção de estereótipos sobre os índios pela sociedade, mídia e no espaço escolar; e César Melatti (2014) que nos fornece informações (desde a organização social, linguística, religiosa e política) que buscam combater uma série de imagens deturpadas sobre os povos nativos; para compreensão do ensino escolar e as sociedades indígenas e sua diversidade étnico cultural, Luís Grupioni (1994) e Gersem José dos Santos Luciano (2006) mais detidamente nas reflexões sobre respeito à alteridade e diversidade.

Em relação aos estudos indígenas no Rio Grande do Norte, entre outros autores, fizemos leituras mais atentas nas obras de Fátima Lopes (1998, 2005), de modo que suas pesquisas em torno do “desaparecimento” das populações indígenas ocorrida durante o século

XVIII revelou que os censos populacionais do Império no século XIX arrolavam representantes de etnias indígenas entre a população das antigas missões religiosas que foram transformadas em Vilas. Nesse sentido, as pesquisas desenvolvidas por Fátima Lopes recuperaram a participação histórica dos índios enquanto agentes ativos de seu tempo, junto aos demais grupos sociais no período colonial até as primeiras décadas do Império, atuando na estruturação da sociedade norte-rio-grandense. Também nos orientamos pelos textos Julie Cavignac (2011) a partir das críticas a escrita da historiografia local acerca dos estudos indígenas, que os deixou relegados ao segundo plano da história.

HISTORIOGRAFIA DIDÁTICA

um mapeamento, retrato dos autores

Inicialmente julgamos importante refletirmos sobre os autores dos livros didáticos pesquisados, num total de dezesseis: Clementino Câmara, Antônio Fagundes, Rômulo Wanderley, Iane Freire, Maria de Queiroz, Zilda do Rêgo, Maria Sampaio, Maria Soares, Concessa Figueiredo, Homero Homem, Maria de Castro, Raimunda Almeida, Aleuda Marinho, Carlos Noronha, Murilo Melo e Marlúcia Brandão.

Nesse sentido, questões surgiram: esses autores tinham ligações profissionais com a educação? Eram professores? Tinham outras profissões? Eram homens ou mulheres que escreviam essas obras didáticas? No mesmo sentido, nos indagamos sobre de onde escreviam suas obras, se eram advindos das escolas e universidades ou de instituições intelectuais como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande ou Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANRL)?

Ao entender o lugar social dos autores, tal como expresso por Certeau (2002) na operação historiográfica, relacionando suas ideias aos lugares sociais de onde se fala, podemos entender que a história é uma operação que articula um lugar social, da mesma forma uma disciplina do conhecimento com seus interesses, métodos, documentos e questões do seu tempo, e em decorrência disso, a construção de um texto, no nosso caso, do livro didático de história, de modo que toda pesquisa historiográfica se articula a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.

Compreendemos desta forma, que todo historiador pertence a um lugar social que influencia diretamente sua obra. As leituras

de mundo vão influenciar suas escolhas metodológicas, didáticas, procedimentais, direcionando suas seleções, produzindo assim, suas dúvidas e ao mesmo tempo, encerrando sua escrita, uma vez que a história é produto de um lugar, ou seja, o lugar teria uma dupla função: permitindo um tipo de produção e interditando outros.

Ao discutir o fazer historiográfico, CERTEAU (2002, p. 34) afirma que “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”.

Os livros didáticos como fontes tem um discurso, carregado de intenções, conceitos e filtros que nos revelam também o lugar social ao qual estavam ligados os seus produtores. Ora, compreender a relação do escritor com o seu lugar social é um critério básico para se entender a produção do próprio discurso da historiografia didática do Rio Grande do Norte sobre os indígenas.

Desta forma, concordamos com Alain Choppin, para quem

Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. (CHOPPIN, 2004, p. 557).

De modo que entendemos que os autores constroem e reconstroem suas narrativas a partir de motivações diversas, segundo sua época, pedagogia e local em que estavam inseridos. Nesse sentido, como lugar social privilegiado dos autores dos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, podemos constatar que a maioria – 17 no total – eram oriundos da educação, fossem professores ou ligados às atividades administrativas ao ensino, e de alguma forma, possuíam alguma relação com a administração pública. Um dado importante que se sobressai é a presença massiva das mulheres enquanto produtoras

de livros didáticos, de modo que buscamos compreender essa primazia feminina no ponto 2.3 A Escola Normal, do presente capítulo.

Organizamos nossa análise por meio de uma biobiografia - estudo concomitante das obras e da vida de um autor- estruturada cronologicamente, partindo do Atheneu Norte Riograndense, escola mais antiga instalada em Natal; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, primeira instituição cultural preocupada com a escrita da história local; Escola Normal, responsável pela formação dos primeiros mestres das escolas potiguares; Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, entidade que atua na divulgação da cultura letrada; e as Universidades Federal e Estadual do Rio Grande do Norte, as maiores instituições científicas do estado.

Circe Bittencourt esclarece que os primeiros escritores de livros didáticos no Brasil eram figuras que possuíam estreita relação com governo e que, de certa maneira, traziam a responsabilidade com o “fazer erudito”, guardavam, portanto:

Ligações com o poder institucional responsável pela política educacional do Estado, não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam “no lugar” onde este mesmo saber era produzido. A primeira interlocução que os autores estabeleciam era exatamente com o poder educacional institucionalmente organizado. O “lugar” de sua produção situava-se junto ao poder e realizava-se para consolidar o poder instituído por intermédio dos colégios destinados à formação das elites, dialogando com intelectuais e políticos responsáveis pela política educacional (BITTENCOURT, 2004, p. 481).

Escritores como Clementino Câmara, que agradeceu nas primeiras páginas do seu livro didático, *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), ao governador do Estado, Sílvio Pedroza, destacando que era uma “satisfação lhe ter ensinado as primeiras letras” (CÂMARA, 1952, p. 4), bem como, Rômulo Wanderley que havia sido convidado pela Secretaria de Educação e Cultura para

elaborar um livro em exíguos 40 dias, que tratasse da História e Geografia do nosso estado, contando com o apoio do governador Walfredo Gurgel, a quem ele agradece e dedica um capítulo intitulado “Últimos governantes republicanos”, descrevendo-o como sereno e ponderado (WANDERLEY, 1969, p. 134), acaba por nos revelar essa estreita relação entre alguns autores e o Estado.

2.1 ATHENEU NORTE RIOGRANDENSE

Os primeiros escritores como Clementino Câmara, Antônio Fagundes e Rômulo Wanderley¹⁵ tinham forte relação profissional

-
- ¹⁵ **Clementino Hermógenes da Silva Câmara** – natural de Goianinha/RN, foi professor particular, docente do colégio Atheneu Norte Rio-grandense, na disciplina de História do Brasil; da Escola Normal de Natal nos anos de 1938-1939; Diretor do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte em 1944 e dirigente da terceira diretoria da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, jornalista com atuação nos jornais O Século, Jornal do Comércio em Manaus, O Diário de Natal, A Gazeta da Tarde, A Nota. Escreveu os livros: *Novo Compêndio de Análise Portuguesa* (1925), *Revelações* (1932), *Origem e Desenvolvimento da Língua Portuguesa* (1934), *Décadas* (1936), *Geringonças do Nordeste* (1937), *Romance do Atheneu Norte-rio-grandense* (1945) e *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), bem como publicou vários artigos na Revista Pedagogium, editada e publicada inicialmente em 1922, pela Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, hoje, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte. Um dos fundadores da Academia Norte-rio-grandense de Letras, ocupando a cadeira nº 19, tendo como patrono o poeta potiguar Ferreira Itajubá. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Antônio Gomes da Rocha Fagundes – natural de Vila Flor, município de Canguaretama/RN, iniciou seus estudos em Natal e formou-se pela Escola Normal em 1915. Foi professor e exerceu os cargos de diretor da Escola Normal de Mossoró (1917-1930), diretor da Escola Normal de Natal (1930-1937), diretor Geral do Departamento de Educação do estado do Rio Grande do Norte (1938-1940), presidente da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (1938-1939) e o primeiro ocupante da Cadeira nº 14, cujo patrono é Joaquim Peregrino da Rocha Fagundes da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Publicou vários artigos em jornais, revistas e os seguintes livros: *Noções da história e da geografia do município de Assú* (1921), *Leituras potyguares* (1933), *Educação e Ensino* (1940), *O Cruzeiro*

com o Atheneu (fundado em 1834), uma das mais tradicionais e antigas escolas do estado, tido como um dos baluartes da educação potiguar, comparável à Escola Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Para Diógenes da Cunha Lima, o Atheneu

Fundado em 2 de dezembro de 1834, foi nossa universidade, até a criação da primeira. Era ambiente de cultura. Nos seus salões nasceram o Instituto Histórico e Geográfico, em 1902, e a Escola Normal de Natal em 1908. (CUNHA LIMA, 1999, p. 119)

A escola criada ainda no século XIX estava situada no centro da capital – ao lado de órgãos da administração pública, judicial e legislativa –, onde funcionava o Quartel Militar, na Cidade Alta, entre os anos 1834 a 1859, quando foi transferida para Rua Junqueira Ayres, onde se estabeleceu por quase cem anos, no período de 1859 a 1954, e atualmente encontra-se na rua Campos Sales, no bairro de Petrópolis.

(1942), *Vida e apostolado de D. Joaquim Antônio de Almeida* (1955), *O Colégio Santo Antônio* (1961), *Os símbolos nacionais* (1964) e *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967).

Rômulo Chaves Wanderley – natural de Assú/RN, poeta, escritor e jornalista, publicou vários artigos nos jornais A cidade, Jornal do Sertão, O Bentevi, A República, O Diário, Folha da Manhã e Tribuna do Norte. Ocupou os cargos de secretário da Prefeitura e Vereador de Angicos, Promotor de Justiça e Procurador Geral do Estado; diretor do Departamento de Educação do Estado no Governo de José Varela em 1950. Formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife. Foi professor de História da Civilização do Colégio Atheneu e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal – hoje Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte –, sendo professor fundador da cadeira de Literatura Portuguesa. Dentre a sua grande produção literária, destacamos *Uma tempestade em copo d'água* (1951); *Arca de Noé* (1952), *A Geografia Potiguar na sensibilidade dos poetas* (1962); *Canção da terra dos carnaubais* (1965); *Panorama da poesia norte-rio-grandense* (1965); *Luís da Câmara Cascudo e os Trovadores* (1966); *Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte* (1967), *Romance da vida e dos milagres do padre João Maria* (1968) e *História do Batalhão de Segurança* (1969). Membro do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Norte Rio-grandense de Letras, ocupante da cadeira nº 16, que tinha como patrono Segundo Wanderley e Francisco Palma como fundador.

Nos seus primeiros anos de funcionamento houve muitas descontinuidades com edição de várias leis, decretos e regulamentos, como aponta Maria Marta de Araújo em sua dissertação de mestrado *Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República*, defendida no ano de 1979, na UNICAMP/SP:

A história do ensino secundário no Rio Grande do Norte durante a República Velha é, em grande parte, a história do Ateneu nor-
te-rio-grandense, como, aliás, havia sido no Império. É, também,
a história acidentada de uma instituição, pois foi marcada por
constantes reformas e pseudo-reformas, andando sempre, fun-
damentalmente, a reboque das mudanças frequentes do humor
federal (ARAÚJO, 1979, p. 139, grifo nosso).

Continua a pesquisadora ao tratar do ensino secundário ofere-
cido aos potiguares, esclarecendo que havia uma ambiguidade, pois
se por um lado o acesso à escola era voltado para as elites, por outro
lado, a qualidade do ensino era muito questionável:

O ensino secundário, durante o período estudado [da colônia até
1930], aparece como um grande enigma. *Convinha ao governo*
ser ele de boa qualidade, pois destinava-se fundamentalmente aos
filhos das “melhores” famílias. Deveria servir como o ambiente
preparador das lideranças que fora do Estado completariam
seus estudos. Aparece, porém, salvo períodos não muito longos
de esplendor, como um *ensino enfraquecido, vítima constante*
dos azedumes oficiais.

[...]

O ensino secundário [durante os primeiros anos da República]
continua a ser um *ensino precário e somente para alguns poucos*,
que deviam continuar estudos ou procurava obter algumas téc-
nicas mais desenvolvidas para a administração pública, comércio
ou lazer (ARAÚJO, 1979, p. 158-159, grifo nosso).

A despeito do apontado por Marta Araújo, a pesquisa empreendida pela professora Eva Cristini Arruda Câmara Barros, intitulada *Atheneu Norte-rio-grandense: locus de desenvolvimento cultural da Natal republicana* (2000), fruto de sua tese de doutorado, defendida em na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, nos levanta outras possibilidades, esclarecendo que:

Com a chegada da República, o Atheneu antes circunspecto em seu fazer pedagógico, se vê lançado a participar mais ativamente da vida da cidade, vendo sua interioridade ser invadida, muitas vezes perdendo a noção de onde findava seu espaço (BARROS, 2000, p. 3).

O envolvimento da escola com a sociedade está articulado com uma série de ações desenvolvidas por alunos, professores, diretores, intelectuais e políticos. Para Eva Barros, a criação em 1892 de uma biblioteca pública nos espaços do Atheneu representou um “novo projeto de sociedade, ou seja, a prática da leitura como um novo estilo de viver, ser civilizado, instruído, culto” (BARROS, 2000, p. 3). Desta forma, a espacialidade da escola, utilizada para outros fins diferentes dos educacionais, por instituições, agremiações e associações¹⁶, passa a representar um lugar onde as atividades culturais da cidade encontrava amparo, de modo que

No Rio Grande do Norte, dentre as instituições públicas, o Atheneu foi a que se manteve mais articulada e comprometida com a cultura republicana, ajudando a consolidar as reformas institucionais, incorporar uma nova forma de ser, mesmo mesclada de velhas tradições. Deliberadamente provocou assim, a

16 Só a título de exemplificação, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte fez uso da Biblioteca do Atheneu. Eva Barros (2000) destaca algumas agremiações e associações que se estabeleceram na escola, como o Clube Escolástico Norte-Rio-Grandense (1890), Clube Recreio Juvenil (1892), O Grêmio Recreio Juvenil, O Athleta, Literário Natalense, Filomática Natalense, Grêmio Literário Castro Alves e O Íris.

articulação das suas especificidades pedagógicas com a vida da cidade, numa permuta de conteúdos, valores e atitudes. Colocado, assim, na condição de importante *locus* institucional de práticas culturais substanciadoras do novo *ethos* de sociedade, somente as representações das gerações futuras foram capazes de avaliar a dimensão do papel do Atheneu na exequibilidade dessas práticas. (BARROS, 2000, p. 7, grifo do autor)

É nesse sentido que o historiador Tarcísio Medeiros destaca, em seu texto *Síntese Histórica da Educação no Rio Grande do Norte* (1978), a importância cultural e social da centenária escola para o nascimento de jornais, associações e centros culturais:

Em derredor da vida docente e discente do Ateneu, pode-se dizer sem susto, criou-se e expandiu-se a cultura potiguar. Os alunos graduados por ele formaram instituições outras que existem até hoje. Criaram centros literários, jornais e associações nas quais sempre imprimiram um culto de moral e civismo (MEDEIROS, 1978, p. 180-181)

Evidenciando, assim, seu protagonismo e relevância enquanto formadora de gerações de personalidades políticas, sociais, culturais, tido por Tarcísio Medeiros como

A maior instituição cultural do Rio Grande do Norte que, por quase um século, pelo valor dos seus mestres, preparou a mocidade norte-rio-grandense, da qual saíam nomes famosos da história pátria. (MEDEIROS, 1978, p. 178)

Assim, o colégio representou a vanguarda potiguar na instrução pública, sendo a segunda escola mais antiga do Brasil. Por tais predicados, o colégio gozou por muito tempo de prestígio social, tendo sido sede da Escola Normal de Natal, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e, por consequência, foi o berço cultural de uma dada elite, de um grupo de homens e mulheres, privilegiados pela condição financeira, política e/ou intelectual e que ganhava

vozes, muito por sua formação escolar no Atheneu, seguindo para outros centros e experimentando a turbulência da modernidade no Brasil ou na Europa (MARINHO, M., 2008, p. 16).

O Atheneu, como lugar social desses três autores, acaba por nos revelar a importância desse espaço enquanto local privilegiado e que, de certa forma, trazia reconhecimento social e até financeiro aos escritores, marcando gerações de estudantes nas suas maneiras de ser, sentir e pensar a nação, a história e o espaço potiguar, tal como ocorrera com outros intelectuais locais que estudaram e complementaram suas carreiras profissionais em outras cidades do Brasil.

Há de se destacar que vários intelectuais e políticos também foram professores dessa escola, como os governadores do Estado Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Augusto Tavares de Lyra e José Augusto Bezerra de Medeiros, o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, intelectuais como Adauto da Câmara, deputado estadual, membro do IHGRN e Academia Norte Riograndense de Letras, o historiador e folclorista, Luís da Câmara Cascudo, os educadores e juizes de direito, Edgar Ferreira Barbosa e Floriano Cavalcanti de Albuquerque, Nestor Lima, que também foi diretor da Escola Normal de Natal, a poetisa, jornalista e escritora, Myrian Coeli, entre outras personalidades.

2.2 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) foi criado em 1902, fruto da política de incentivo à fundação de Institutos Históricos e Geográficos locais do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), visando a produção de histórias regionais e catalogação de fontes para percorrer o caminho de volta (ao IHGB) e contribuir para a formulação de uma história geral do Brasil (DIAS, 1996, p. 11).

O IHGB, fundado em 1838 no Rio de Janeiro, tinha como papel principal “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 2005, p. 75) e como tarefa inicial pensar o “Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação” (GUIMARÃES, 1988, p. 6). Segundo o historiador Manoel Salgado, ao tratar dos primeiros momentos do IHGB, aponta que

Em 25 de novembro do mesmo ano, Januário da Cunha Barbosa, na qualidade de primeiro-secretário do IHGB, apresenta em discurso de caráter programático os estatutos da recém-criada instituição, então aprovados, que definem duas diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil, e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

Como se pode observar, o IHGB foi o lugar privilegiado da produção memorialista, patrimonial, histórica e de questões educacionais também, de modo que a história produzida pelo IHGB

Deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola. Do IHGB ela passaria diretamente às salas de aulas por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do Instituto (FONSECA, 2006, p. 46).

Seguindo o modelo proposto pelo IHGB, os membros do IHGRN produziram livros¹⁷ que foram utilizados nos primeiros Grupos

¹⁷ Para os professores dos cursos complementares, foram indicados os livros dos sócios do IHGRN: *O Rio Grande do Norte (esboço chorographico)*, de autoria de Manoel Dantas; *Chorographia do Rio Grande do Norte e História do Rio Grande*

Escolares do estado, conforme podemos constatar no Regimento Interno das Escolas Isoladas e dos Grupos Escolares, respectivamente de 1924 e 1925, editados pelo Diretor do Departamento de Educação, Nestor dos Santos Lima.

Desta forma, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), uma das mais antigas instituições culturais do estado, que entre suas ações, publica periodicamente uma revista, patrimônio mais rico de lição e lembrança (CASCUDO, 1999, p. 402).

Segundo seu Estatuto, aprovado nos primeiros meses depois da criação do Instituto, sua finalidade é a de

Coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter pertencentes à história, geografia, arqueologia, etnografia, heráldica, paleografia, artes e informática, principalmente do Estado do Rio Grande do Norte; a genealogia e a língua do seu povo (INSTITUTO HISTÓRIO DE GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017, p. 1-2).

Em relação à publicação de documentos, destacamos a revista do IHGRN, que circula desde 1903 e já possui mais de 98 volumes, tendo sua produção voltada para as biografias, memórias, geografia, antropologia, etnografia, arqueologia e história local, arregimentando, organizando, coletando e difundindo documentos para história potiguar, mas também para ensinar por meio de suas publicações e atividades de arquivo, museu e biblioteca, o que seria o Rio Grande do Norte, como nos eventos cívicos para juventude:

O próprio Instituto Histórico do Rio Grande do Norte passa a operar junto aos grupos escolares na organização de festividades cívicas de caráter público, como também na produção material de imagens dos personagens históricos do Estado. Na comemoração

do Norte, do professor Tavares de Lyra (Cf. RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 79; 1924, p. 51)

do primeiro centenário da morte de Frei Miguelinho, no dia 12 de junho de 1917, por exemplo, a parceria entre o IHGRN e o Grupo Escolar Frei Miguelinho foi profícua (STAMATTO; MEDEIROS NETA, 2016, p. 131).

Além de suas atividades culturais e pedagógicas, a agremiação centenária teve produção histórica considerável em suas primeiras décadas, tendo participado ativamente na Questão de Grossos – processo litigioso travado entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, em que se contestava a posse da região de Grossos, até então pertencente àquele primeiro estado (MENEZES, 1997; FERNANDES, 2016).

Com efeito, o IHGRN atuou de forma incisiva na definição dos limites territoriais e na construção de uma identidade nacional, regional/local. Os historiadores Renato Amado, Anderson Brito e Olívia Neta, na obra *Corografia e produção espaço-identitária do Rio Grande do Norte* (2018), consideram a atuação relevante e de protagonismo dos membros do Instituto enquanto propagador do conhecimento histórico no Rio Grande do Norte, para eles

Podemos afirmar que o IHG-RN desempenhou função primordial de incentivo à pesquisa, publicação de estudos, congregação de intelectuais e circulação do saber produzido pelos mesmos, constituindo-se como sendo a instituição que mais promoveu a escrita historiográfica da espacialidade e da identidade nor-teriograndense entre a terceira e a sétima década do século XX (BRITO; MEDEIROS NETA; PEIXOTO, 2018, p. 63-64).

De modo que continua sendo uma das mais prestigiadas associações culturais por alguns setores da sociedade norte-rio-grandense, especialmente por aqueles associados à comunidade intelectual e política da cidade de Natal e circunvizinhanças.

O papel do IHGRN enquanto espaço que institucionalizou a pesquisa histórica para o estado pode ser sintetizado nas palavras de Costa (2017):

O IHGRN organizou uma memória arquivada, por meio do ato de coligir e metodizar documentos referentes ao Rio Grande do Norte, mas também produziu uma memória histórica para o estado, elaborando a partir dela uma articulação com a memória nacional. Estes dois elementos são imprescindíveis para a compreensão da produção intelectual do IHGRN, ao longo de sua história (COSTA, B., 2017, p. 549).

É, pois, do seio de seus membros que autores como Clementino Câmara, Antônio Fagundes, Rômulo Wanderley, Homero Homem¹⁸, Murilo Melo¹⁹ e Carlos Noronha²⁰ escrevem livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, tendo como amparo intelectual o Instituto.

-
- 18 Homero Homem de Siqueira Cavalcanti - natural de Canguaretama, Escritor, poeta e jornalista com atuação nos jornais Estado de São Paulo, Manchete, Última Hora, Revista do Globo. Entre 1968 e 1976, foi professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ocupou a cadeira nº 12 da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Destacou-se como poeta, contista, novelista e escritor. Publicou *Tempo de Amor* (1960); *Carliteana Carioca* (1965); *Cabra das Rocas* (1966); *Menino de Asas* (1968); *O Excepcional-Flor que Nasceu com uma Pétala de Mais* (1973); *O Goleador* (1974); *O Moço da Camisa 10* (1978); *Pelejas de Amor, crônicas e narrativas jovens, com mini poemas de abertura* (1978); *Mundo do Silêncio Verde, novela de ficção científica para jovens* (1981); Na área dos estudos sociais, escreveu o livro *Estado do Rio Grande do Norte* (1976) na Coleção Nosso Brasil.
- 19 Murilo Melo Filho – natural de Natal/RN, Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, trabalhou nos jornais Diário de Natal, A Ordem, A República, Rádio Educadora de Natal, Tribuna da Imprensa, Correio do Norte, Jornal do Comércio, Manchete e no Estado de São Paulo. Foi professor de jornalismo na Universidade de Brasília. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, onde ocupa a cadeira 19, na sucessão do Acadêmico Nilo Pereira e da Academia Brasileira de Letras na cadeira 20. Escreveu vários artigos e livros, dos quais destacamos: *O desafio brasileiro* (1971); *O Milagre Brasileiro* (1972); *O modelo brasileiro* (1974); *O progresso brasileiro* (1974); *O nosso Rio Grande do Norte* (1993); *Testemunho político* (1997); *Múcio Leão: Centenário* (2001); *Tempo diferente* (2005); *História do gás: do Rio de Janeiro ao Brasil* (2005) e *O Brasileiro Ruy Barbosa* (2010).
- 20 Carlos Henrique Moura Mavignier de Noronha - natural de Natal/RN, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1986). Atualmente é Sociólogo da Secretaria Municipal de Saúde - Natal/RN. Publicou vários livros didáticos de História e Geografia, dos quais destacamos: *Rio Grande do Norte, meu Estado: estudos sociais* (1991); *A Geografia do Brasil* (1997), volumes 1 e 2; *O Espaço Mundial* (1997), volumes 1 e 2; *Rio Grande do Norte, Meu Estado*

Um ponto importante é em relação ao seu acervo, que segundo a historiadora Fátima Lopes, o IHGRN

É, sem sombra de dúvida, o maior arquivo de documentação histórica do Rio Grande do Norte. Seu acervo abrange quase quatro séculos de história e é composto por diversificados tipos documentais, possibilitando estudos econômicos, políticos e sociais, além dos que tratam do cotidiano, do imaginário e das ideias. (LOPES, 2016, p. 15)

O acesso ao arquivo documental e bibliográfico do IHGRN por parte dos escritores de textos didáticos que eram membros do sodalício, como apontado, por exemplo, pelo historiador e professor Rômulo Wanderley (1969, p. 147) em seu livro *Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte*, ao indicar as obras consultadas, acrescenta que pesquisou as revistas e arquivos do Instituto, e, de modo que concordamos com Itamar Freitas (2009, p. 29), o qual aponta que “difícilmente um autor de texto didático busca as fontes coetâneas (documentos cartorários, por exemplo) para a elaboração da sua narrativa (excetuando-se o seu emprego em atividades e ilustrações)”.

2.3 ESCOLA NORMAL

As professoras e escritoras de livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, Iane de Paula²¹, Zilda do Rêgo²², Maria Sam-

(1999); *Cinco séculos do Rio Grande do Norte* (2001); *Rio Grande do Norte, tempo e espaço* (2005); *Rio Grande do Norte, Cultura e Cotidiano* (2012) e *Rio Grande do Norte, Cultura e Lugar* (2012). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

²¹ Iane Freire de Paula – Professora com formação na Escola Normal de Natal, aprovada no vestibular em 1974, no curso de Assessor Secretário Executivo (DIÁRIO DE NATAL, 10 jan. 1974, p. 11a). Atuou como Diretora Administrativa da Associação das Secretárias do Rio Grande do Norte na década de 1970.

²² Zilda Lopes do Rêgo – natural de Pau dos Ferros/RN, professora aposentada, concluiu a Escola Normal de Mossoró em 1956, foi secretária de Educação na

paio²³, Maria Soares²⁴ e Concessa Figueiredo²⁵, guardam em comum o fato de serem egrégias da Escola Normal, instituição que formava a maioria das professoras primárias do estado.

A Escola Normal teve seu funcionamento iniciado em 1873 nas dependências do Atheneu e, ainda que tenha sofrido problemas de continuidade, foi somente no início do século XX, mais precisamente em 1908, que a instituição escolar começou a formar com regularidade professores para o ensino básico. Em 1965, passou a se denominar Escola Estadual Presidente Kennedy.

Os primeiros professores diplomados na Escola Normal de Natal são patronos de instituições escolares da rede pública de ensino na capital e em outras cidades do Rio Grande do Norte. Educadores como Antônio Fagundes, Francisco Ivo Cavalcante, Luiz Soares, Maria de Belém Câmara, Olda Marinho, Stella Vésper, são reconhecidos nomes inscritos nos espaços escolares contemporâneos.

administração do Monsenhor Walfredo Gurgel (1970-1971) e membro do Conselho de Cultura do Rio Grande do Norte. Trabalhou na criação do Arquivo Público do Estado na transição dos governos de Tarcísio Maia (1975-1979) e Lavoisier Maia (1979-1983). Publicou como organizadora, no ano de 1969, o livro *Terra Potiguar* (1969), obra coletiva em conjunto com Maria das Neves Queiroz Soares, Concessa Cunha Figueiredo.

- 23 Maria Alexandrina Sampaio - natural de Campina Grande/PB, formada na Escola Normal de Natal em 1924, atuou como educadora entre o ano de 1925 a 1966. Foi secretária, tesoureira e eleita vice-presidente da Associação de Professores do Rio Grande do Norte na 16ª diretoria (1967-1971). Publicou, em 1969, o livro *Terra Potiguar* (1969), juntamente com Maria das Neves Queiroz Soares, Concessa Cunha Figueiredo e que fora organizado por Zilda Lopes.
- 24 Maria das Neves Queiroz Soares - Aprovada no vestibular da UFRN no curso de Geografia em 1973 (DIÁRIO DE NATAL, 18 jan. 1973, p. 4a), professora egressa da Escola Normal de Natal, trabalhou na Subcoordenadoria de 1º grau da Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte.
- 25 Concessa Cunha Figueiredo - Professora licenciada na turma de 1951 da Escola Normal de Natal (DIÁRIO DE NATAL, 11 dez. 1951, s.p), trabalhou na Secção de Merenda Escolar do Serviço de Atividades Complementares no governo de Walfredo Gurgel (1966-1971).

Câmara Cascudo viu a criação da Escola Normal como algo utópico, no entender dele

Um sonho foi a Escola Normal, o curso de professores, indispensável medida que os relatórios da Instrução Pública e as promessas dos presidentes de Província traziam em perpétua notoriedade. De tanto sonhar acordado, o desejo tomou forma e tivemos quatro escolas normais (CASCUDO, 1999, p. 198).

É de se frisar que trabalhos dissertativos e doutorais na área da Educação, História e Sociologia tem tomado as Escolas Normais como objeto de pesquisa. Dentre os pesquisadores, destacamos a tese de Luciene Chaves de Aquino, defendida no Programa de Pós-Graduação de Educação da UFRN, intitulada *De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades de formação docente* (2007), que por meio de uma narrativa histórica traçou a trajetória da Escola Normal de Natal, realçando a sua transformação no Instituto de Educação Presidente Kennedy durante o período de 1950 a 1965, afirmando que

A Escola Normal de Natal teve, na sua identidade, a marca do pioneirismo na profissionalização feminina para o exercício do magistério primário, desde a primeira década do século XX, figurando como centro de elevação cultural da sociedade nordestino-grandense. Firma-se mais ainda nesse patamar, no final da década de 1950, com a sua transição à Instituto de Educação. Nessa condição, assume o compromisso com o desenvolvimento da pesquisa educacional, tornando-se a referência no Estado, não somente na formação de professoras primárias, mas também dos demais profissionais da educação, sempre seguindo a sua tradição de promover a credencial para o deslocamento da mulher: de uma vida circunscrita à esfera privada para o domínio público (AQUINO, 2007, p. 20).

Esse espaço privilegiado para a formação de professores, principalmente de mulheres, ao longo de toda a sua existência, acaba por

nos revelar que a sua importância está intimamente relacionada ao ensino potiguar, de modo que

A história da Escola Normal mantém uma estrita relação com a implementação da instrução pública, em especial, com a instrução primária, uma vez que ela tinha por fim formar os professores que atuariam na instrução da infância (NASCIMENTO, 2018, p. 91).

É, pois, um lugar comum para autores de livros didáticos, uma vez que são os próprios professores, profissionais do ensino, envolvidos diretamente com as atividades didáticas em sala de aula e que produzem diuturnamente materiais pedagógicos para os alunos um dos principais responsáveis pela produção dos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte.

2.4 ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

Tendo como seu primeiro Secretário Geral o intelectual e historiador Câmara Cascudo, e entre seus membros fundadores os desembargadores Antônio Soares e Floriano Cavalcanti, bem como seu presidente, Henrique Castriciano, outro lugar social que acolhe intelectualmente os autores de livros didáticos é a Academia Norte-rio-grandense de Letras fundada em 1936, como é o caso de dois de seus sócios fundadores, Clementino Câmara, ocupante da cadeira 19, que tem como patrono o poeta Ferreira Itajubá, posteriormente ocupada por Murilo Melo Filho; Antônio Fagundes, ocupante da cadeira 14, tendo como patrono Joaquim Fagundes. Figura, ainda, entre os nomes participantes desta agremiação literária Rômulo Wanderley, ocupante da cadeira 16, que teve como patrono o escritor Segundo Wanderley.

Segundo levantamento realizado em 2003 por Armando Nogueiras (2003) já havia se tornado imortais 108 escritores, além dos

40 patronos, escolhidos por meio de homenagens póstumas pelos primeiros ocupantes das cadeiras, ou seja, pelos próprios fundadores, dentre os quais, Clementino Câmara e Antônio Fagundes.

Rômulo Wanderley (1969, p. 51) considera o IHGRN e a ANRL como duas das principais instituições culturais do Estado. Já Murilo Melo Filho (1993) em seu livro didático *O Nosso Rio Grande do Norte*, assevera que a Academia

exerce uma espécie de judicatura sobre a vida intelectual do Rio Grande do Norte, incentivando as produções literárias, os livros, as conferências, os seminários, os debates, as tardes e as noites de autógrafos. Conserva também altos valores da cultura norte-riograndense, onde se perpetuam os potiguares marcados pela grandeza e pelo acréscimo que deram ao patrimônio moral, intelectual e cívico do Estado (MELO FILHO, 1993, p. 41).

Autores como Clementino Câmara, Rômulo Wanderley e Murilo Melo destacam logo nas primeiras páginas de seus livros didáticos que estão vinculados à Academia Norte-rio-grandense de Letras, de tal modo que o intuito não era tão somente informativo, mas também de angariar a confiança dos futuros estudantes dos livros e, por conseguinte, garantir um respaldo intelectual e uma boa vendagem, além de certificar que as obras não fossem vetadas pela Secretaria de Educação.

Segundo a pesquisadora da música e imortal da ANRL, Leide Câmara (2017), tal a importância da Academia para o estado, que ela “é a base histórica da intelectualidade potiguar. Os ancestrais repousam nos cemitérios, mas permanecem vivos, assim como suas obras, na imortalidade acadêmica”, e, ao explicar a sua estrutura, assevera que seus intelectuais, ou seja

Os acadêmicos são eternos como os diamantes. Os primeiros a ocupar as 25 cadeiras, denominados fundadores, escolheram os patronos, que foram distribuídos em ordem cronológica, do mais velho para o mais novo. Uma vez eleitos e empossados,

permanecem, por força regimental e estatutária, titulares vitalícios e, com sua morte física, vão sendo substituídos por novos sucessores. Os assentos são dispostos numa numeração sequencial, sempre mantendo o quadro social de quarenta cadeiras (CÂMARA, L., 2017, p. 13-14).

Para Diógenes da Cunha Lima (1999, p. 124-126) a ANRL já havia nascido diferente, sob o lema *ad lucem versus*, voltada para a luz, em busca da luz, de modo que a instituição que havia sido projetada para conservar a imortalidade de seus membros após a morte, tivesse o verso virgiliano “*Sic itur ad astra*”: Assim se chega aos astros.

Conforme consta em seu Estatuto, que foi publicado integralmente n’A República de 17 de novembro de 1936, a ANRL, que já teve sede no IHGRN e juntas realizaram inúmeras sessões solenes conjuntas, tem por finalidade a cultura da língua, da literatura, ciências e artes, notadamente da história, sociologia, folclore, crítica, poesia, ficção e comunicações sociais de modo geral. Nas dependências da ANRL realizavam-se eventos, sessões solenes, homenagens póstumas e festividades organizadas por seus membros, cultuando as letras e as artes poéticas de escritores potiguaros.

Uma das principais contribuições intelectuais da ANRL é a edição da Revista da Academia, lançada inicialmente em 1951 apresentando

ao povo do Estado o primeiro número de sua Revista, que é o órgão da imprensa destinado a afirmar a sua existência nos domínios das letras potiguaros. (NEGREIROS, 2003, p. 17)

Entre as 33 edições da Revista, de 1951 a 2002, temos artigos dos acadêmicos dedicados aos discursos proferidos pelos imortais por ocasião de sua indicação para ocupar uma das cadeiras. Há espaços dedicados aos imortais que partiram para o outro plano, na seção “Mortos da Academia”, “Saudações”, com artigos elogiosos a personalidades, comentários sobre livros em “Notas avulsas” entre outros textos. Infelizmente, em razão dos efeitos da pandemia, não

pudemos acessar a Biblioteca da ANLR para adentrarmos na leitura das revistas que contribuíram para a formação literária e poética do Rio Grande do Norte.

2.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “chão sagrado” e que teve a certidão de batismo assinada por Luís da Câmara Cascudo (CUNHA LIMA, 1999, p. 120), foi criada em 1958 no governo de Dinarte de Medeiros Mariz, inicialmente estadual, depois federalizada. Consta na alínea b, do artigo 2, de sua Lei de criação - Lei nº 2.307, de 25 de junho de 1958, que esta instituição de ensino visava “formar quadros culturais constituídos de elementos habilitados para o exercício das profissões técnico-científicas liberais e do magistério, bem como das altas funções da vida pública”.

A partir dos anos de 1960, foram incorporados à universidade recém-criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Faculdade de Direito, ambas mantidas pelo governo do Estado, agregando a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Filosofia e a Escola de Serviço Social, que eram geridas por entidades privadas (MELO; CALADO, 2019).

Em sua obra didática *Para conhecer a História do Rio Grande do Norte* (2005), as autoras, Marlene Mariz e Valda Tolkmitt, afirmam que a construção da UFRN foi um “acontecimento muito importante na vida cultural da sociedade norte-rio-grandense, porque antes da existência delas, apenas quem tinha recursos podia ser formar, deslocando-se para Pernambuco, Bahia ou Rio de Janeiro” (MARIZ; TOLKMITT, 2005, p. 111-112).

A maior instituição científica e cultural do estado abrigou considerável parte da intelectualidade potiguar. Lugar do saber, do conhecimento, da política e da cultura potiguar, a UFRN foi o berço

de muitos autores de livros didáticos, dos quais destacamos em nossa pesquisa Maria de Queiroz²⁶, Aleuda Marinho²⁷ e Marlúcia Brandão²⁸.

2.6 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Tal como ocorreu com a UFRN, a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte²⁹ foi criada pela junção de faculdades isoladas. Enquanto que a UFRN foi fundada em Natal, a UERN teve como nascedouro a cidade de Mossoró e, conforme consta no artigo 3º, da Lei Municipal nº 20/68, de 28 de setembro de 1968:

Integrarão, inicialmente, a URRN a Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Faculdade de Serviço Social de Mossoró, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró e a Escola Superior de Enfermagem de Mossoró (MOSSORÓ, 1968).

-
- ²⁶ Maria Aparecida de Queiroz – graduada em Pedagogia pela UFRN, Mestre em Educação pela Universidade de Campinas e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora adjunta IV da UFRN. Tem vasta produção no campo da política educacional, educação em contextos rurais ou do campo, políticas de juventude, educação à distância e o Plano de Ações Articuladas, com publicações de artigos, capítulos de livros e livros: *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (1971), *Pontos e Contrapontos da Política Educacional: Uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais* (2007), *Embates Pedagógicos e Organizacionais nas Políticas de Educação* (2009), *O inesquecível Sertão do Assaré* (2015) e *Políticas Educacionais Dimensões e Perspectivas* (2016).
- ²⁷ Aleuda Wanderley Marinho – natural de Natal/RN com formação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ²⁸ Marlúcia Galvão Brandão - Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bacharel em Sociologia pela Fundação José Augusto/RN, Especialista em História do Brasil e em Metodologia do Ensino e da Pesquisa Histórica pela UFRN. Especialista em Gestão Universitária pela Universidade Potiguar/RN. Professora universitária e das redes pública e privada do ensino fundamental e médio. Foi diretora do curso de História e de cursos de pós-graduação da Universidade Potiguar/RN.
- ²⁹ Fundada em Mossoró como Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN, vinculada à Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte – FURRN.

Em face das dificuldades financeiras enfrentadas pelo município de Mossoró para manter a UERN em funcionamento, a comunidade acadêmica reivindicava a sua federalização ou estadualização. A sua estadualização ocorreu somente em 1987, durante o governo de Radir Pereira, por meio da Lei 5.546/1987³⁰.

Uma das principais características da UERN é sua política de descentralização, com campo de atuação amplo, em especial no interior do estado, abrangendo praticamente todo território potiguar. A Universidade conta com Campi localizados em Mossoró (1968), onde está localizado o Campus Central (sede), Açu (1974), Pau dos Ferros (1976), Patu (1980), Natal (2002), Caicó (2002) e 11 Núcleos Avançados de Educação Superior que funcionam nos municípios de Caraúbas, Apodi, Areia Branca, Alexandria, Umarizal, São Miguel, Macau, Touros, João Câmara, Nova Cruz e Santa Cruz.

Desta forma, vem formando uma gama de profissionais, desde médicos, odontólogos, enfermeiros, assistentes sociais, sociólogos, educadores físicos, jornalistas, publicitários, radialistas, economistas, gestores ambientais, biólogos, e licenciados em Pedagogia, Letras, Música, Química, História, Geografia e Filosofia, entre outros.

É das salas de aula da UERN que autores como Maria Castro³¹ e Raimunda Almeida³², egressos dessa instituição escolar superior, produzem livros didáticos de História do Rio Grande do Norte.

³⁰ Para compreender melhor o processo de estadualização da UERN, consultar o site disponível em: <http://www.uern.br/estadualizacao30anos/>. Acesso em: 19 out. 2020.

³¹ Maria das Neves Gurgel de Oliveira Castro – graduada em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Humanas da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN), atual Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, e em Pedagogia, com habilitação em Administração e Supervisão Escolar para Docentes, na área de Estudos Sociais, pelo Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFRN; especialização para docentes do ensino superior em Sociologia, pela URRN; especialização em Administração Universitária pela Universidade Federal do Ceará. Exerceu o cargo de reitora da então FURRN.

³² Raimunda Almeida - licenciada em História, pelo instituto de Ciências Humanas (FURRN), atual Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, e em Pedagogia,

Por fim, cabe frisar que Décio Gatti Júnior (2004) levanta, em seu livro *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*, uma questão importante quanto à produção dos livros didáticos de História Regional, revelando uma problemática da convivência de livros de História pensados e impressos no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com autores, geralmente destes mesmos Estados e que são utilizados em todo território nacional, alertando que

Traz consequências danosas às propostas de ensino de Estados que acreditam que os alunos devem partir da aprendizagem do que lhes é mais próximo para construir as noções de conceitos de entendimento da realidade, etc. (GATTI JÚNIOR, 2004, p. 206).

Num sentido inverso ao apontado por Gatti Júnior, temos que no Rio Grande do Norte, ao menos em nosso recorte temporal e a partir dos livros mobilizados, todos os autores de livros didáticos da presente pesquisa são potiguares, num universo de 15 escritores, tendo como lugar social e formação o próprio Estado.

Como revelado na apresentação acima, a maioria dos autores tem relação direta com a educação, com exceção dos jornalistas Murilo Melo e Homero Homem. Como afirmou Gatti Júnior (2004)

Os autores de livros didáticos da primeira metade do século que, eram em sua maioria, provenientes de outras áreas do saber, mesmo porque as licenciaturas e bacharelados em História só começaram a existir de maneira mais efetiva a partir dos anos trinta do séc. 20 (2004, p. 48).

No Rio Grande do Norte, a Escola Normal só se estabeleceu em 1908, formando os primeiros professores do ensino primário, enquanto

com habilitação em Administração Escolar (FURRN). Pós-graduada em especialização para docentes, em Estudos Sociais (URRN/FURRN). Exerceu os cargos de professora da Faculdade de Educação da URRN, coordenadora administrativa do Colégio Diocesano Santa Luzia e diretora do Ginásio Centenário de Mossoró.

que as primeiras licenciaturas só tiveram início com a criação dos cursos de Geografia, História e Letras por meio do Decreto Federal nº 49.573, de 18 de dezembro de 1956 (MELO; CALADO, 2019). A tabela apresentada abaixo ilustra com mais propriedade a situação da formação e campo de atuação dos autores:

Quadro 1 – Titulação e âmbito de atuação profissional dos autores

Ordem	Autor/a	Titulação/formação	Atuação profissional
1	Clementino Câmara	Não consta	Professor e Diretor na área educacional
2	Antônio Fagundes	Escola Normal	Professor e Diretor na área educacional
3	Rômulo Wanderley	Bacharel em Direito	Professor do ensino básico e universitário
4	Iane Freire	Escola Normal	Professora
5	Maria de Queiroz	Licenciada em Pedagogia com Doutorado	Professora do ensino básico e universitário
6	Maria Sampaio	Escola Normal	Professora
7	Maria Soares	Escola Normal	Professora
8	Concessa Figueiredo	Escola Normal	Escola Normal

9	Zilda Soares	Escola Normal	Escola Normal
10	Homero Homem	Jornalista	Professor universitário e escritor
11	Maria Castro	Licenciada em Ciências Sociais e Pedagogia	Professora e Reitora
12	Raimunda Almeida	Licenciada em História e Pedagogia com Especialização	Professora e Diretora na área educacional
13	Aleuda Marinho	Licenciada em Pedagogia e Geografia	Professora do ensino básico
14	Carlos Noronha	Bacharel em Ciências Sociais	Cientista Social
15	Murilo Filho	Bacharel em Direito	Jornalista, Professor e escritor
16	Marlúcia Brandão	Licenciada em Ciências Sociais com Especialização	Professora do ensino básico e universitário

Fonte: elaborado pelo autor.

Um dado que nos chama atenção no Quadro 1 é a grande presença de professores formados em outras ciências que não seja a História, figurando apenas uma, Raimunda Almeida, com tal especificidade. Deste modo, predomina entre os autores a formação em Pedagogia, incluindo a formação na Escola Normal (nove autores), em Ciências Sociais (três autores), em Direito (dois autores), em Jornalismo (dois autores) e Geografia (uma autora).

Outro ponto que destacamos é a presença marcante das mulheres enquanto autoras de livros didáticos no Rio Grande do Norte, com dez representantes, frente aos seis autores do gênero masculino. Esse protagonismo feminino literário em terras potiguaras tem suas raízes desde o século XIX, com o pioneirismo de Nísia Floresta (1809-1885) e suas publicações voltadas à educação feminina: *Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens* (1839), *Conselhos à milha filha* (1842) e *Opúsculo Humanitário* (1853). Destaca-se também a produção literária de Izabel Gondim (1839-1933), escritora, professora e umas das primeiras mulheres associadas ao Instituto Histórico local, avultando-se no campo do ensino com publicações como *Pedagogia: Reflexões às Minhas Alunas* (1874) e *O Preceptor* (1933)³³.

Entre as poetisas, sobressaem a figura de Auta de Souza (1876-1901) com suas colaborações em jornais como *A República* (RN), *A Tribuna* (RN), *Oito de Setembro* (RN), *O Paiz* (RJ), *A Gazetinha* (PE) e revistas: *Oásis* e *Rio Grande do Norte*, ocupando um espaço literário que era quase que exclusividade de homens, tornando-se a poetisa local mais conhecida fora do estado com sua obra *Horto* (1900) e os poemas musicados em modinhas transmitidos por tradição oral, ganhando o respeito de escritores como Câmara Cascudo, Olavo Bilac e Mário de Andrade³⁴.

Outras mulheres potiguaras também se destacaram em diversos setores da sociedade do século XX, marcando suas trajetórias por muitas lutas e conquistas. O magistério foi um dos caminhos escolhidos para superar a imagem de dona de casa e esposa subserviente. Com o estabelecimento em Natal da Escola Normal nos primeiros anos da década de 1900, boa parte das mulheres que completavam o Ginásio Normal (atual ensino fundamental) no Rio Grande do

³³ Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com.br/nisiafloresta/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

³⁴ Disponível em:< <https://www.escritas.org/pt/estante/auta-de-souza>>. Acesso em 23 out. 2020.

Norte, ingressava como normalista, enquanto os homens completavam seus estudos no Atheneu ou Colégio Industrial. A primeira turma da Escola Normal já evidencia isso, dos 27 normalistas, 20 eram mulheres e apenas sete homens:

A Escola Normal de Natal já inicia o ano de 1908 com uma frequência predominantemente feminina, implicada no processo que ficou conhecido como “feminização do magistério”, ou seja, a ocupação majoritária das mulheres nos cursos normais, e também no Magistério Primário público (AQUINO, 2019, p. 105).

As mulheres estavam conquistando espaços nunca antes imaginados, fosse na educação, na literatura, bem como na política. Exemplo disso foi a conquista do sufrágio em 1928, na cidade de Mossoró, por Celina Guimarães Viana, que conseguiu autorização na justiça para votar. No mesmo sentido, a eleição de Alzira Soriano como prefeita da cidade de Lajes em 1929, tornando-se a primeira mulher eleita para cargo político no Brasil.

Esse caminho tortuoso em busca de uma sociedade mais justa e igualitária foi pavimentado por outras mulheres, destacando-se aquelas que contribuíram para a formação de uma cultura letrada no Rio Grande do Norte, a exemplo de Palmyra Wanderley (1894-1978), uma das pioneiras da Academia Norte-rio-grandense de Letras, que escreveu poemas, crônicas, livros e revistas com forte engajamento feminista, buscando orientar e aconselhar suas leitoras sobre a importância da literatura e da leitura de bons livros, imprescindíveis à formação intelectual e moral da mulher.

Intelectuais como Myrian Coeli (1926-1982), professora do hoje Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte durante os anos de 1960, do Atheneu e das Faculdades de Jornalismo e Filosofia, destacou-se como escritora, publicando obras de poesia como *Imagem Virtual* (1961) *Vivência Sobre Vivência* e *Cantigas de amigo* (1980) e *Inventário* (1981). Segundo Diógenes da Cunha Lima (1999, p. 216) era “tímida, de fala mansa, era de uma ternura que se impunha em

toda parte”. Enquanto jornalista com formação na Espanha, pela *Escuela de Periodismo de Madrid*, ganhou notório destaque, sendo a primeira mulher a exercer o jornalismo como profissional da imprensa no Rio Grande do Norte, atuando nas redações do Diário de Natal, Tribuna do Nordeste e A República.

A pesquisadora Zila Mamede (1928-1985), bibliotecária com especialização na Biblioteca Nacional e Estados Unidos, atuou na UFRN e Instituto Nacional do Livro em Brasília, escritora das mais importantes na literatura modernista potiguar, ganhou reconhecimento de intelectuais brasileiros, como Carlos Drummond, Manuel Bandeira, Câmara Cascudo e João Cabral de Melo Neto, cuja obra dedicou muitos anos de estudo. Intelectual atuante e de opiniões contundentes, politicamente engajada e que publicara livros como *Rosa de Pedra* (1953), *Salinas* (1958), *O Arado* (1959), *Exercício da Palavra* (1975), entre outros.

Como apontado, o protagonismo da mulher potiguar se revela em diferentes facetas, de modo que a produção de livros didáticos de História do Rio Grande do Norte é encarada aqui como mais uma dessas atividades intelectuais para a formação da cultura letrada em terras potiguares, em que pese os primeiros autores de livros didáticos serem homens – Antônio Fagundes, Clementino Câmara, Rômulo Wanderley –, a partir da obra *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (1971), das professoras Iane Freire e Maria Queiroz, e *Terra Potiguar* (1973), livro coordenado por Zilda Lopes e que contou com a participação de mais três professoras, a mulher assume papel relevante na produção didática de livros de História do Rio Grande do Norte.

Em grande medida, essa relevância feminina na produção didática de livros de História se deu, a nosso ver, devido à formação de muitas mulheres na Escola Normal e posteriormente pela presença expressiva nas Faculdades e Universidades por meio das licenciaturas, no que Luciene Aquino (2019) chamou de “feminização do magistério”, demonstrando que ela assumia cada vez mais responsabilidades dentro do sistema de ensino, seja nas salas de aula, coordenação ou

direção administrativa e pedagógica. Logo, o fazer e o escrever sobre o ensino escolar era uma prática quase que exclusiva das mulheres, o que de certa maneira explica, a nosso ver, a grande quantidade de autoras de livros didáticos sobre a história local.

Arelado ao fato da grande presença das mulheres nos espaços escolares realizando as mais diversas atividades educacionais, o processo de urbanização e industrialização ocorrido durante a segunda metade do século XX ampliou as oportunidades de trabalho para os homens, tornando o magistério pouco atrativo para estes.

Assim sendo, a produção de livros didáticos, que, salvo fossem adquiridos e distribuídos pelo governo, tinham baixo retorno financeiro e não era tão lucrativo diante do investimento dos autores na sua concepção e elaboração, como pontuou Antônio Fagundes na apresentação de seu livro *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967) que fora custeado com recursos próprios, e, ao justificar a ausência de fotografias, ilustrações e desenhos, assevera que “se algum mérito for encontrado neste arranjo pelos poderes públicos ou instituições educativas, uma segunda edição receberá as ilustrações necessárias à sua valorização didática” (FAGUNDES, 1967, p. 5).

O professor Clementino Câmara narra em seu livro biográfico *Décadas* (2018) as angústias e percalços para publicar um livro didático de inglês o qual havia trabalhado por mais de seis anos, datilografando-o depois de longa jornada de trabalho, sempre no período noturno, após as 22h, e, por vezes, vencendo a madrugada adentro. Disposto a publicar seu livro, dirigiu-se em 1928 até São Paulo, uma vez que não conseguiu os benefícios da Lei Estadual nº 145³⁵ para produzi-lo em Natal, sob a alegação de crise econômica vivenciada pelo estado.

³⁵ Lei sancionada em 6 de agosto de 1900, durante o governo de Alberto de Albuquerque Maranhão que autorizava o governador a premiar com a publicação livros de ciência e literatura produzidos por filhos domiciliados no Rio Grande do Norte, ou naturais de outros Estados quando neste tenham fixa e definitiva a sua residência.

Ao chegar a São Paulo encontrou boas palavras, conversas agradáveis, mas não conseguiu alcançar seu objetivo na Editora Companhia de Melhoramentos, posto que a empresa não tivesse obtido boa vendagem do livro didático de inglês de autoria do professor Oscar Nobiling. Seguiu para Editora Nacional, onde o próprio diretor disse-lhe que só havia interesse em gramáticas e obras do gênero histórico. A única saída seria a publicação do livro com a entrega de dois contos de réis, algo que Clementino não tinha, mas ao regressar a Natal levantou a quantia por meio de empréstimos com amigos e remeteu a quantia e o autógrafo – parecer favorável sobre a orientação didática – para a capital paulistana por intermédio do coronel Manuel Marinho.

Passados alguns meses, o contrato nunca lhe foi enviado, da mesma forma a editora informou que não foi possível a impressão do livro devido ao assentamento de novas máquinas. Seu pedido não chegou a ser atendido e o livro nunca fora publicado, ainda que tenha enviado reiteradas correspondências. Ao rememorar sua viagem frustrada, em tom de desalento, afirma que “quando recordo [da cidade de São Paulo] tenho tristeza de ter ali perdido meu trabalho e a importância com tanto sacrifício adquirida” (CÂMARA, C., 2018, p. 178).

Autores como Monteiro Lobato (PAIXÃO, 1995, p. 67; LAJOLO, 2011, p. 94; HALLEWELL, 2017, p. 378); João Ribeiro (HANSEN, 2000, p. 7) e o próprio Clementino Câmara (CÂMARA, C., 2018, p. 165-174) nos revelam a prioridade do livro didático sobre qualquer outro tipo de impressão, visto como um bom negócio, justificável pela certeza de retorno do investimento financeiro, caso fosse financiado e/ou adquirido pelos governos e distribuído nas escolas públicas, bem como em escolas privadas.

De uma forma sintética, o presente capítulo nos ajuda a entender que os distintos lugares sociais que os autores escreveram suas obras guardam em si características comuns, como o fato de estarem intimamente relacionados com a educação, seja diretamente, como o Atheneu, Escola Normal, UFRN e UERN, sejam por meio

de instituições culturais que mantêm atividades educacionais, como o IHGRN e a ANRL.

Nesse sentido, essas instituições culturais e educacionais foram responsáveis pela formação cultural e escolar de diferentes gerações de alunos, de modo que os discursos sobre os indígenas produzidos pelos escritores que estiveram amparados intelectualmente por esses espaços do conhecimento e do saber, trouxeram repercussões – geralmente negativas - perpetuando na sociedade, e em especial, na comunidade escolar, por meio das imagens pictóricas e textuais presentes nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, de que os indígenas eram seres selvagens, bárbaros e primitivos, conseqüentemente, fadados a morte, ao desaparecimento, sendo silenciados ou relegados ao segundo plano na história.

UMA CARTOGRAFIA DOS LIVROS DIDÁTICOS

A historiografia didática sobre o Rio Grande do Norte tem sido negligenciada por muito tempo, como já apontado, as pesquisas ainda são escassas, de modo que ao analisarmos como os livros estão organizados, estruturados, ou seja, a sua própria materialidade, podemos perceber, entre tantas possibilidades de interpretação, a inclusão ou não, da temática indígena nas páginas dos livros pesquisados.

Destacamos que os livros didáticos, objetos da nossa pesquisa, fazem parte da cultura material das escolas em que estiveram inseridos. Dessa forma, trabalhamos com o conceito de cultura escolar proposto por Dominique Julia entendido como

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, p. 10-11).

Nesse cenário, o livro didático inserido na cultura escolar pode ser entendido como portador dos saberes escolares, depositário dos conteúdos e dos métodos de ensino, desses dispositivos pedagógicos

encarregados de facilitar a aplicação do saber pelos professores aos alunos, conforme apontou Dominique Julia (2001).

Para nossa análise, interessa-nos também as contribuições do linguista francês André Chervel (1990), estudioso da história da educação, cultura escolar e das disciplinas escolares, o qual aponta para esse último tema caminhos de pesquisa para os historiadores, de modo que identifica a palavra disciplina enquanto uma entidade própria da escola, de maneira que ao estudá-la podemos compreender a própria escola por meio dos saberes que ela transmite em cada período e envolta ao contexto ao qual está inserida. Essa nova categoria historiográfica, ou seja, as disciplinas escolares, são produzidas no interior da escola, dentro de um espaço criativo e que não se limita a reproduzir os valores da sociedade, tendo sua própria dinâmica.

Posto isso, nesse segundo momento faremos uma descrição das fontes, ou seja, traçaremos um perfil do corpus documental, a partir da leitura de Circe Bittencourt no livro *Ensino de História: fundamentos e métodos* (2008), a qual elabora uma proposta para análise de livros didáticos, destacando três aspectos básicos: forma, conteúdo histórico escolar e seu conteúdo pedagógico (2008, p. 311-316). Desta forma, procuramos conhecer cada livro didático em sua totalidade, buscando analisar a forma de apresentação dos conteúdos (unidades, capítulos, seções), as propostas de atividades e exercícios (interpretação, fixação, pesquisa, jogos, debates, construção de cartazes e maquetes), o vocabulário (glossários), as indicações de livros, bibliografia, sites e filmes.

Do ponto de vista da forma, essa seria a própria materialidade do livro, seu tamanho, formato, capas, número de páginas, ilustrações, cores e etc. Nesse caminho, Décio Gatti Júnior (2004), na obra fruto de seu doutoramento *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*, pesquisou as transformações ocorridas nos manuais escolares nos anos de 1970 a 1990, revelando os avanços tecnológicos, econômicos, políticos e sociais que envolvem a sua

produção, destacando o processo de massificação e escolarização do ensino fundamental e médio durante o período.

Gatti Júnior (2004) foi além do aspecto ideológico, abordagem característica das primeiras pesquisas em torno dos livros didáticos de História no Brasil, revelando mudanças, do velho manual, pequeno, apenas texto, auxiliar das lições e explicações dadas pelo professor, e que após a década de 1970 foi se transformando, num formato maior, capas chamativas, muitas cores, ilustrações, boxes, exercícios, indicações de filmes, textos complementares e participação de variados profissionais na sua confecção.

Percebemos essas mudanças indicadas por Gatti Júnior (2004) nos manuais escolares utilizados no Rio Grande do Norte. Um dos primeiros livros didáticos adotados nas escolas locais foi o *Leituras Potyguares* de 1933, do escritor, professor e diretor da Escola Normal entre 1930 a 1938, Antônio Fagundes; que também publicou o livro didático *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* em 1967 e que será objeto de análise deste livro.

Leituras Potyguares foi editado num formato pequeno com dimensões de 13 x 9 cm. Não se trata de um livro de História, mas uma obra didática voltada para a literatura que possuía apenas texto, reunindo 60 enxertos em 333 páginas, entre crônicas, artigos, poesias, poemas e contos de autores do quilate de Olavo Bilac, Eloy de Souza, Nestor Lima, Domingos Barros, Auta de Souza, Clementino Câmara, Edgar Barbosa, Segundo Wanderley, Antônio Soares, Henrique Castriciano, Palmira Wanderley, Peregrino Júnior, Manoel Dantas, e Luiz da Câmara Cascudo.

Para o poeta e escritor Homero Homem, na Apresentação de seu livro didático *Rio Grande do Norte* (1976), *Leituras Potyguares* seria um daqueles livros indispensáveis aos estudantes, posto ser “o último livro didático com a preocupação de despertar a consciência das novas gerações para o destino da terra potiguar e sua gente – tem mais de 40 anos e está esgotado”, de forma que sua obra didática

Amplia aquela trilha aberta pelo Professor Antônio Fagundes com as Leituras Potiguanas e procura sua correspondência no tempo e no espaço; como à estrada de chão batido, sucede o asfalto atualizador dos caminhos (HOMEM, 1976, p. 7).

Os textos do pequeno livro tratam de temas como patriotismo, costumes, lendas, tradições sertanejas, geografia, história, economia, botânica e religiosidade. Destinado aos Cursos Complementares nos grupos escolares do Estado, a obra adaptada para uso escolar, foi recomendada por Câmara Cascudo, Diretor Geral do Departamento de Educação, com parecer favorável pela comissão composta por Luiz Soares, Monsenhor Alfredo Pegado e Amphiloquio Camara.

Diferentemente dos livros didáticos impressos no Brasil desde a primeira metade do século XX, especialmente os de História do Brasil³⁶ que, ao final de cada capítulo ou lição, traziam exercícios a serem feitos pelos alunos, na forma de perguntas e respostas – questionários, atividades – em *Leituras Potiguanas*, o autor não propõe nenhum tipo de atividade para o aluno. O objetivo de Antônio Fagundes não era avaliar o conhecimento literário ou histórico dos alunos, mas fazer com que eles conhecessem, gostassem e valorizassem a história do País e do nosso Estado e se interessassem por ela, em suas palavras “quis com o presente trabalho prestar mais um concurso, modesto embora, a causa do ensino da minha terra.” (FAGUNDES, 2009, p. 5).

36 Livros como *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária* de 1907, do professor do Colégio D. Pedro II, Joaquim Manole de Macedo, que ao final de cada lição, dedicava um espaço às perguntas e respostas; *Resumo da História do Brasil: para uso das escolas primárias brasileiras*, da professora Maria G. L. de Andrade, de 1928, que utilizava questionários ao final dos capítulos para aferir a aprendizagem dos alunos; *História do Brasil para o Curso Comercial*, de 1937, do membro do Instituto Histórico de São Paulo, professor A. F. Cesarino Júnior, reservava um espaço para os questionários ao final de cada capítulo. Sem querer esgotar o tema, esses são alguns exemplos de livros anteriores aos primeiros manuais didáticos produzidos por autores potiguanos que faziam uso dos exercícios e atividades. Disponível em: < <http://lemad.fflch.usp.br/livros-did-ticos-digitalizados> > Acesso em: 23 out. 2020.

Interessa-nos, para o presente momento da análise em que apresentamos as fontes, realizar um diálogo em que as singularidades e semelhanças dos 11 livros didáticos possam ser entendidos como um conjunto, ainda que possuam características que os distingam. Dessa forma, procuramos agrupá-los a partir de suas similaridades.

3.1 ESCOLHAS DIDÁTICAS: A AUSÊNCIA DOS EXERCÍCIOS E ATIVIDADES

Nesse sentido, uma das principais características dos atuais livros didáticos é a presença de exercícios e atividades. Tal componente pedagógico pode ser encontrado na maioria dos livros objetos de nossa pesquisa, com exceção de cinco obras: *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), do professor Clementino Câmara; *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (1971), das autoras Iane Freire de Paula e Maria Aparecida de Queiroz; *Terra Potiguar* (1973), terceiro volume da Coleção Didática de Autores Nordestinos, destinado à terceira série da escola primária, obra coletiva das professoras Maria Alexandrina, Maria das Neves Queiroz, Concessa Cunha e organizado por Zilda Lopes; e as obras dos jornalistas Homero Homem e Murilo Melo Filho, intitulados respectivamente de *Rio Grande do Norte* (1976) e *O nosso Rio Grande do Norte* (1993).

Segundo André Chervel (1990), um dos componentes da disciplina escolar, encarando-o como primeiro, numa ordem cronológica, “senão na ordem de importância, é a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos”, para ele, “os conteúdos explícitos constituem o eixo central da disciplina ensinada, o exercício é a contrapartida quase indispensável”, de modo que “sem o exercício e seu controle, não há fixação possível de uma disciplina”. Portanto, “o sucesso das disciplinas depende fundamentalmente da qualidade dos exercícios aos quais elas podem-se prestar”, concluindo o teórico que se “chama de exercício toda atividade do aluno observável pelo

mestre”, no caso dos livros didáticos, esses exercícios ou atividades seriam os “conteúdos explícitos e baterias de exercícios [que] constituem então o núcleo da disciplina” (CHERVEL, 1990, p. 204-205).

Diante disso, abre mão desse recurso pedagógico o professor Clementino Câmara, que logo na Apresentação de sua *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952) aponta que, diferentemente das obras clássicas da História do Rio Grande do Norte, esses não eram “livros de classe”, e num tom de reverência e de certa humildade pontua:

Não alimentamos a vaidade de ter feito um livro completo como, talvez, possamos fazê-lo, pois não é possível que a história dêste Estado seja tão exígua. O que a respeito outros escreveram vai muito além, todavia, não são livros de classe (CÂMARA, C., 1952, p. 7).

Ainda que esse fosse um *livro de classe*, o mesmo não apresenta quaisquer atividades relacionadas a exercícios ou questionários. Quanto à estrutura e periodização do livro, o autor justifica que:

Seguimos mais ou menos a orientação do ciclo ginasial no tocante a História do Brasil. Procuramos abordar os acontecimentos que, por assim dizer, constituem as linhas-mestras dos fatos que se desenvolveram na Capitania, na Província e no Estado (CÂMARA, C., 1952, p. 8).

Quanto aos conteúdos de conhecimentos, conforme nos aponta Chervel (1990), a obra do professor Clementino Câmara (1952) foi estruturada em 135 páginas, formatada em 21 x 14 cm e dividida em três partes: a primeira denominada *Geografia Físico-Econômica e Geografia Humana-Administrativa*, a segunda parte se chama *História* e a terceira e última parte *A terra e o Homem*.

A primeira parte, *Geografia Físico-Econômica*, é dividida nas seguintes seções: *Posição astronômica; Pontos extremos; Linhas de contorno; Superfície; Aspecto geral; Clima; Orografia; Potamografia; Linografia; Flora; Fauna*. No segundo ponto da primeira parte,

Geografia Humana-Administrativa, temos a seguinte organização: *População absoluta; População relativa; Capital; Cidades*, incluindo em cada uma a sua *origem, criação, clima, população, produção, instrução e vias de comunicação*.

Na segunda parte, intitulada *História*, temos a divisão em dez seções, enumeradas com algarismos romanos, que tratam da Conquista da Capitania até o Século XX (1930), ponto em que a obra encerra seu conteúdo voltado para a História.

Finalizando o livro, temos a terceira parte, *A Terra e o Homem*, a qual o autor organizou os temas adiante: *O inverno do Nordeste; O peixe voador; A carnaúba; Aves de arribação; O jangadeiro; O vaqueiro; Quebra-quilos; Uma lenda de Extremoz; O Norte rio-grandense; obras consultadas* e, por fim, uma *Relação dos estabelecimentos de ensino médio e secundário no Rio Grande do Norte em 1952*.

O livro fora destinado ao Curso de Professores Primários do Estado, e nas palavras do autor:

Pensando também que de grande proveito seria dar a conhecer coisas nossas, acrescentamos alguns artigos sobre usanças, costumes e tradições que, de certo, interessarão o estudante, e contribuirão para maior conhecimento de nossa terra (CÂMARA, C., 1952, p. 7).

Esse ponto voltado para o folclore e aspectos antropológicos está contemplado na terceira parte, *A Terra e o Homem*. A obra adota um recorte tripartite, tendo como plano de fundo uma redação com abordagem político-administrativo, recortando o tempo em Colônia (Capitania), Monarquia (Província) e República (Estado).

Como apontado no início desse tópico, outro livro que não se utiliza do recurso pedagógico das atividades e exercícios é *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (1971), das autoras Iane Freire de Paula e Maria Aparecida de Queiroz, editado inicialmente em 1971, com duas reimpressões (1974, 1975), tendo sua segunda edição datada do ano de 1975 e que rendeu seis reimpressões (1977, 1978, 1979, 1980,

1981 e 1984). Ou seja, esse livro didático foi utilizado por mais de uma década em escolas no Rio Grande do Norte.

O livro foi produzido em quarenta e sete páginas, com cinco capítulos e formatado com as dimensões 25 x 18 cm. No tocante aos conteúdos de conhecimentos, nos três primeiros capítulos encontramos os assuntos voltados para Geografia Física, abordando temas como área e localização, relevo, águas, litoral, clima, vegetação, seguidos por agricultura, pecuária e avicultura, indústria e prestação de serviços. Há ainda um capítulo apresentando a divisão administrativa e os símbolos do Rio Grande do Norte.

Os assuntos específicos de História se resumem ao último capítulo, cumprindo a ordem cronológica dos conteúdos: *A colonização; A fortaleza; Natal – a cidade que nasceu cidade; Holandeses no Rio Grande do Norte; Movimentos nativistas e o Rio Grande do Norte atual*. São apenas sete páginas das quarenta e sete do total do livro dedicadas à História.

Terra Potiguar (1973), terceiro volume da Coleção Didática de Autores Nordesteiros, destinado à terceira série da escola primária, obra coletiva das professoras Maria Alexandrina Sampaio, Maria das Neves Queiroz Soares, Concessa Cunha Figueredo e organizado por Zilda Lopes Rêgo, também não conta com atividades e exercícios, supomos que devido à indicação de uso para a terceira série primária, as crianças ainda não teriam condições de realizar esse tipo de tarefa que exige o domínio da escrita e uma maior reflexão dos textos apresentados na obra didática.

O livro, que teve aprovação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Norte, já estava na sua sexta edição em 1973. As autoras dedicaram seu livro didático à professora Lia Campos³⁷, “que no

³⁷ Lia Campos - natural de Encruzilhada do Sul/RS, diplomou-se pela Escola Normal de Santa Maria/RS e fez Especialização em Administração e Supervisão no Instituto de Educação General Flores da Cunha/RN. Foi professora e coordenou Cursos de

Rio Grande do Norte deixou um marco inapagável nas diretrizes da Escola Primária, a nossa gratidão por nos ter estimulado à fazer este livro.” (SAMPAIO; SOARES; FIGUEREDO; RÊGO, 1973, p. 3).

Dentro de um viés ufanista da história regional, as autoras procuraram

Buscar em nossas lendas, nas poesias e nos feitos imortais de nossos heróis, os motivos que viessem despertar no coração do educando, o amor e o entusiasmo pelas riquezas de nossa terra, o respeito e admiração à bravura e ao valor do Rio grandense do Norte. (SAMPAIO; SOARES; FIGUEREDO; RÊGO, 1973, p.4)

Para tanto, o livro está organizado em 142 páginas, formatado em 21 x 14 cm e com 62 capítulos ou lições. Em relação aos conteúdos de conhecimentos, intercala conteúdos da Geografia: espaço potiguar, bairros da Cidade de Natal, agricultura, o sal, rios, lagoas e açudes, regime de chuvas e secas no interior, vegetação, fauna, serras; e da História: o índio, personalidades históricas do Rio Grande do Norte e abolição dos escravos. Há a inserção de alguns capítulos tratando da organização política do Rio Grande do Norte, os três poderes, o governo municipal, símbolos e Hino do Estado e outros que trazem temas relacionados às lendas, mitos, festas populares e tradições locais.

Outra obra que não se utilizou dos exercícios e atividades é *Rio Grande do Norte* (1976), da coleção *Nosso Brasil: estudos sociais*, ensino de 1º grau, do escritor e jornalista Homero Homem. O livro possui 82 páginas, formatado em 21 x 14 cm e dividido em 11 capítulos, tratando de temas da Geografia, Economia, Cultura e História do Rio Grande do Norte, dedicando apenas quatro páginas para essa última disciplina.

Aperfeiçoamento para Professores do Ensino Primário, por indicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)/ Ministério de Educação e Cultura (MEC) no Rio Grande do Norte, durante os anos de 1957 a 1964. (Cf. VIEIRA, 2005).

Na obra didática, os conteúdos de conhecimentos são expostos por meio de textos inspirados em autores como Câmara Cascudo: Fundamentos da Família Sertaneja; Vingt Rosado: Mossoró, a pioneira na libertação da escravatura; Vingt-un Rosado: A única Escola de Agronomia do Brasil semiárido; Peregrino Júnior: Um menino antigo, despreocupado das vírgulas, viaja pelo interior; Lenine Pinto: Vocação Aviat ria, entre outros que descrevem fatos pitorescos e acontecimentos sem que haja uma preocupação cronológica e/ou didática na apresentação dos conteúdos.

Como proposto na Apresentação do seu livro, o autor, muito devido a sua verve literária e sua filiação à Academia Norte-rio-grandense de Letras, trouxe uma série de pequenos textos poéticos, cr nicas e poemas como, por exemplo, *Romance da Cidade de Natal*, de Ney Leandro de Castro; *Noites Amadas*, de Auta de Souza; *Brasília, o sonho de um santo*, de Murilo Melo Filho; *A pesca no Seridó*, de Oswaldo Lamartine de Faria; *O Rio de Sanderson Negreiros, Babel , sobrevivência negra*, de Veríssimo de Melo; *A Tatajubeira*, de Hélio Galvão, entre outros. O livro se encerra com a letra do Hino do Estado do Rio Grande do Norte e uma poesia do autor, intitulada *O País do meu sim*.

Por fim, temos o livro *O nosso Rio Grande do Norte* (1993), do escritor e jornalista, Murilo Melo Filho, estruturado em 54 páginas, 22 capítulos e formatado em 21 x 14 cm, e que não trouxe no corpo do seu texto a indicação de exercícios e atividades. Na apresentação, Murilo Filho esclarece que outros autores, como Tavares de Lira, Rocha Pombo, Luís da Câmara Cascudo e Homero Homem, já haviam escrito sobre o Rio Grande do Norte, entretanto, estes se concentraram mais na história, desde a fundação da Cidade do Natal até a primeira metade do século XX.

A proposta presente na Apresentação do livro do imortal da Academia de Letras do Rio Grande do Norte é a de abranger outros aspectos da vida potiguar, além dos fatos históricos dos tempos da colonização até a República, abordando a geografia, a economia, a produção de petróleo, o ensino, a agricultura, a cultura, as tradições

folclóricas, o meio ambiente, o interior do Estado e o turismo potiguar. Dar uma ideia aproximada ao estudante da faixa etária de 10 a 18 anos do que seriam as coisas, os problemas, as riquezas e os homens do Rio Grande do Norte, ao lado de sua história, são os objetivos expostos na apresentação do livro.

No que se refere aos conteúdos de conhecimentos, os primeiros capítulos são dedicados aos conteúdos de História, organizados da seguinte forma: *A construção do Forte*; *O domínio Holandês*; *O Massacre de Uruaçu*; *As violentas Represálias*; *Capitães-Mores, Governadores e Presidentes*; *Os Governos Republicanos*; *Comunista: Um governo potiguar*; e como último ponto da parte dedicada à História, temos um capítulo dedicado ao político *Café Filho: um presidente potiguar*. Os sete capítulos seguintes tratam da Geografia e Economia: *Divisão: A Geografia potiguar*; *Um elefante: o mapa potiguar*; *Escola das dunas: a ecologia potiguar*; *Produção: a economia potiguar*; *Transformação: a estrutura econômica*; *Petróleo: a bacia potiguar*; *Possível e viável: O estado potiguar*. Em seguida, temos capítulos que trazem informações sobre o ensino, cultura e folclore: *Radiografia: o ensino no estado*; *Academia de Letras: a cultura potiguar*; *As tradições folclóricas*. Por fim, capítulos destinados a assuntos geopolíticos e turismo: *Mossoró: a capital do Oeste*; *Natal: a capital do Estado* e *Turismo: um “boom” potiguar*.

Os cinco livros listados acima partem de um modelo de metodologia e de práticas escolares que se apoiam em grande parte de sua composição, na memorização, no caráter mnemônico e enciclopédico. Essa estrutura, ao que parece, justifica a ausência das atividades e/ou exercícios. A própria construção do texto já se encontra como uma atividade que se apoia na memorização e cobra do aluno o tipo de aprendizagem difundida pelas metodologias que davam subsídios às práticas escolares e era aceito socialmente e didaticamente por parte da comunidade escolar que adotou os livros em sala de aula.

3.2 A FOTOGRAFIA COMO RECURSO DIDÁTICO

Outro componente didático encontrado nas obras pesquisadas é a fotografia, entendida por Le Goff (1996) como imagem/documento, resíduo do passado, capaz de nos informar sobre certos aspectos como modos de vida e do trabalho, sentimentos, infraestrutura urbana ou rural, imagens de prédios e lugares, etc. Outra possibilidade de interpretação que Le Goff nos aponta é entender a fotografia como imagem/monumento. Nesse sentido, a fotografia pode ser entendida como “um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro”, de modo que, “como documento e monumento, a fotografia informa e também conforma visões de mundo.” (LOPES; MAUAD, 2012, p. 264).

Circe Bittencourt (2008), ao analisar a fotografia no ensino de História, destacou que para os historiadores é fundamental selecionar as fotos, datando-as com a maior precisão possível, de modo que elas sejam capazes de reproduzir cenas, paisagens e personagens que possam ser reconhecidos, para, desta forma, se transformar em fonte histórica confiável, trazendo informações que, em diálogo com outras fontes, levem os alunos a realizarem uma primeira análise desses “documentos históricos”, possibilitando a compreensão do antes e depois, da interiorização do conceito de geração e o entendimento das mudanças e permanências, por intermédio de um estudo comparativo (2008, p. 368-369).

Nos livros didáticos de nossa pesquisa o uso de fotografias está presente em praticamente todos. Apenas quatro não contam com esse recurso, são eles: *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967), do professor Antônio Fagundes; *Terra Potiguar* (1973), terceiro volume da Coleção Didática de Autores Nordestinos, destinado à terceira série da escola primária, obra coletiva das professoras Maria Alexandrina, Maria das Neves Queiroz, Concessa Cunha e organizado por Zilda Lopes; *Rio Grande do Norte: Nossa gente... Nossa história* (1993, 1994), organizados em dois volumes, o primeiro *Da civilização*

indígena à expulsão dos holandeses (1993), e o segundo volume *Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1930* (1994), de autoria da professora Marlúcia Brandão.

A obra do professor Antônio Fagundes, *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967), está organizada em 200 páginas, formatada em 21 x 14 cm e dividida em 58 capítulos. Nesse livro não há fotografias, imagens, desenhos ou gravuras, justificado pelo autor pelo fato de que

Não me foi dado cogitar das ilustrações. Uma edição pequena, feita à custa própria, não comporta a despesa com os desenhos, os clichês, etc., indispensáveis a esse objetivo (FAGUNDES, 1967, p. 5).

A esperança em ver sua produção didática ilustrada seria numa possível edição posterior, da qual o autor confiava, como podemos observar abaixo:

Se algum mérito fôr encontrado neste arranjo pelos poderes público ou instituições educativas, uma segunda edição receberá as ilustrações necessárias à sua valorização didática (FAGUNDES, 1967, p. 5).

Essa segunda edição não se concretizou, mas o anseio do professor Antônio Fagundes era de “proporcionar às crianças do Rio Grande do Norte leitura referente a fatos e cousas de nosso Estado”(FAGUNDES, 1967, p. 5). Nesse sentido, a narrativa do livro é construída com uma linguagem simples e estruturada a partir de três personagens principais, o Sr. Barbosa e seus filhos Mário Sérgio e Gilvan Máximo.

Figura 1 - Reprodução de diálogo presente no Capítulo 1

1 — Rio que dá nome ao Estado

O Sr. Barbosa saiu a passeio com os filhos Mário Sérgio e Gilvan Máximo.

Ávidos de conhecer a cidade do Natal, capital do nosso Estado, iam as crianças pedindo explicação de tudo o que viam. Ao lençol verde-azul do Potengi, que descortinaram do cimo da colina, onde se encontra a Cidade Alta, surgiram dezenas de interrogações.

Mário Sérgio, mais curioso, quis saber por que o Potengi tinha também o nome de Rio Grande.

—Quando se deu a conquista do território do nosso Estado—explicou-lhe o pai—os colonizadores já o encontraram com os dois nomes: **Potengi** para os indígenas e **Rio Grande** para os portugueses. Era a corrente d'água em cuja foz Manuel Mascarenhas Homem construiu o Forte dos Reis Magos, para a defesa da região.

Fonte: Fagundes (1967, p. 7).

Intercalando conteúdos de Língua Portuguesa, Geografia, História, Política, Economia, Símbolos Nacionais, personalidades religiosas, políticas e intelectuais, costumes entre outros, de modo que o livro lembra uma pequena enciclopédia. O livro tem uma organização distinta das adotadas em outras obras didáticas da área da História.

Como já dito, os conteúdos são dispostos em justaposição entre as diversas disciplinas que o compõem. No que tange aos conteúdos de História, destacamos *A Primeira Cidade do Rio Grande do Norte*; *Jerônimo de Albuquerque*; *O primeiro Mestre-Escola do Rio Grande do Norte*, *O Padre Francisco Pinto*; *O Índio Poti*; *O*

Trinta de Setembro; Clara Camarão; Augusto Severo; O Primeiro Bispo de Natal; Juvino Barreto; Manuel Miranda; Ulisses Caldas; Os Holandeses no Rio Grande do Norte; O Vigário João Maria; A Carnificina de Cunhaú; O Morticínio de Uruaçu; Frei Miguelinho; O Abolicionista Joaquim Honório; Amaro Cavalcanti; O General João Varela; Principais Governos Republicanos I, II, III, IV e V, quando se encerra o livro ao retratar pontos da administração do governador Juvenal Lamartine de Faria (1928-1930).

Podemos notar também que o livro enfatiza as experiências individuais, as histórias de vida dos ditos grandes homens ou vultos ilustres da História do Rio Grande do Norte, construindo imagens elogiosas e evocando as contribuições desses personagens para construção de um passado glorioso e exemplar.

Dividido em textos que inauguram cada capítulo, seguidos de uma parte dedicada aos *Significados*, o livro traz uma espécie de glossário com explicação de alguns termos pouco conhecidos dos alunos. Com o objetivo de fixar os conteúdos históricos, Antônio Fagundes (1967) propõe na seção *Exercícios e Resposta* uma série de perguntas, atividades e questionamentos que retomam os textos capitulares.

Dentro do conteúdo pedagógico, temos ainda partes dedicadas a *Gramática*, e em alguns capítulos vemos a presença do componente didático *Composição Oral*, que seria a exposição verbal pelo aluno após as lições, e a *Composição Escrita*, uma proposta para produção de textos sobre o tema apresentado no capítulo estudado.

Os próximos dois livros analisados são de autoria da professora Marlúcia Galvão Brandão, tratam-se do *Rio Grande do Norte: Nossa gente... Nossa história*, organizados em dois volumes, o primeiro *Da civilização indígena à expulsão dos holandeses*, e o segundo volume *Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1930*, publicados, respectivamente, nos anos de 1993 e 1994.

Os livros não apresentam imagens, nem fotografias, o que tornaria a obra mais acessível ao grande público, mas faz uso

acentuado de ilustrações em preto e branco de autoria do artista plástico Emanuel Cândido do Amaral³⁸, justificado pela autora na sua orientação metodológica que

Quanto às ilustrações, estas fogem ao colorido convencional, não só pelo barateamento da obra, mas principalmente por ser nossa intenção que elas sejam coloridas pelos alunos. A opção pelo desenho humorístico justifica-se pelo fato de ser uma arte, cuja linguagem de fácil interpretação, identifica-se com a faixa etária a quem este trabalho é destinado (BRANDÃO, 1993, p. 13).

Essas iconografias são apresentadas como textos auxiliares, dirigindo o ato de leitura dos alunos, podendo chamar a atenção, ajudando a compreender melhor o texto ou mostrar detalhes não revelados em palavras, de modo a possibilitar uma compreensão dos conteúdos apresentados em cada capítulo do livro, como no exemplo da figura 2:

³⁸ Emanuel Cândido do Amaral - natural de Natal, iniciou seus trabalhos nas artes gráficas aos 16 anos no Rio de Janeiro. Trabalhou no jornal Diário de Natal e teve atuante participação na produção de histórias em quadrinhos no Rio Grande do Norte. Formou em 1986, junto com outros escritores e artista o Grupo de Pesquisa e Histórias em Quadrinhos (GRUPEHQ) que produziu uma série de revistas e suplementos em jornais locais. (Cf. MEDEIROS, 2015, p. 21-26).

Figura 2 - Reprodução de ilustração que inaugura o capítulo 27



Fonte: Brandão (1993, p. 3).

A estratégia de colorir as ilustrações se revela como uma proposta dúbia, pois se por um lado pode estimular a capacidade criativa e artística dos alunos, por outro lado, ao pintar os livros, esses podem se tornar inservíveis para futuros estudantes.

Quanto à estruturação dos livros, o primeiro volume, *Da civilização indígena à expulsão dos holandeses*, tem 82 páginas e 69 capítulos, enquanto o volume dois, *Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1930*, possui 92 páginas e 75 capítulos. Ambos foram formatados com as dimensões 21 x 28 cm e apresentam ao final de cada capítulo sugestões de atividades definidas pela autora como exercícios de *Pesquisar e Discutir*, visando evitar

Ao convencional [...] as sugestões de atividades que objetivam discussão, diálogo, reflexão, crítica, pesquisa e NÃO uma resposta a uma questão, embora muitas delas apresentem uma interrogação. Essas tencionam explorar a linguagem oral, a construção e elaboração de

um pensamento crítico sem valorizar muito o que se convencionou chamar de “certo” ou “errado” (BRANDÃO, 1993, p. 13).

Esses dois livros didáticos se destacam – sendo pioneiros, ao menos em nossa amostragem – entre as demais produções pesquisadas por abordarem somente os conteúdos da História do Rio Grande do Norte, diferentemente dos livros anteriores, que intercalavam enfoques da geografia e da história, na modalidade que ficou conhecida como estudos sociais (nove livros de nossa amostra até o presente momento da pesquisa trabalham com essa perspectiva).

O primeiro volume (1993) está organizado cronologicamente, tratando inicialmente dos povos indígenas, suas etnias, religião, estrutura social, habitação, trabalho. Em seguida, vemos a apresentação dos grandes temas da história nacional e regional: descobrimento, colonização, invasão holandesa, movimentos nativistas, ciclos econômicos. O volume dois traz conteúdos como a retirada holandesa, confederação dos Cariris, Revolução Pernambucana de 1817, Confederação do Equador, Independência do Brasil, Proclamação da República, Coronelismo, I Guerra Mundial até o Golpe de 1930, quando se encerra o conteúdo do livro.

A professora Marlúcia Brandão esclarece que a “Nossa História não terminou aqui, em 1930. Ela continuou a ser construída pelos seus avós, pais, amigos, parentes e vizinhos mais velhos do que você”. Como proposta para essa lacuna de mais de sessenta anos de História, a autora convida os alunos “a conversarem com eles [pessoas mais idosas] sobre a História do nosso Estado após 1930” (BRANDÃO, 1994, p. 87).

3.3 OS MAPAS COMO RECURSO DIDÁTICO

Os livros didáticos de História buscaram registrar as ações humanas no tempo, situando-as no espaço. Para tanto, fazem uso, dentre outras possibilidades, de mapas enquanto suporte material

das representações do espaço. Interessa-nos para o presente momento da análise, os mapas históricos, ou seja, aqueles utilizados para representar algum acontecimento em um dado período histórico e/ou as mudanças históricas que ocorreram em uma determinada região.

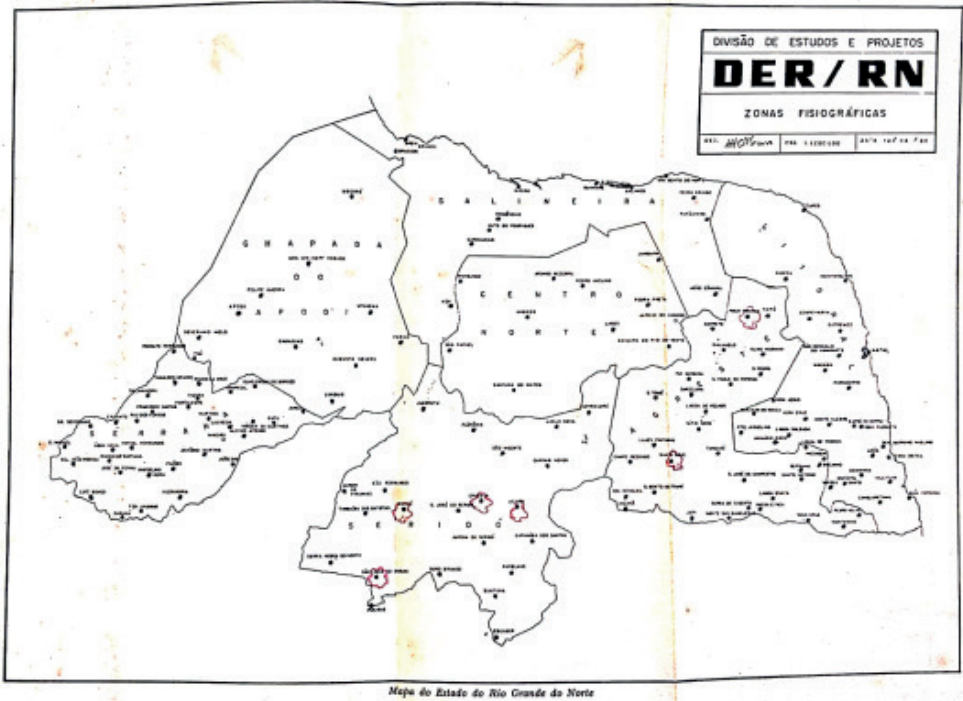
As pesquisas³⁹ têm evidenciado a importância do conhecimento cartográfico para o ensino da geografia e história, auxiliando os alunos a entenderem as relações sociais e as relações entre os homens e a natureza, de forma que possam conhecer melhor o lugar em que vivem, sendo capazes de se localizarem no espaço e se reconhecerem enquanto partícipes do país, estado e cidade que residem. Para tanto, o livro didático pode contribuir na formação de alunos leitores críticos de mapas, ajudando-os a compreender os mapas, sua função e importância.

Em nosso corpo documental, apenas dois livros não puderam contar com esse recurso didático: *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), do professor Clementino Câmara e *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967), do professor Antônio Fagundes.

No livro do historiador Rômulo Wanderley, *Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte* (1969), consta um mapa monocromático com as zonas fisiográficas do Estado.

³⁹ Entre as pesquisas que tomam como objeto de pesquisa os mapas e os livros didáticos, destacamos as recentes produções oriundas de programas de pós-graduação: LIMA, G. (2007); ANDERSON (2016); BOLIGIAN (2010); SANTOS, S. (2016); NOVACK (2016).

Figura 3 - Mapa fisiográfico



Fonte: Wanderley (1969, p. 17-18).

Como se pode observar no mapa da figura 3, os estados vizinhos, Paraíba e Ceará, não são nomeados, bem como o Oceano Atlântico, dando a entender que estamos isolados, numa espécie de ilha. Trata-se de um mapa sem apresentação de escalas e que fora disponibilizado pela Divisão de Estudos e Projetos do Departamento Estadual de Rodagens.

O livro do professor Rômulo Chaves Wanderley é datado do ano de 1967, mas para a nossa análise só conseguimos localizar a segunda edição, do ano de 1969. O propósito do autor era que o livro fosse útil para o grande público, especialmente para a juventude que “nunca

teve oportunidade de penetrar naquelas duas facetas (geografia e história) da terra potiguar” (WANDERLEY, 1969, p. 7).

Tal como Clementino Câmara (1952), Rômulo Wanderley (1969) reconhece a importância das obras clássicas da historiografia potiguar, destacando a produção das Histórias do Rio Grande do Norte de Rocha Pombo, Tavares de Lira e Câmara Cascudo, mas que ele julga serem livros “profundos e raros”, de modo que seu trabalho se apresentaria como leve e metodizado.

Organizado em 150 páginas, formatado em 23 x 16 cm, com 40 capítulos e exercícios e questionários ao final de cada capítulo, apresentando o conteúdo por justaposição, com abordagens da geografia física – localização espacial, localização, limites, relevo, clima, vegetação, hidrografia, divisão em zonas geográficas; da geografia econômica e humana – meios de transportes, vias e meios de comunicação, recursos econômicos, recursos humanos, indústria, etc.

No tocante ao conteúdo de História, apresenta uma abordagem factual, iniciando com as origens do Rio Grande do Norte, do “descobrimento” do Brasil, os primeiros colonizadores, fundação da cidade do Natal, estabelecimento das principais Vilas e Cidades, as missões jesuítas, a invasão holandesa, primeiros governantes republicanos, interventores. Entre esses conteúdos, há uma parte dedicada à organização política e administrativa do Rio Grande do Norte e uma explicação sobre os símbolos nacionais e do Estado.

Há uma grande preocupação por parte de Rômulo Wanderley (1969) em trazer a trajetória biográfica de personagens da política norte-rio-grandense, principalmente na figura de governadores que estiveram à frente do poder executivo, partindo de Pedro Velho (1889; 1890 e 1892-1896) até Walfredo Gurgel (1966-1971), incluindo um álbum com fotografias de alguns desses políticos.

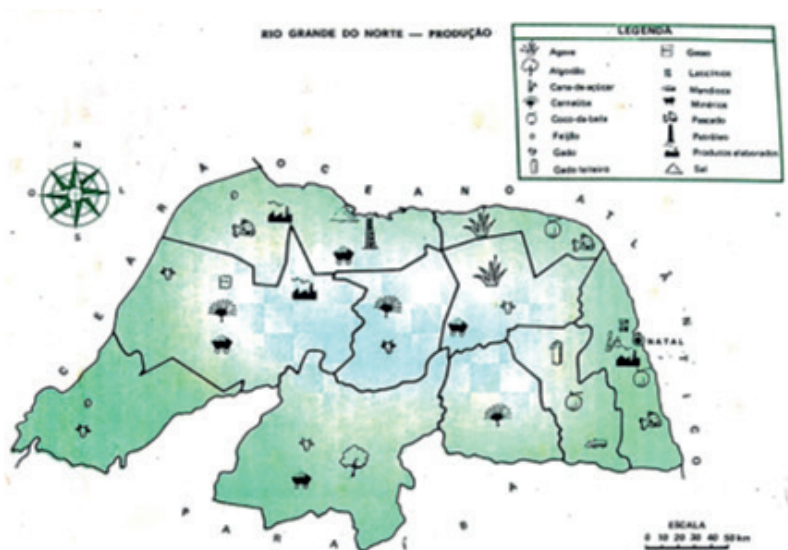
A História contada no livro é construída a partir dos feitos dos grandes homens, leiam-se políticos, e com viés marcadamente político-administrativo, relatando pormenorizadamente as obras e ações de governantes. Essa visão da História, fruto da historiografia

clássica potiguar (MONTEIRO, D., 2006), que tem suas bases num pensamento conservador, disseminado numa visão da sociedade esvaziada de conflitos sociais, eliminando os conflitos internos e externos sob a ótica dos interesses de determinadas elites políticas e culturais; enxergando a política como atividade exclusiva dessas elites; petrificando determinados fatos históricos enobrecedores, nos quais se celebravam certos personagens históricos.

Os conteúdos estão agrupados em duas grandes unidades, primeiramente a Geografia e depois a História, mas apresentam alguns diálogos entre os capítulos. Na parte final do livro há alguns capítulos tratando dos grandes vultos potiguares e uma comparação entre o que seria o Rio Grande do Norte daquela época e o antigo. É o primeiro livro didático voltado para o ensino básico que localizamos a possuir imagens (42 fotografias em preto e branco de personalidades, prédios, estátuas e paisagens que foram cedidas pelo “laureado decano dos fotógrafos norte-rio-grandenses”, João Alves de Melo) e a partitura do Hino do Rio Grande do Norte com sua letra.

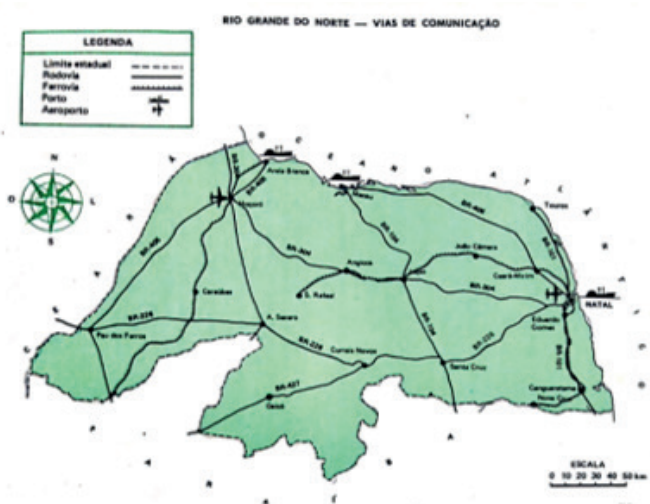
Retornando aos mapas, durante a década de 1970, os livros começam a apresentar mapas coloridos com legendas e escalas, tratando dos aspectos físicos, políticos, de produção econômica e vias de comunicação, como é possível observar no livro *Nosso Estado: Rio Grande Do Norte* (1971), das professoras Iane Freire de Paula e Maria Queiroz.

Figura 4 – Mapa de produção econômica



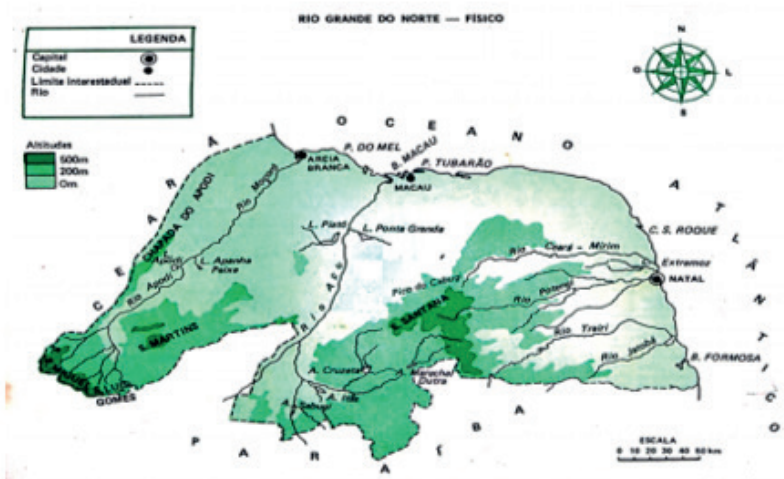
Fonte: Paula; Queiroz (1971, p. 20).

Figura 5 – Mapa de vias de comunicação



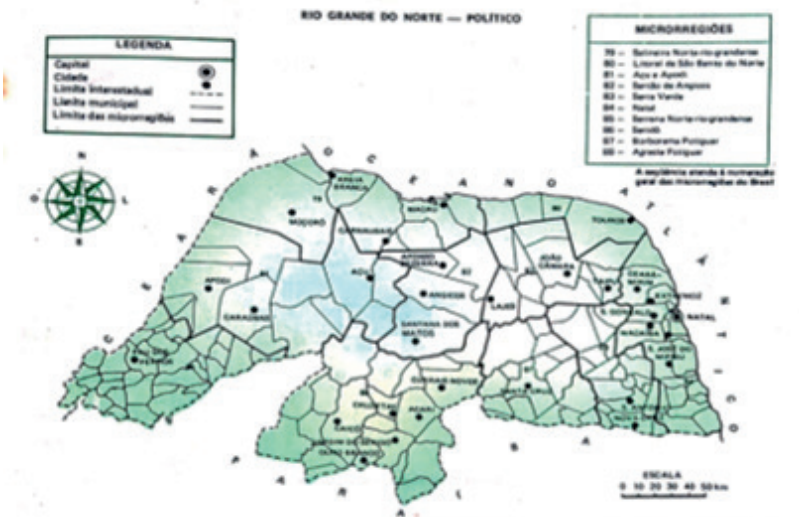
Fonte: Paula; Queiroz (1971, p. 24).

Figura 6 – Mapa físico



Fonte: Paula; Queiroz (1971, p. 43).

Figura 7 – Mapa político



Fonte: Paula; Queiroz (1971, p. 44).

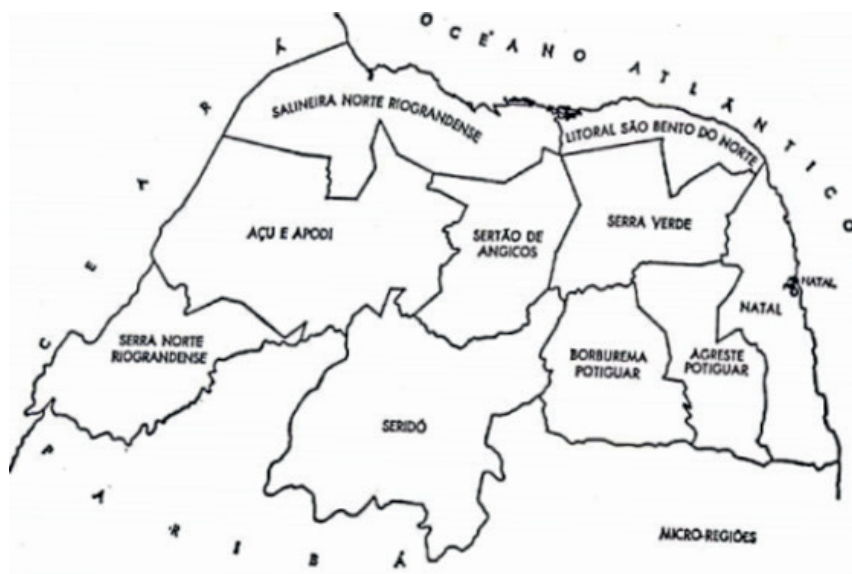
Os mapas apresentados nas figuras 4 a 7 são prioritariamente geográficos, descrevendo os aspectos físicos, econômico e político quanto à apresentação da divisão do estado em microrregiões. Já no livro organizado por Zilda Lopes, *Terra Potiguar* (1973), os mapas são produzidos a partir de ilustrações. Considerando que o livro é destinado para crianças do terceiro ano primário, acreditamos que a proposta é válida. O primeiro mapa (figura 8) do livro procura localizar as etnias indígenas no território potiguar, enquanto o segundo (figura 9) revela a divisão do estado em microrregiões, e os dois últimos mapas constantes no livro ressaltam a hidrografia (figura 10) e relevo (figura 11), apresentando os rios e serras do Rio Grande do Norte.

Figura 8 – Mapa com a localização das etnias indígenas



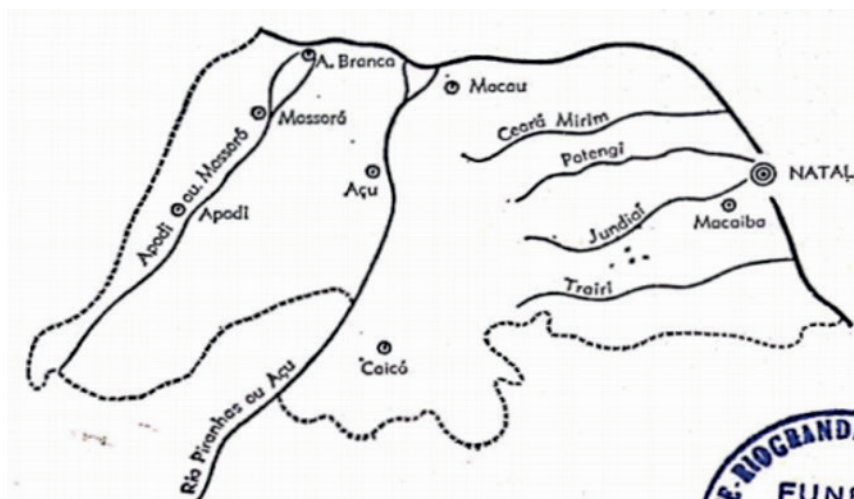
Fonte: Sampaio *et al.* (1973, p. 15).

Figura 9 – Mapa com divisão em microrregiões



Fonte: Sampaio *et al.* (1973, p. 46).

Figura 10 – Mapa hidrográfico



Fonte: Sampaio *et al.* (1973, p. 73).

Figura 11 – Mapa do relevo

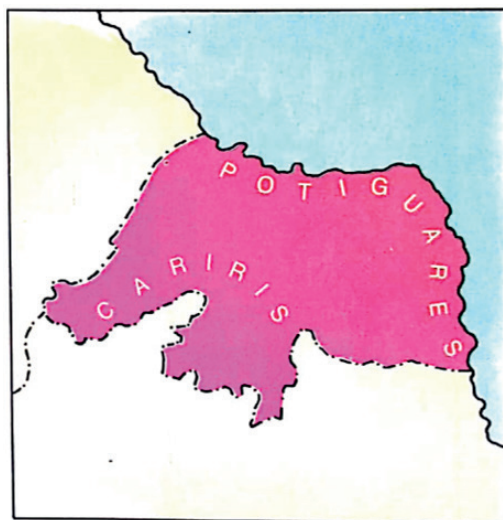


Fonte: Sampaio *et al.* (1973, p. 136).

Os mapas apresentados como ilustrações fazem parte de uma proposta didática que procurou aproximar a cartografia às crianças que estavam iniciando o contato com a geografia e a história escolar.

Se no livro *Terra Potiguar* (1973) as autoras localizam 14 etnias indígenas (figura 8), entre *Potiguara*, *Monxoró*, *Janduis*, *Panatis*, *Caborés*, *Pajeús*, *Paiaçus*, *Icosinhos*, *Icós*, *Caicós*, *Canindés*, *Jundiás*, *Areás* e *Carcarás*, espalhadas pelo espaço norte-rio-grandense, no livro dos autores Aleuda Marinho e Carlos Noronha, intitulado *Rio Grande do Norte, meu estado: Estudos Sociais* (1991), podemos visualizar um mapa (figura 12) com a divisão em apenas dois grupos, os *Potiguares* habitantes do litoral e os *Cariris* que viviam no interior.

Figura 12 – Mapa com localização dos Potiguares



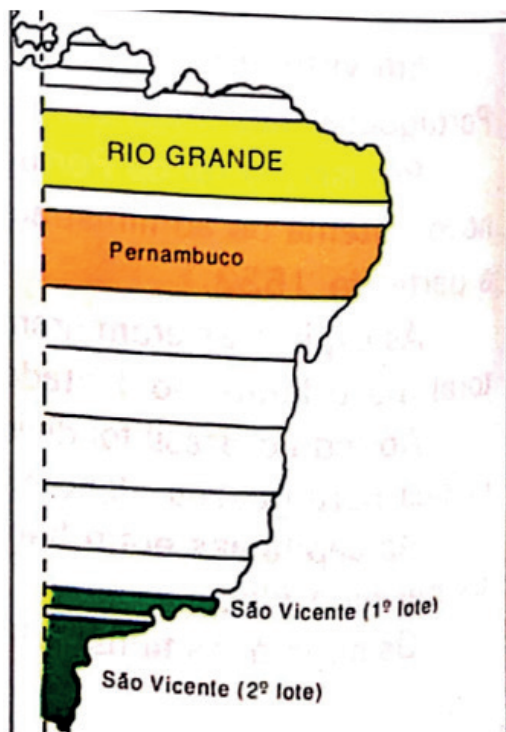
Fonte: Marinho; Noronha (1991, p. 17).

Figura 13 – Mapa do local onde foi chantado o marco de posse



Fonte: Marinho; Noronha (1991, p. 18).

Figura 14 – Mapa da divisão do Brasil em capitanias hereditárias



Fonte: Marinho; Noronha (1991, p. 20).

O livro apresenta ainda mais sete mapas coloridos, dos quais destacamos dois para fins de exemplificação, um que trata de localização onde foi chantado o marco da posse portuguesa em terras potiguares (figura 13); e um outro que apresenta a divisão do Brasil em capitanias hereditárias (figura 14);

A obra é organizada com 119 páginas, no formato 21 x 28 cm, dividido em quatro unidades: a primeira, *Aspectos históricos e localização geográfica do Rio Grande do Norte*; a segunda intitulada *Como se divide o nosso estado e seus aspectos físicos*; a terceira, *Aspectos econômicos e culturais*; e a quarta e última unidade denominada de *Administração, serviços e símbolos*.

Na Unidade III, *Aspectos Econômicos e Culturais*, os autores dedicam apenas uma página para tratar de temas como Folclore – definindo e exemplificando de forma muito sucinta que há expressões como as danças do fandango, boi-calemba, congos, chegança, pastoril e festas como bambelô, espontão e mineiro-pau –, evidenciando a figura de Luís da Câmara Cascudo. Para os outros conteúdos dessa unidade, quatro páginas apresentam de forma bem objetiva o Artesanato e os Tipos humanos: o vaqueiro, apanhador de algodão, salineiro e jangadeiro.

Afora as três últimas unidades do livro, destinadas ao conteúdo da geografia, temos a primeira unidade dedicada à história. Entre os temas abordados, o livro trata inicialmente dos índios que habitavam o Rio Grande do Norte antes da chegada dos europeus, depois segue uma cronologia tradicional: descobrimento, capitânias hereditárias, colonização, domínio holandês, movimentos nativistas, destacando-se a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, autonomia do Rio Grande do Norte, abolição da escravidão e proclamação da república. Na parte final dedicada ao conteúdo da história, temos uma apresentação das *Raças que contribuíram na formação do nosso povo* e um capítulo dedicado a *História da Cidade de Natal*. A parte gráfica do livro é bem acabada com muitos mapas coloridos, tabelas, gráficos, boxes com curiosidades e vocabulário, ilustrações, gravuras, fotografias e imagens em sua grande maioria coloridas. Ao final de cada capítulo há uma parte dedicada às atividades e exercícios.

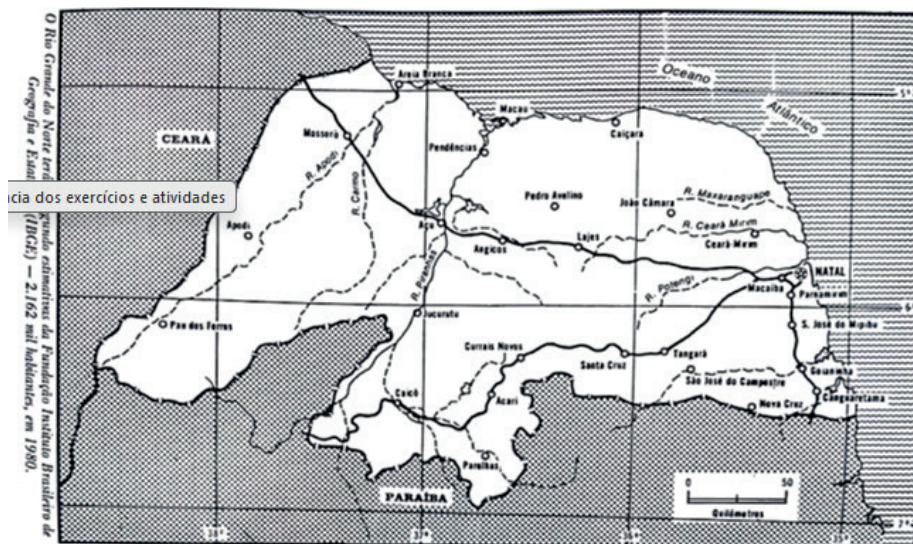
No livro do jornalista Homero Homem, *Nosso Brasil: Rio Grande do Norte* (1976) destinado aos alunos do atual ensino fundamental, o jornalista apresenta o mapa do Rio Grande do Norte fazendo uma alusão ao seu formato, que se assemelha a um elefante, por meio de um diálogo entre um pai e um garoto:

Quais são os dois maiores animais do mundo? - Perguntou o garoto ao pai. - No mar, a baleia; em terra firme, o elefante. - Onde posso vê-los? - A baleia, em determinadas épocas do ano, se aproxima da

nossa costa e, então, pode ser vista e arpoada. -E o elefante? -Bem, o elefante só pode ser visto no circo. -Tem um circo aqui perto! - Disse o garoto. - Podemos ver o elefante? -Certo. Mas se tem mesmo urgência em contemplar o elefante, olha no mapa do Brasil - sugeriu o pai, paciente e didático. - Veja, o Estado do Rio Grande do Norte, no mapa, tem a forma de um elefante, cujo dorso, na linha norte-sul da costa, banhase nas águas do oceano Atlântico; e, pelo lado da terra, fizesse limites com o Estado do Ceará, ao norte, e com o da Paraíba mais para o sul e para o oeste (HOMEM, 1976, p. 9).

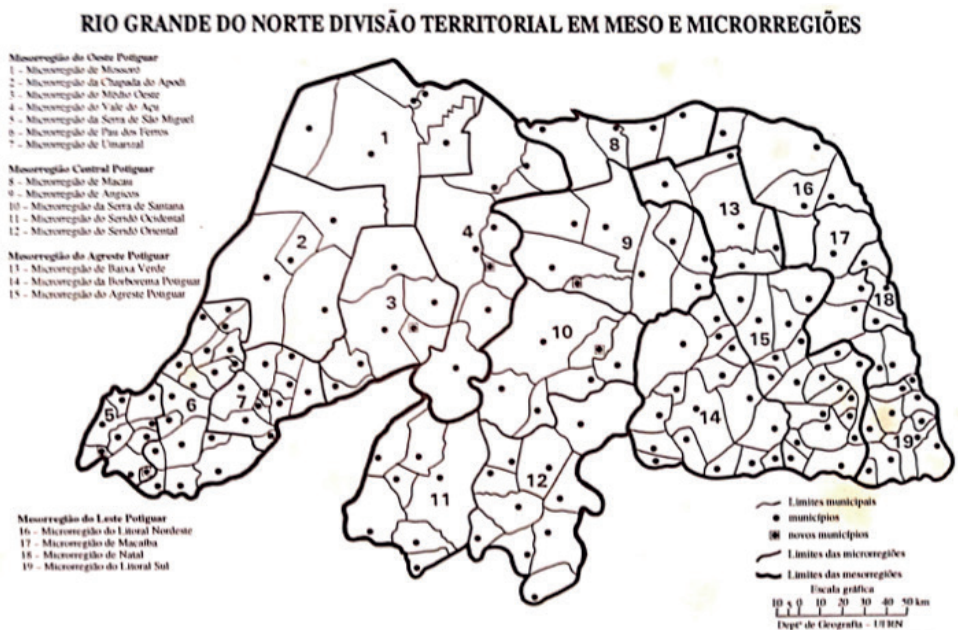
O mapa fora disponibilizado pelo IBGE: em tons de cinza e com indicação de escala, apresentando a hidrografia, vias de comunicação e a posição geográfica das principais cidades:

Figura 15 – Mapa hidrográfico, vias de comunicação e político



O também jornalista Murilo Melo, imortal da Academia de Letras, traz um mapa com a divisão territorial em meso e microrregiões do Rio Grande do Norte em seu livro *O Nosso Rio Grande do Norte* (1993):

Figura 16 - mapa com a divisão territorial



Fonte: Filho (1993, p. 28).

Assim como Homero Homem, Murilo Melo também faz menção à similaridade do mapa do Rio Grande do Norte com a figura de um elefante, destacando que

Olhando-se de frente, o mapa do Brasil oferece, lá no Nordeste, um Estado cujos contornos lembram logo a figura de um elefante, com o dorso e o traseiro banhados pelo Oceano Atlântico [...]

Na tromba do elefante, localizam-se os municípios e as cidades interioranas [...]

Nas patas, está o Seridó (MELO FILHO, 1993, p. 26).

Logo após esse capítulo denominado *Um Elefante: O Mapa Potiguar*, Murilo Melo destaca alguns aspectos geográficos do estado,

determinando a sua superfície, extensão, clima, temperatura, pluviosidade, vegetação, altitude e relevo.

No livro das professoras Raimunda Almeida e Maria das Neves Castro (1988), *Estudos Sociais: Rio Grande do Norte*, encontramos três mapas na parte destinada ao estudo da História do Rio Grande do Norte. É um conjunto de mapas que procuram relacionar espaço e história, apresentando as rotas das viagens dos portugueses (figura 17), a costa do que viria a ser o Brasil, bem como das expedições exploradoras durante o século XVI (figura 18) e da divisão do país conquistado em capitanias hereditárias destacando a localização da capitania do Rio Grande (figura 19).

Figura 17 – Mapa da rota de Cabral



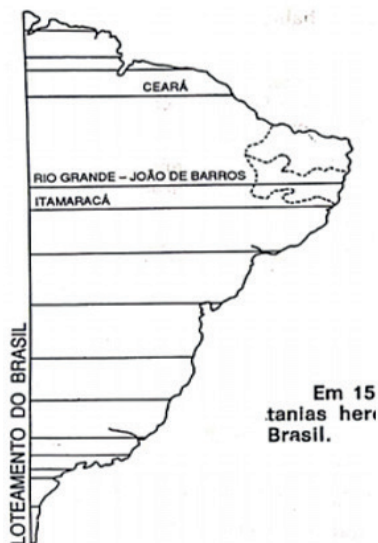
Fonte: Almeida; Castro (1988, p. 7).

Figura 18 – Mapa das expedições exploradoras



Fonte: Almeida; Castro (1988, p. 9).

Figura 19 – Mapa das capitanias hereditárias



Fonte: Almeida; Castro (1988, p. 10).

Esse conjunto de mapas com setas indicando os trajetos percorridos por Pedro Álvares Cabral quando da saída de Portugal com destino à Índia (figura 17), ou revelando os caminhos das expedições colonizadoras na costa brasileira (figura 18), da mesma forma, cartografando a divisão das capitanias hereditárias (figura 19) são inovadores nos livros pesquisados, e juntamente com os demais documentos visuais como tabelas, gráficos, ilustrações e fotografias em preto e branco e coloridas revelam o porquê de tantas edições encontradas, do qual localizamos a quinta e a sexta edição de 1897 e 1988, deste último nos propomos a realizar a análise e sua cartografia.

Segundo as autoras, a sexta edição é fruto da reflexão sobre o conteúdo e a metodologia, que foi sendo aprimorado a partir das sugestões daqueles que o adotavam. As atividades ou exercícios, que se fazem presentes somente em dois livros anteriores – Antônio Fagundes (1967) e Rômulo Wanderley (1969) – dos sete livros estudados até os anos de 1980, são colocados ao final de cada assunto, visando dar maior organização e associação objetiva ao trabalho do professor e do aluno. Uma atividade utilizada é o recurso didático de completar as lacunas em branco a partir de perguntas:

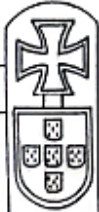
Figura 20 – Reprodução de atividade



ATIVIDADES

1. Complete os quadros, seguindo as instruções abaixo:

1	P	O	T	I	G	U	A	R	E	S	
2	L	E	M	O	S						
3	M	A	N	U	E	L					
4	V	E	R	A	■	C	R	U	Z		
5	P	O	R	T	U	G	U	E	S	E	S
6	V	E	S	P	Ú	C	I	O			



1.º MARÇO

- 1) Primitivos habitantes do Rio Grande do Norte.
- 2) Gaspar de... comandou a expedição exploradora de 1501.
- 3) Rei de Portugal na época do descobrimento do Brasil.
- 4) Nome que Cabral deu ao Brasil: Ilha de...
- 5) Destacaram-se no comércio com a Índia.
- 6) Segundo nome do auxiliar da expedição exploradora.

Fonte: Almeida; Castro (1988, p. 9).

Composto por 127 páginas, no formato 21 x 28 cm – modelo utilizado até os dias atuais – e dividido em quatro grandes partes: *Revivendo a nossa história*; *O espaço norte-rio-grandense*; *Como se divide o Rio Grande do Norte* e *O Rio Grande do Norte nos dias de hoje*, subdividido em 38 capítulos.

Em relação ao conteúdo da História, temos somente a primeira parte, *Revivendo a nossa história*, reservando 30 páginas para esse conteúdo em específico com abordagem factual e cronológica, partindo do descobrimento, colonização, capitanias hereditárias, fundação de Natal, Governo Geral, Holandeses no Rio Grande do Norte, Movimentos nativistas, Independência do Brasil até o Brasil República.

3.4 APRESENTAÇÃO DAS FONTES

Inicialmente, quanto ao local de edição dos 11 livros didáticos de nossa pesquisa, temos a presença marcante de São Paulo e Rio de Janeiro, dois dos principais polos industriais de livros brasileiros, com cinco livros produzidos, seguido por Natal, com quatro e a Editora Grafset de João Pessoa, com dois exemplares. Para uma melhor visualização desses dados, elaboramos o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Local de publicação e quantidade dos Livros Didáticos



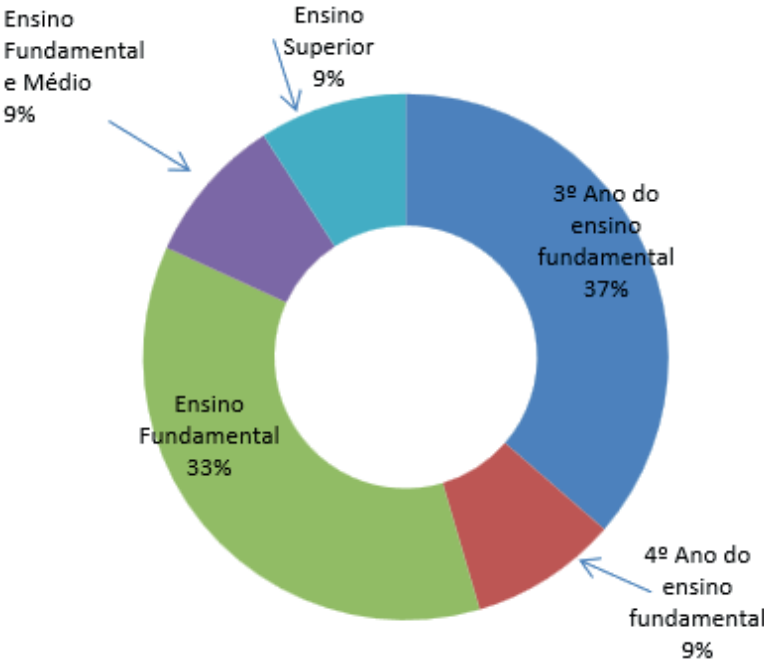
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Dos 11 livros didáticos estudados, apenas dois tratam especificamente da História do Rio Grande do Norte. São eles: *Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da civilização indígena à expulsão dos holandeses* (1993) e *Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao*

Golpe de 1930 (1994), de Marlúcia Brandão. Os demais livros, nove no total, contemplam concomitantemente os componentes de História e Geografia, dentro dos moldes da antiga disciplina de Estudos Sociais, que esteve em vigor nas séries iniciais até fins da década de 1990.

Em relação ao nível de ensino indicado nos livros didáticos, temos que quatro foram destinados ao terceiro ano do ensino fundamental (37%), um para o quarto ano do ensino fundamental (9%), e quatro com indicações genéricas para o ensino fundamental, sem recomendação de série (33%), um para o Curso de Professores Primários – Escola Normal –, atual licenciatura em Pedagogia (9%), e um para o ensino fundamental e médio (9%), conforme exposto no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Nível de Ensino indicado nos Livros Didáticos

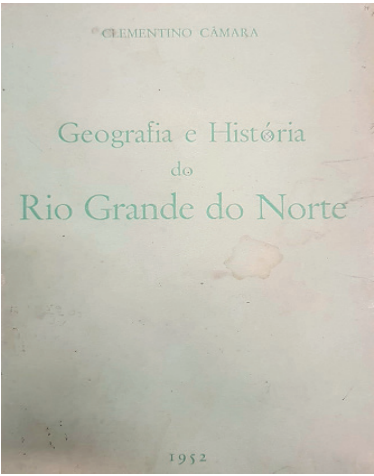
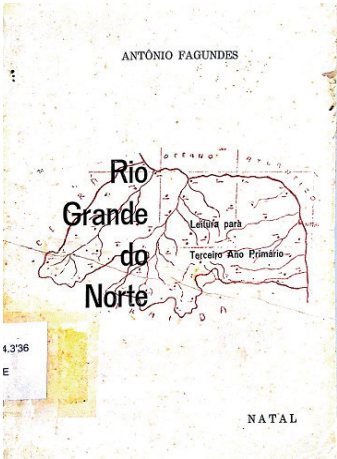


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Ao analisar o gráfico, podemos perceber que a maior quantidade de livros didáticos de História do Rio Grande do Norte são destinados ao ensino fundamental, num total de dez publicações, seguidos de apenas um livro com indicações para o ensino fundamental e médio, qual seja, o *Noções de Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1967), de Rômulo Wanderley, e outro para o ensino superior, do professor Clementino Câmara, *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), destinado aos estudantes da antiga Escola Normal de Natal.

Para uma melhor visualização do nosso conjunto documental, apresentamos a seguir os onze livros didáticos que tratam da História do Rio Grande do Norte, organizados cronologicamente conforme o ano de publicação. Para tanto, utilizamos como modelo de organização dos dados aqui levantados a Ficha de Identificação (Guia de Fontes) Elaborada por Myziara Miranda da Silva Vasconcelos (2017), em seu trabalho de mestrado defendido na Universidade Federal da Paraíba, *Povos Indígenas na Paraíba: prescrições legais e representações nos materiais didáticos da história local para o ensino fundamental (1996-2015)*.

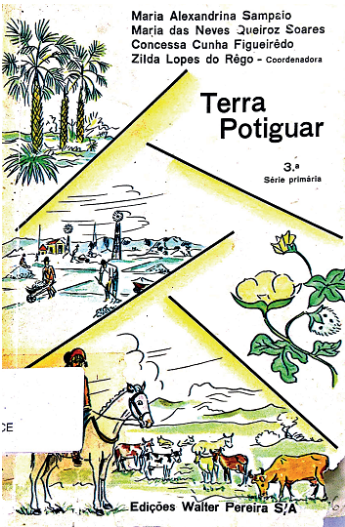
Quadro 2 – Guia das Fontes

1952		
Geografia e História do Rio Grande do Norte		
	AUTOR (A) (ES) (AS)	Clementino Câmara
	EDITORA	Saraiva
	EDIÇÃO	1ª ed.
	ANO	1952
	LOCAL	São Paulo
	NÍVEL DE ENSINO	Curso de Professores Primários - Escola Normal - Atual licenciatura em Pedagogia.
	COLEÇÃO	Volume Único
	PÁGINAS	140
	TEMÁTICA	Geografia e História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	34 capítulos
	TIPO	Livro didático
	ISBN	Não há indicação
1967		
Rio Grande do Norte: Leitura para Terceiro Ano Primário		
	AUTOR (A) (ES) (AS)	Antônio Fagundes
	EDITORA	Tipografia Santa Terezinha
	EDIÇÃO	1ª ed.
	ANO	1967
	LOCAL	Natal
	NÍVEL DE ENSINO	Atual Ensino Fundamental I - 3º Ano Primário
	COLEÇÃO	Volume Único
	PÁGINAS	191
	TEMÁTICA	História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	58 capítulos
	TIPO	Livro didático
	ISBN	Não há indicação

1969		
Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte		
	AUTOR (A) (ES) (AS)	Rômulo Chaves Wanderley
	EDITORA	Walter Pereira
	EDIÇÃO	2ª ed. Revista e atualizada
	ANO	1969
	LOCAL	Natal
	NÍVEL DE ENSINO	Ensino Fundamental e Médio
	COLEÇÃO	Coleção Didática de Autores Nordestinos – Volume 2
	PÁGINAS	151
	TEMÁTICA	Geografia e História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	40 capítulos
	TIPO	Livro didático
	ISBN	Não há indicação
1971		
Nosso Estado: Rio Grande do Norte		
	AUTOR (A) (ES) (AS)	Iane Freire de Paula; Maria Aparecida de Queiroz
	EDITORA	Ao Livro Técnico
	EDIÇÃO	1ª ed.
	ANO	1971
	LOCAL	Rio de Janeiro
	NÍVEL DE ENSINO	Ensino Fundamental
	COLEÇÃO	Série Estudos Sociais
	PÁGINAS	47
	TEMÁTICA	Geografia e História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	5 capítulos
	TIPO	Livro didático
	ISBN	85-215-0344-x

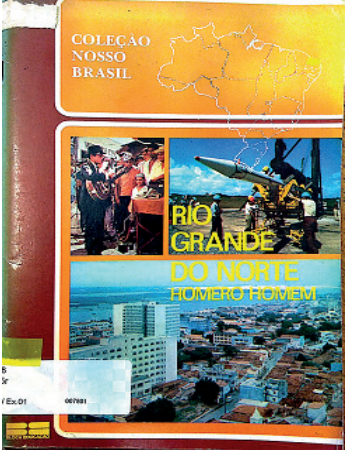
1973

Terra Potiguar: 3ª Série Primária

 Maria Alexandrina Sampaio Maria das Neves Queiroz Soares Concessa Cunha Figueirêdo Zilda Lopes do Rêgo - Coordenadora Terra Potiguar 3.^a Série primária Edições Walter Pereira S/A	AUTOR (A) (ES) (AS)	Zilda Lopes do Rêgo (Org.); Maria Alexandrina Sampaio; Maria das Neves Queiroz Soares; Concessa Cunha Figueirêdo
	EDITORA	Walter Pereira
	EDIÇÃO	6ª ed.
	ANO	1973
	LOCAL	Natal
	NÍVEL DE ENSINO	Ensino Fundamental – 3º ano primário
	COLEÇÃO	Coleção Didática de Autores Nordestinos – Volume 3
	PÁGINAS	142
	TEMÁTICA	Geografia e História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	62 capítulos
	TIPO	Livro didático
	ISBN	Não há indicação.

1976

Rio Grande do Norte

 COLEÇÃO NOSSO BRASIL RIO GRANDE DO NORTE HOMERO HOMEM 1.ª ed. 007091	AUTOR (A) (ES) (AS)	Homero Homem
	EDITORA	Bloch
	EDIÇÃO	6ª ed.
	ANO	1976
	LOCAL	Rio de Janeiro
	NÍVEL DE ENSINO	Ensino Fundamental
	COLEÇÃO	Nosso Brasil: estudos sociais.
	PÁGINAS	80
	TEMÁTICA	Geografia e História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	13 capítulos
	TIPO	Livro didático
	ISBN	Não há indicação

1987

Estudos Sociais: Rio Grande do Norte



AUTOR (A) (ES) (AS)

Raimunda Almeida e
Maria das Neves Gurgel
de Oliveira Castro

EDITORA

Sazonal

EDIÇÃO

5ª ed.

ANO

1987

LOCAL

Natal

NÍVEL DE ENSINO

Ensino Fundamental - 3º
Ano Primário

COLEÇÃO

Volume Único

PÁGINAS

126

TEMÁTICA

Geografia e História do
Rio Grande do Norte

CAPÍTULOS

38 capítulos

TIPO

Livro didático

ISBN

Não há indicação

1991

Rio Grande do Norte, meu estado: estudos sociais



AUTOR (A) (ES) (AS)

Aleuda Wanderley Ma-
rinho e Carlos Henrique
Moura Mavignier de
Noronha

EDITORA

Editora do Brasil

EDIÇÃO

1ª ed.

ANO

1991

LOCAL

São Paulo

NÍVEL DE ENSINO

Ensino Fundamental

COLEÇÃO

Volume Único

PÁGINAS

119

TEMÁTICA

Geografia e História do
Rio Grande do Norte

CAPÍTULOS

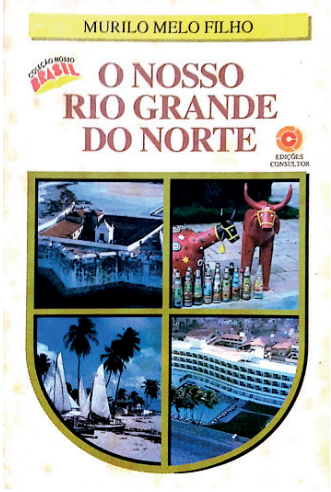
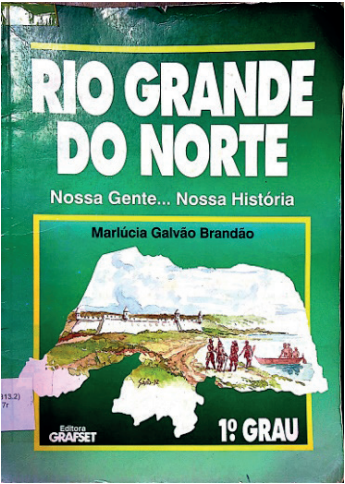
52 capítulos

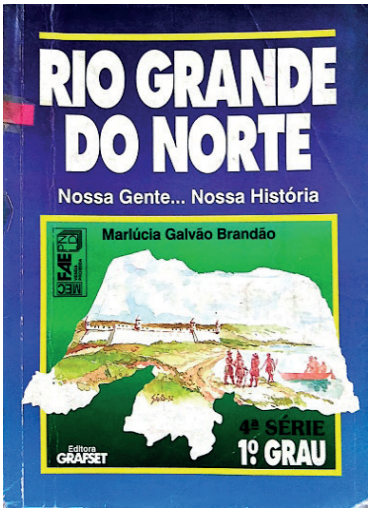
TIPO

Livro didático

ISBN

372.83098132

1993		
O nosso Rio Grande do Norte		
	AUTOR (A) (ES) (AS)	Murilo Melo Filho
	EDITORA	Consultor
	EDIÇÃO	1ª ed.
	ANO	1993
	LOCAL	Rio de Janeiro
	NÍVEL DE ENSINO	Ensino Fundamental
	COLEÇÃO	Nosso Brasil
	PÁGINAS	53
	TEMÁTICA	Geografia e História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	21 capítulos
1993		
Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da civilização indígena à expulsão dos holandeses		
	AUTOR (A) (ES) (AS)	Marlúcia Galvão Brandão
	EDITORA	Grafset
	EDIÇÃO	1ª ed.
	ANO	1993
	LOCAL	João Pessoa
	NÍVEL DE ENSINO	Ensino Fundamental – 3º Ano
	COLEÇÃO	Volume I
	PÁGINAS	82
	TEMÁTICA	História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	68 capítulos
	TIPO	Livro didático
	ISBN	Não há indicação

1994		
Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1930		
	AUTOR (A) (ES) (AS)	Marlúcia Galvão Brandão
	EDITORA	Grafset
	EDIÇÃO	1ª ed.
	ANO	1994
	LOCAL	João Pessoa
	NÍVEL DE ENSINO	Ensino Fundamental – 4º Ano
	COLEÇÃO	Volume II
	PÁGINAS	89
	TEMÁTICA	História do Rio Grande do Norte
	CAPÍTULOS	74 capítulos
	TIPO	Livro didático
	ISBN	85.856470-86

Fonte: elaborado pelo autor.

Numa primeira exploração, não acreditávamos que haveria tantos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte. Imaginávamos inicialmente que nos depararíamos com algo em torno de cinco ou dez produções, conforme levantamento preliminar realizado no Memorial do Programa Nacional do Livro Didático da UFRN, mas após pesquisas realizadas em sebos e bibliotecas em Natal e região metropolitana, conseguimos localizar esse número expressivo de vinte e um livros, dos quais analisaremos 11 na presente pesquisa.

Um ponto importante em relação aos livros analisados é a construção gráfica das capas, que muito além de proteger as demais folhas, procuram também identificar a obra, sua autoria, editora e edição. Entretanto, essa primeira página dos livros didáticos, geralmente num papel mais encorpado, é repleta de imagens, mapas, cores

e procura cada vez mais ter um papel apelativo como propaganda, numa espécie de convite ao leitor para se conhecer o livro. Circe Bittencourt (2008) aponta alguns dos aspectos formais que podem ser analisados a partir da capa, que

Sempre fornece indícios interessantes, desde suas cores e ilustrações até o título e as informações sobre as vinculações com as propostas curriculares. É comum encontrar na capa dos livros as indicações sobre eles 'estarem de acordo' com tal ou qual proposta curricular - nos tempos mais recentes, com o PCN. Tais afirmações da editora nem sempre se confirmam no interior da obra (2008, p. 312).

Desta forma, a capa se revela como um dos principais elementos identificadores daquilo que o livro ambiciona representar, além de fornecer informações sobre o conteúdo que será apresentado, facilitando, portanto, a sua venda, posto que o livro seja, também, um produto mercadológico e que precisa seguir determinados padrões de consumo.

Como podemos observar no quadro 2, o primeiro livro didático de nossa pesquisa, *História e Geografia do Rio Grande do Norte* (1952), não possui qualquer imagem em sua capa, enquanto os dois livros seguintes já trazem ilustrações, como um mapa do estado no livro *Rio Grande do Norte: Leituras para Terceiro Ano Primário* (1967) e o brasão estadual colorido na obra *Noções de Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1969).

É, pois, a partir da obra *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (PAULA; QUEIROZ, 1971), que fora editado até a década de 1980, que as capas dos livros didáticos ganharam definitivamente ilustrações e cores. Essa transformação foi percebida por Didier de Moraes (2010), que pesquisou a visualidade do livro didático durante as décadas de 1960 e 1970, revelando que

Até o final da década de 1960, o livro escolar brasileiro era em sua maioria produzido dentro dos padrões técnicos e visuais da indústria livreira tradicional em relação estreita e participando do

que se conhece como cultura escolar, em que a linguagem visual como modo de conhecimento e construção de significados não era devidamente reconhecida e valorizada. (MORAES, 2010, p. 7)

As capas que se seguem ao livro *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (1971) nos apontam para certas imagens simbólicas sobre o Rio Grande do Norte e que são mobilizadas nos livros didáticos, sendo recorrente o uso de duas imagens, a Fortaleza dos Reis Magos (seis capas) seguido pelo mapa do estado (três capas).

A Fortaleza dos Reis Magos é um dos principais monumentos arquitetônicos da história e do turismo do Rio Grande do Norte, espaço tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1949, incorporado ao patrimônio da Fundação José Augusto em 1965 e desde 2013 vem sendo administrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Natal (Iphan).

Câmara Cascudo ao tratar da fundação e nomes da cidade em seu livro *História da Cidade do Natal* destaca que

O forte construído ficava isolado no seu arrecife cercado pelo mar assim como a guarnição estava circundada pela índia furiosa. A conquista pela espada seria consolidada pela catequese dos espíritos. Mosquetes, canhões, lanças, espadas e pelouros nada fariam. Vencido, recuava o indígena como uma onda e voltaria, mais forte, quebrando-se nas muralhas de pedra do Reis Magos. O processo era embainhar a espada e dar a palavra ao padre. (CASCUDO, 1999, p. 49)

Posteriormente, em outra obra, assevera Cascudo

O Forte era a conquista imóvel, padrão de posse como um marco de pedra lioz numa praia deserta. Ao redor, escondidos de trás dos morros, nas encostas das dunas, nos bosques de cajueiros, ao longo das areias alvas, espreitavam os Potiguares, esperando o conquistador descuidado ou afoito. O Forte, sem irradiação, era um quisto. Legitimava apenas o deserto. (CASCUDO, 1984, p. 26)

Nesse sentido, a Fortaleza representou a defesa do rio Potengi, e consequentemente, do próprio Rio Grande contra os franceses e seus aliados, os indígenas. Tão emblemático que tenha sido construído inicialmente para repelir os invasores europeus e dos ataques indígenas, sendo posteriormente fundamental para a conquista do território pelos portugueses.

A fortificação nasceu como edificação militar em 1598, modificando definitivamente o espaço físico da capitania do Rio Grande, sendo cúmplice do nascimento da cidade de Natal um ano depois. Foi sede do governo da capitania do Rio Grande até a segunda metade do século XVII. Palco de conflitos contra indígenas e holandeses, tendo sido tomada pelos batavos em 1633 com apoio dos índios Tapuia e batizada de castelo Keulen. Serviu por muitos anos como prisão, presenciando a morte de André de Albuquerque, um dos líderes da Revolução de 1817.

Em 1903, passou a pertencer ao Ministério da Marinha, que construiu um farol, retirado somente em 1953 com a instalação do Farol de Mãe Luiza. Desmilitarizada em 1907, mas tendo sido instalada durante a Primeira Grande Guerra uma Bateria Independente de Costa.

Manoel Ferreira Nobre, em seu livro de 1877, *Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte* (1971), considera o Forte como uma celebridade pelas guerras travadas entre portugueses e holandeses e pelo fato de ter acolhido em suas prisões o chefe indígena Jaguarari, que participou na assinatura de tratados de paz entre os povos nativos e os lusitanos; e do senhor de engenho André de Albuquerque, líder da Revolução de 1817 (NOBRE, 1971, p. 25).

Homenageado pelos Correios com o Selo do Forte em 1975, bem como por artistas, poetas, escritores, historiadores, religiosos e políticos. Mobilizou intelectuais como Manoel Onofre Júnior, que em seu livro *Breviário da Cidade do Natal* (1984) descreve o Forte como uma relíquia preciosa que deveria estar numa redoma, devido a sua importância histórica:

O Forte dos Reis Magos, visto do alto, tem a forma da estrela de Belém. O autor de sua planta, padre arquiteto Gaspar de Samperes, devia ser um poeta. Dizer que este monumento é relíquia preciosíssima seria abusar do lugar-comum. Mas é o que é: relíquia. Todo natalense, todo norte-rio-grandense deveria ir lá, periodicamente, em peregrinação, como os muçulmanos vão à Meca. Exagero? Não. Pense no caráter simbólico da Fortaleza: todos nós, potiguares, nascemos ali, sob o signo da estrela. No Rio Grande do Norte nada existe que se possa comparar com o Forte em termos de importância histórica. Somos um Estado paupérrimo no tocante a monumentos históricos e artísticos — esta é a verdade. Mais uma razão, portanto, para que o pouco que temos seja colocado em redomas (ONOFRE JÚNIOR, 1984, p. 131-132).

O Forte inspirou gerações de poetas e escritores, como Antônio Soares citado por Onofre Júnior (1984, 137-138), que escreveu um soneto, do qual destacamos: “No abandono, sem armas nem paiol, o Forte — lutador de eras passadas — vê desfilar, das vagas no lençol, o pacato cortejo das jangadas”. A poetisa Palmira Wanderley descreve em versos que “A Fortaleza altiva, agarrada às raízes, nem parece sentir as fundas cicatrizes, dos golpes com que o mar o seu corpo tortura”.

Um dos intelectuais que mais se notabilizou em defender a importância do Forte dos Reis Magos foi Câmara Cascudo. O historiador protagonizou um dos eventos mais icônicos envolvendo esse monumento histórico durante o século XX: a entrega da chave simbólica do Forte ao prefeito de Natal, Sylvio Pedroza.

Câmara Cascudo participou ativamente pela restauração e conservação do Forte dos Reis Magos, instituindo uma conscientização local acerca da monumentalidade da Fortaleza, principalmente por meio de suas publicações nos jornais, em especial, na *Acta Diurna* n^a *República*. Visando homenagear Sylvio Pedroza, a fim de despertar no político o sentimento necessário para recuperação da edificação, ocorreu, em 1946, uma solenidade pública no salão nobre da Prefeitura Municipal do Natal: a entrega da chave da cidade ao prefeito.

A Fortaleza seria a primeira construção realizada pelo colono branco em terras da futura Natal, para o historiador e detentor da chave da Fortaleza, a chave da cidade do Natal era a mesma do Forte dos Reis Magos, uma vez que tomar o Forte era dominar Natal. O historiador potiguar apresentou o Forte como um monumento histórico, uma construção que havia atravessado os três séculos e meio de existência da cidade, trazendo as marcas do passado, num registro testemunhal dos grandes acontecimentos históricos e que deveria ser preservado pela municipalidade e pelos norte-rio-grandenses. É de se frisar que os escritos cascudianos fundamentaram a reforma e a conservação desse monumento junto ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SALES NETO, 2009, p. 94-98).

Assim sendo, a Fortaleza é vista como o ícone (BARBOSA, 2018, p. 122) mais importante da cidade e da própria história do Rio Grande do Norte, uma vez que foi testemunha por mais de quatro séculos de inúmeros acontecimentos, participando, assim, na construção de uma identidade espacial local, enquanto monumento que foi erguido para conquista e proteção das terras do que viria a ser o Rio Grande do Norte, razão pela qual uma parte considerável dos autores dos livros didáticos ora pesquisados o toma como símbolo da memória patrimonial potiguar.

Em que pese a Fortaleza ter sido inicialmente construída, ironicamente para proteger o território potiguar dos franceses, acabou por contribuir para a expulsão dos indígenas que habitavam a faixa litorânea próxima a edificação.

Os índios ocupavam, principalmente, a margem norte do rio, enquanto os portugueses iniciaram a construção da Fortaleza dos Reis Magos e da cidade do Natal na margem sul. (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p. 16)

As imagens da Fortaleza, em especial a constante no livro da professora Marlúcia Galvão, a qual destacamos, nos dá um quadro romantizado do “encontro pacífico” dos portugueses com os indígenas

tendo ao fundo a Fortaleza dos Reis Magos, como no acordo de paz que foi celebrado entre Camarão Grande e os portugueses:

A aproximação entre os potiguara e os portugueses teve início em junho de 1598, por intermédio de Jerônimo de Albuquerque, que foi amasiado com uma índia da tribo dos Arcoverde do litoral de Pernambuco. O acordo de paz foi firmado pelo principal Potiguaçu ou Camarão Grande, na Fortaleza dos Reis Magos, com ratificação em cerimônia solene, em 11 de junho de 1599, na cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa. Na cerimônia, compareceram os principais chefes indígenas potiguara: Pau-Seco, Zorobabé e Mar Grande. (CAVIGNAC e ALVEAL, 2019, p. 16)

O acordo formalizou a conquista e posteriormente a catequese dos nativos, tendo como palco primeiro, a Fortaleza dos Reis Magos, representando a proteção dos portugueses e a condenação de um infindável número de indígenas que foram mortos durante o processo colonizador.

O quadro 2 apresenta ainda três capas com mapas do Rio Grande do Norte, fazendo, por vezes, a alusão ao mapa-elefante. Saul Fernandes (2012) explica que os professores ensinam aos alunos a identificar alguns espaços nos mapas utilizando associações mnemônicas, citando como exemplo a similaridade do mapa da Itália com uma bota. Em relação ao Rio Grande do Norte, a associação mnemônica para o aluno identificar e evitar uma possível confusão desse território com os demais é a sua semelhança com um elefante malfeito (FERNANDES, 2012, p. 17).

Essa relação é reforçada por uma série de discursos presentes nos livros didáticos objeto de nossa pesquisa, conforme vimos nas obras *Nosso Brasil: Rio Grande do Norte* (1976); *O Nosso Rio Grande do Norte* (1993), bem como nas capas dos três livros presentes no quadro 2.

Com a exposição de nosso corpo documental, podemos inferir que, se as primeiras obras produzidas nas décadas de 1950, 60 e 70 eram quase unicamente fruto do trabalho solitário do autor (CÂMARA,

1952; FAGUNDES, 1967; WANDERLEY, 1969), durante os anos de 1970 percebemos que essa centralidade vai sendo compartilhada por obras coletivas (PAULA e QUEIROZ, 1971; SAMPAIO, SOARES, FIGUEIREDO e REGO, 1973; HOMEM, 1976), bem como com o apoio de especialistas em fotografia e cartografia, ilustradores, revisores, coordenadores e supervisores.

Já durante a década de 1980, temos a presença efetiva de uma gama de profissionais responsáveis pela capa, edição, ilustrações, produção gráfica, revisão, arte final, fotolitos, composição, pesquisa e redação, seleção de fotos, editoração eletrônica e coordenação pedagógica.

Essa estrutura organizacional cada vez mais especializada responsável pela confecção do livro didático foi acompanhada de perto pelo crescimento da poderosa indústria editorial. As décadas que se seguiram, ou seja, dos anos de 1990 em diante, revelaram que essa especialização ganhou profissionais da área da informática, como editores eletrônicos, ilustradores especializados nas áreas da geografia e história, projetistas gráficos e de cores, diagramadores, iconográficos, finalizadores, cartógrafos, tratadores de imagens, leitores críticos, editores de texto e arte, revisores ortográficos, consultores, especialistas em filmes, designer gráficos e até supervisores de direitos autorais.

Deste modo, essa equipe técnica responsável pela confecção do livro didático promoveu uma série de transformações na sua materialidade, que inicialmente era composto praticamente de texto, passou a incorporar cada vez mais as inovações técnicas como ilustrações, fotografias, desenhos, gravuras, pinturas, boxes, gráficos, tabelas, mapas, quadrinhos, caça-palavras e charges.

3.5 A MATERIALIDADE DOS LIVROS DIDÁTICOS E A TEMÁTICA INDÍGENA

À luz da pesquisa empreendida pelo professor Itamar Freitas (FREITAS, 2009, p. 195-240) sobre a temática indígena nos livros didáticos de História Regional, nos valem os de alguns questionamentos por ele levantados, quais sejam, qual o lugar ocupado no espaço da narrativa (em termos de unidades de leitura). Ou seja, qual a imagem veiculada sobre os indígenas nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, de modo que pudéssemos perceber qual o espaço ocupado (páginas, capítulos, imagens, nomes próprios, exercícios).

Conforme o Quadro 3, podemos inferir algumas considerações sobre as transformações na materialidade dos livros didáticos pesquisados e a temática indígena. Organizamos a tabela identificando o autor e livro, disposto cronologicamente, seguido do número de páginas e capítulos do livro, unidades (capítulos) dedicadas à temática indígena, e por fim, quantificamos as expressões índio, indígena, nativo, *selvagem*, *primitivo*, *bárbaro*, *potiguar* ou *nomes próprios* (*Icó*, *Caicó*, *Monxoró*, *Tapuia* entre outros) no quadro *Temática indígena* na narrativa contida nos livros didáticos:

Quadro 3 – Ocupação das expressões indígenas nos livros didáticos

Autor	Livro/Ano	Número de páginas	Número de capítulos/unidades	Unidades sobre indígenas	Temática indígena no texto escrito
Clementino Câmara	Geografia e História do Rio Grande do Norte (1952)	140	34	1	44
Antônio Fagundes	Rio Grande do Norte: Leitura para Terceiro Ano Primário (1967)	191	58	2	42

Rômulo Wanderley	Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte (1969)	151	40	Não há capítulo dedicado à temática indígena.	44
Iane de Paula e Maria Queiroz	Nosso Estado: Rio Grande do Norte (1971)	47	5	Não há capítulo dedicado à temática indígena.	30
Zilda Lopes <i>Et Al.</i>	Terra Potiguar: 3ª Série Primária (1973)	142	62	2	62
Homero Homem	Rio Grande do Norte (1976)	80	13	Não há capítulo dedicado à temática indígena.	42
Raimunda Almeida e Maria Castro	Estudos Sociais: Rio Grande do Norte (1987)	126	38	Não há capítulo dedicado à temática indígena.	20
Aleuda Marinho e Carlos Noronha	Rio Grande do Norte, meu estado: estudos sociais (1991)	119	52	1	50
Murilo Melo	O Nosso Rio Grande do Norte (1993)	53	21	Não há capítulo dedicado à temática indígena	64

Marlúcia Brandão	Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da civilização indígena à expulsão dos holandeses (1993)	82	68	31	120
Marlúcia Brandão	Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História. Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1930 (1994)	89	74	6	28
Total		1.220 páginas	465 capítulos/unidades	43 capítulos/unidades	546 expressões

Fonte: elaborada pelo autor.

Os primeiros livros didáticos da nossa pesquisa apontam no sentido de que a temática indígena tinha pouco espaço na narrativa, principalmente no tocante as unidades/capítulos, Clementino Câmara (1952) dedica apenas uma unidade para tratar do *Povoamento do sertão e revolta do índio*, no mesmo sentido, Antônio Fagundes (1967), que reserva dois capítulos, *11 - O índio Poti*; e *13 - Clara Camarão* para abordar assuntos relacionados aos povos nativos, no mesmo sentido, Zilda Lopes et al (1973) com dois capítulos.

Mas se os dois primeiros livros da pesquisa destinam poucos capítulos à temática indígena, por outro lado, cinco livros da nossa amostragem não apresentam nenhuma unidade para tratar especificamente de assuntos relacionados aos estudos indígenas, sendo eles: Rômulo Wanderley (1969), Iane de Paula e Maria Queiroz (1971), Homero Homem (1976), Raimunda Almeida e Maria Castro (1987)

e Murilo Melo (1993). Como visto, a ocupação da temática nos livros pesquisados se demonstra bastante desigual.

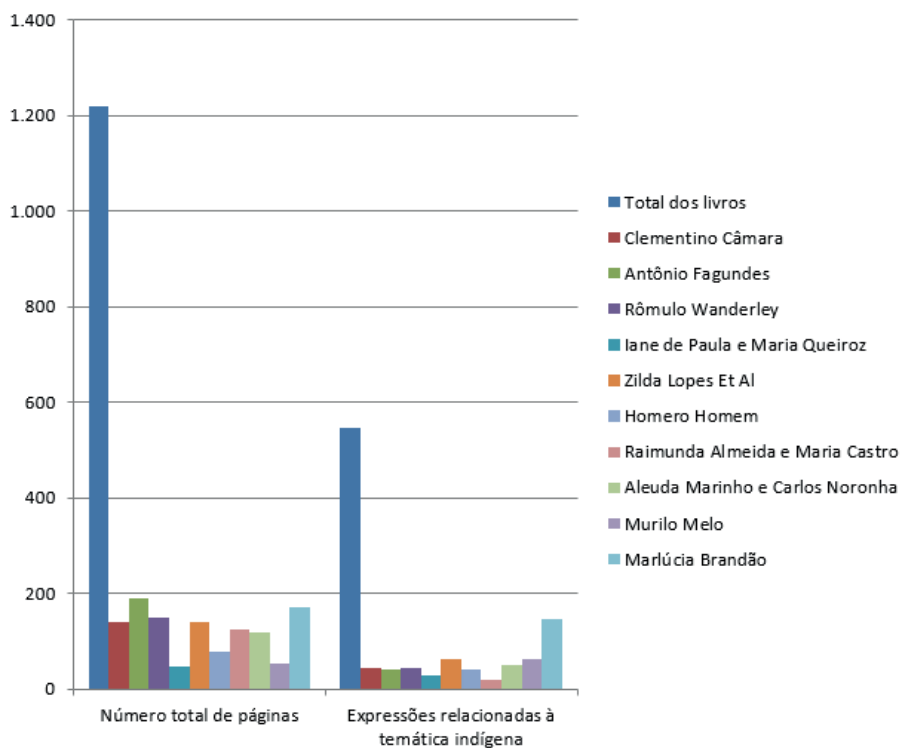
Como divisor de águas, temos os livros da professora Marlúcia Galvão (1993; 1994) que propôs 37 capítulos com temas relacionados aos povos indígenas nos dois volumes de seu livro *Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História*. Os livros destinaram considerável conteúdo à temática indígena, ampliando e enriquecendo os espaços da temática indígena na história local.

É de se notar que a materialidade dos livros didáticos foi se transformando ao longo do tempo, como apontado na presente pesquisa, de modo que o espaço dedicado à temática indígena também acompanhou essas modificações, revelando-se no aumento de capítulos e na inserção de textos na narrativa.

Quanto ao uso das expressões índio, indígena, nativo, selvagem, primitivo, bárbaro, potiguar ou nomes próprios (Icó, Caicó, Monxoró, Tapuia entre outros) na narrativa contida nos livros didáticos pesquisados, elaboramos o Quadro 4, do qual podemos apontar que num total de 1220 páginas, temos que as expressões relacionadas à temática indígena se resumem a 546 menções, um número considerado bastante reduzido diante de outras temáticas levadas a cabo nos livros pesquisados.

Devemos considerar que os livros da professora Marlúcia Galvão elevaram esse número consideravelmente, posto que somente sua obra apresentou 148 menções aos indígenas, desde capítulos à exercícios propostos, o que equivale a 27,11%, ou seja, mais de um quarto de todas as citações aos indígenas são dos dois volumes do livro *Rio Grande do Norte: Nossa Gente... Nossa História*.

Quadro 4 – Ocupação da temática indígena nos livros didáticos



Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos observar que a experiência indígena teve sua presença ampliada nos livros didáticos, acompanhando as transformações ocorridas na materialidade dos livros pesquisados, principalmente se compararmos o espaço destinado, seja nos capítulos unidades, exercícios propostos ou no conteúdo em si, nos primeiros livros da pesquisa e os quatro últimos, havendo um crescimento na inserção de temas e abordagens relacionados aos povos nativos.

4

AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

1952 - 1994

Uma vez apresentado o nosso corpus documental e seus respectivos autores, a proposta do presente capítulo é compreender como as nações indígenas são representadas por meio das práticas discursivas, ou seja, nas narrativas presentes nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte compreendidos entre 1952 a 1994.

Para tanto, tomaremos como referencial teórico as ideias defendidas por Roger Chartier (1990), no livro *História cultural: entre práticas e representações* –, o qual define que “as representações do mundo social são construídas”, ou seja, as representações são um conjunto de percepções do tecido social, sendo estes esquemas geradores de classificações e percepções próprios de cada grupo e que “são sempre determinados pelos interesses dos grupos que as forjam”, construídos em contraposição uns aos outros (CHARTIER, 1990, p. 16). Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Essas representações tendem a produzir estratégias e práticas que tentam impor uma autoridade, legitimar um projeto ou até

mesmo justificar condutas, sendo matrizes de discursos e práticas. Nesse sentido, as representações sobre os indígenas não são de forma alguma neutras, imparciais ou indiferentes, mas estão vinculadas à posição social de seus elaboradores, ou seja, de uma dada elite intelectual, de autores, editores, revisores, empresários. De modo que, nos orientando por Choppin (2002), temos que “o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção” (CHOPPIN, 2002, p. 14).

Dessa forma, pensamos as representações como construtoras de significados, de determinadas percepções sobre a sociedade, de valores, que ao organizar a apreensão do mundo social privilegiam determinados sujeitos e grupos em detrimento de outros. De modo que devemos considerar as representações sobre os povos indígenas, ou a invisibilidade desses povos ao longo da história, como algo instituído pelas lutas de representação do passado.

Para John Monteiro essa invisibilidade, encarada por ele como exclusão e desaparecimento dos indígenas, está vinculada a duas noções fundamentais que prevaleceu entre os historiadores brasileiros e que foram estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional. (MONTEIRO, 2001, p. 4). Uma primeira noção se refere ao que ele chama de exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos, retratados quase que exclusivamente por antropólogos, uma vez que a maioria dos historiadores considerava não ter as ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos. A segunda noção era mais problemática ainda, pois as pesquisas desenvolvidas por considerável parte dos historiadores condenavam os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento. Arrematando seu pensamento, conclui que “por esses motivos, pelo menos até a década de 1980, a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção”. (MONTEIRO, 2001, p. 4).

Segundo John Monteiro, esse cenário só se transformou no final da década de 1970, graças ao esforço de antropólogos e de

alguns historiadores, arqueólogos e linguistas, a partir de pesquisas multidisciplinares, no que ele nomeou de “nova história indígena” (MONTEIRO, 2001, p. 5).

Essa nova história indígena ganhou destaque a partir da década de 1990, com a publicação de trabalhos como *História dos índios no Brasil* (1992), organizado por Manuela Carneiro e que contou com artigos de diversos especialistas no tema, contemplando diferentes aspectos relacionados aos indígenas ao longo do espaço e do tempo, desde questões antropológicas, às fontes da história indígena, arqueologia, pré-história, etnografias, escravidão indígena, legislação, política, bem como dedicando capítulos para tratar das áreas de ocupação indígena como a Alta Amazônia, Amazônia Meridional, o Nordeste, Leste e Sul.

Outro livro dentro dessa perspectiva de uma nova história indígena é *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (2000) de John Monteiro que procurou revelar a estrutura e dinâmica da escravidão indígena em São Paulo entre os séculos XVI e XVII, a partir do diálogo com três problemas centrais da história do Brasil: o papel do índio na história social e econômica da Colônia; o pujante mito do bandeirante; e a importância das economias não exportadoras para a formação do país.

A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial (1995) de Ronaldo Vainfas, é outra importante obra que apontou um fenômeno pouco conhecido da nossa história, a questão das idolatrias indígenas (santidades), quer seja no tocante ao culto de ídolos, quer como manifestação de rebeldia anticolonialista, demonstrando a tenacidade da resistência sociocultural indígena por meio de uma complexa rede de processos de aculturação, na fluidez das fronteiras culturais durante os séculos XVI e XVII, onde os aldeamentos se misturavam com os engenhos, a floresta com a lavoura, os mamelucos com jesuítas, todos disputando o monopólio da santidade.

Essa produção intelectual voltada aos estudos indígenas acabou por inspirar vários estudiosos a enveredar por esse campo de pesquisa. Em nível estadual, os estudos sobre a temática indígena no e sobre o

Rio Grande do Norte tem ganhado notável fôlego desde as primeiras décadas dos anos 2000, principalmente a partir das pesquisas acadêmicas no campo da História e Antropologia, em dissertações de mestrado e teses de doutoramento.⁴⁰

Em relação aos estudos que englobam o ensino escolar e as sociedades indígenas, destacamos o livro *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau* (1995), uma publicação do Ministério da Educação e do Desporto, através do programa de promoção e divulgação de materiais didático-pedagógicos sobre as sociedades indígenas brasileiras, que contou com a colaboração da Universidade de São Paulo (USP) por meio do MARI – Grupo de Educação Indígena da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), tendo como um dos organizadores o antropólogo, Luís Grupioni, o qual afirma que “os manuais didáticos usados na escola ajudam a formar uma visão equivocada e distorcida sobre os grupos indígenas brasileiros” (SILVA, Aracy; GRUPIONI, 1995, p. 482).

Grupioni (SILVA, Aracy; GRUPIONI, 1995) estava se referindo a um conjunto de imagens pictóricas e escritas que contribuíram para construir ao longo da nossa história uma visão simplista e estereotipada das populações indígenas, fossem elas propagadas pelos livros didáticos, grades curriculares, historiografia mais tradicional ou até mesmo pela literatura, jornais e outros meios de comunicação, como o rádio, a TV e atualmente com a internet e suas redes sociais.

Para o historiador e etnólogo Antônio Carlos de Souza Lima (1995), a história brasileira orientou sua percepção na sociedade a partir da ideia de que os indígenas permaneceram

⁴⁰ Sem aspirarmos à exaustão, podemos destacar os trabalhos de LOPES, F, 2005; PORTO, 2001; PUNTONI, 1998; MACEDO, 2007; SILVA, Gildy-Cler, 2016; GUERRA, 2007; SILVA, Cláudia, 2007; PEREIRA, M., 2015; CASTRO, D., 2015 e de ALENCAR, 2017.

Como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito: nunca saem dos primeiros capítulos dos livros didáticos; são, vaga e genericamente, referidos como um dos componentes do povo e da nacionalidade brasileiros, algumas vezes tidos como vítimas de uma terrível “injustiça histórica”, os verdadeiros senhores da terra. Não surgem enquanto atores históricos concretos, dotados de trajeto próprio, participantes de guerras pelo controle de espaços geográficos específicos, inimigos, mas também muitas vezes aliados, beneficiários e instrumentos dos conquistadores, presentes até hoje em tudo o que se passa em muitas regiões do Brasil. Incapazes de se ree-laborarem, eternos portadores de alguns mesmos “traços” que dariam a especificidade do Brasil, nele se diluiriam logo após a chegada do colonizador. (LIMA, A., 1995, p. 408-409).

Esse conjunto de características, sobremaneira negativas e pejorativas, atribuídas às sociedades indígenas, é, grosso modo, parte das representações constantes nos livros didáticos analisados em nosso corpo documental.

Importante destacar que os livros didáticos buscam atender às determinações e exigências legais para o ensino de História, abarcando os programas e conteúdos⁴¹ que eram prescritos, por exemplo, no Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte, que fora editado inicialmente em 1914 pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, e, posteriormente revisto, ampliado e aprovado pelo Conselho de Educação em 1925, sob a direção de Nestor dos Santos Lima, Diretor Geral do Departamento de Educação.

Os Regimentos de 1914 e 1925 visavam regulamentar as diretrizes necessárias para o bom funcionamento das escolas, compreendendo

41 No caso do Rio Grande do Norte, é comum encontrarmos nas primeiras páginas do livro, ou até mesmo nas capas, que o mesmo havia sido aprovado pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura, ou que estava de acordo com o programa do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Norte, como exemplo, podemos citar os livros **Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte** (1969) de Rômulo Wanderley e **Terra Potiguar** (1973) organizado por Zilda Lopes.

desde seu material escolar, matrículas, horários e frequência, regime didático e disciplinar, promoções e exames, matérias, deveres dos professores e diretores dos grupos até os programas de ensino dos Grupos Escolares.

Neste último ponto, o programa fixava os conteúdos que deveriam ser ministrados em sala de aula pelos professores. No tocante aos conteúdos da História pátria, o Regimento previa entre seus assuntos que fosse ofertado conhecimentos sobre a fundação da localidade e seus protagonistas; razão do nome do lugar e fatos mais interessantes da sua história, destacando-se em relação à história do Rio Grande do Norte o estudo da Invasão holandesa: Philippe Camarão e as lutas com os índios, e, no ponto da História do Brasil, os indígenas e colonos; e os indígenas e Anchieta. (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 49; RIO GRANDE DO NORTE, 1925 p. 66)

Nesse sentido, a temática indígena já constava nos programas oficiais de ensino do governo estadual desde 1914, razão pela qual os livros didáticos procuravam contemplar conteúdos destinados aos indígenas. Entretanto, o que podemos observar numa primeira análise é que os livros pesquisados retratam os indígenas como seres estáticos, exóticos, indivíduos que viviam em pequenas aldeias isoladas nas matas ou nos confins do sertão, representantes de um passado remoto e distante, numa etapa evolutiva da humanidade que já foi superada, culminando com os atuais brasileiros.

Posto isso, nossa análise está organizada em sete blocos – A selvageria como característica; A diversidade étnico cultural; A toponímia indígena; A questão do descobrimento do Brasil; A figura heroica de Felipe Camarão e As narrativas do genocídio indígena: extermínio e desaparecimento –, nos quais buscamos entender de que forma as nações indígenas são apresentadas nos 11 livros objetos da pesquisa.

4.1 A SELVAGERIA COMO CARACTERÍSTICA

Como populações sem história, os indígenas são apresentados como coadjuvantes, dominados, vítimas indefesas e sem autonomia, de forma que em nada mais poderiam contribuir para sociedade. Para o antropólogo Luiz Grupioni (1994),

Dos descobridores aos nossos contemporâneos, as sociedades indígenas foram, quase sempre, projetadas ao lado da natureza por uma cultura incapaz de acolher a alteridade. Figuras como a de bárbaros, bons selvagens, primitivos e arcaicos foram elaborados nesse processo de contato, pacificação e convívio experimentado pelas populações nativas no Novo Mundo após a chegada e instalação dos europeus. (GRUPIONI, 1994, p. 14).

É lugar comum nos livros pesquisados os indígenas serem representados com os vocábulos *íncola*, *primitivo*, *bando*, *feroz*, *bravio*, destacando-se inclusive o duramente criticado *selvagem*. Conforme nos aponta João Pacheco Oliveira (1995), essas expressões carregam um peso negativo,

Um indicativo de um estado cultural, claramente manifestado pelos termos que em diferentes contextos o podem vir a substituir - *silvícola*, *íncola*, *aborígene*, *selvagem*, *primitivo*, entre outros. Todos carregados com um claro denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização. (PACHECO OLIVEIRA, 1995, p. 78).

O termo *selvagem* merece uma atenção especial por ter sido referenciado 17 vezes nos livros analisados. Na obra do professor Clementino Câmara, *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), a expressão é utilizada nove vezes. Dentre elas, destacamos um trecho que trata da chegada dos holandeses ao Rio Grande:

A notícia do inimigo na costa, célere chegou a Natal, crescendo a desconfiança do *selvagem*, que tinha latente o desejo de vingança

contra o colono. Retocou-se a fortaleza que ficou preparada e guarnecida. (CÂMARA, C., 1952, p. 49, grifo nosso).

Da mesma forma, ao tratar da *Guerra dos Bárbaros*, denominada por Clementino como *Rebelião dos Índios*, afirma que

Diz a verdade que grande parte da responsabilidade dessa luta cabe aos colonos que, necessitados de braços para o trabalho, acirravam o animo já de si belicoso do *selvagem*, incitando-o a luta uns contra os outros, para tirarem partido, escravizando-os nas guerras justas. (CÂMARA, C., 1952, p. 49, grifo nosso).

Clementino Câmara fez questão de descrever em detalhes quem eram esses *selvagens*. Numa nota de rodapé, ele cita a obra *Sinopse História da Capitania do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lyra, a qual transcrevemos:

Quem eram esses *selvagens*? - Ouçamos o depoimento de Pedro Carrilho da Silva, que a respeito deles, assim falou: - *Não têm fé, nem lei, nem piedade*. O seu Deus é o seu ventre e nada mais lhe dá cuidado... *Estes ímpios*, desde meninos, se martirizam: todos os machos furam os beijos na parte junto à barba e metem-lhes um torno ou batoque de pau ou pedra... *Não têm exercício nem ocupação de lavoura nem planta; trato nem distrato algum; nem ofício nem benefício... Não sabem dar notícia de sua progênie*, nem casa ou descendência, nem observam leis, porque somente creem o que lhes diz o seu feiticeiro... *Não gostam nem usam de fábrica alguma de vestir...* E desta forma, sem mais cobertura alguma, nem por calma, nem por frio, os vemos andar em toda parte e lugar, a todo gênero criados, ao rigor do tempo, *sem casas, aldeias, nem jazigo ou lugar certo... Andam sempre de corso, vagabundos*, pelos montes e vales, atrás das caças e feras e raízes e frutos agrestes, de que se sustentam e a Divina Providência os mantém... *São mais ferozes do que as mesmas feras dos montes agrestes... E ainda são mais inúteis e indômitos do que os mesmos brutos irracionais*, porque não há animal ou fera que coma outra da sua espécie, como estes alarves, que comem uns aos parentes, pais e mães aos filhos, e os filhos aos pais e mães... *Estes infiéis não têm jazigo ou lugar certo*. (LYRA apud CÂMARA, C., 1952, p. 63-64, grifos nossos).

Desconsiderando-se toda e qualquer forma de organização social, política, religiosa e de parentesco, de sua expressão artística, cultural e cosmológica, os indígenas são retratados como seres sem fé e religião; preguiçosos, teriam aversão ao trabalho e desta forma não cultivavam a terra, vivendo tão somente dos acasos que a natureza poderia lhes proporcionar; primitivos e bárbaros, não possuíam habitações, nem mesmo roupas; tão violentos e impiedosos, seriam capazes de praticar o canibalismo, como destacado por Clementino Câmara em outro ponto do livro, ao tratar da existência de tribos no interior do Rio Grande “entre as quais, pela sua rebeldia e pelo muito que de mal fizeram, estavam os janduí”. Estes seriam “um ramo destacado dos Gês ou Tapuias - que eram antropófagos, e os Paiacus, ramos de nação dos Icós, oriundos do Ceará” (CÂMARA, C., 1952, p. 49).

Já o livro do professor Antônio Fagundes (1967), *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário*, apresenta cinco menções à expressão *selvagens*. No capítulo intitulado *O primeiro Mestre-Escola do Rio Grande do Norte*, esclarece que os indígenas, enquanto seres selvagens, necessitavam dos auspícios da civilização:

Para o Brasil vieram os jesuítas, que chamaram a si a tarefa de instruir e educar os *selvagens*. O Rio Grande do Norte recebeu, nessa época, o Padre Francisco Pinto, missionário que civilizou, além de outros, o índio Camarão, guerreiro de fama e valoroso auxiliar da colonização desta Capitania. (FAGUNDES, A., 1967, p. 25).

No capítulo denominado *O Padre Francisco Pinto*, Fagundes aponta que este padre jesuíta foi morto pelos selvagens indígenas no Ceará:

A missão que ele abraçou era, porém, de sacrifício. Percorrendo a pé extensões consideráveis, chegou até ao território do Ceará, com o intuito de catequizar os *selvagens* daquela região. Ali, nas abas da serra Ibiapaba, esse abnegado missionário encontrou a morte em mãos dos ferozes *tacarijus*, que o trucidaram. (FAGUNDES, A., 1967, p. 27).

Mais adiante, nesse mesmo capítulo, ao dar continuidade ao diálogo entre os filhos e seu pai, há o seguinte questionamento, evidenciando a selvageria dos índios:

-Todos os professores são catequistas, Papai? indagou Mário Sérgio.

-Os professores não lutam contra a *selvageria* dos índios; não são catequistas, porém lutam contra a ignorância das crianças com amor e dedicação incomparável, por elas sacrificando-se, tal como se os alunos fossem os seus próprios filhos. (FAGUNDES, A., 1967, p. 28).

Esse conjunto de atribuições citados nos livros de Clementino Câmara (1952) e Antônio Fagundes (1967) revelam de forma latente o preconceito e o racismo que havia nas primeiras produções didáticas de História do Rio Grande do Norte e que perdurou durante as décadas seguintes em alguns livros da presente pesquisa.

A expressão *selvagem* ainda encontrou eco num capítulo do livro *Noções de Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1969), de Rômulo Wanderley, que, ao tratar dos povos que tiveram influência na expansão e formação do nosso Estado, destaca a figura dos portugueses, que juntamente com os africanos e indígenas haviam se misturado. O destaque dado ao colonizador europeu fica evidente, em especial ao português, sem esquecer os holandeses e franceses; entretanto, merece atenção o fato de que

Os franceses, que vinham negociar o pau-brasil e os holandeses, que vinham governar a capitania em nome da Companhia das Índias Ocidentais, não iam além do litoral. O português, este sim, unia-se aos *selvagens*, os potiguares, faziam amizade com eles, fundando fazendas e criação de gado. (WANDERLEY, 1969, p. 108).

Se os dois primeiros livros pesquisados, *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952) e *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967), trazem juntos 14 citações da expressão *selvagem*, outros três livros: *Noções de Geografia e História do Rio*

Grande do Norte (1969), *Terra Potiguar* (1973) e *O Nosso Rio Grande do Norte* (1993), apresentam apenas uma menção.

No livro *Terra Potiguar* (1973), as autoras ao transcreverem uma lenda no *Capítulo XX - Lenda do algodão*, destacando que

Há muitos anos os índios viviam em grande atraso. Não sabiam cultivar a terra, nem domesticar os animais. Nunca tinham visto tecer ou fiar. Não construía malocas. Habitavam em cavernas ou no alto das árvores. *Pareciam animais selvagens*. (SAMPAIO *et al.*, 1973, p. 50-51, grifo nosso).

Enquanto na obra *O Nosso Rio Grande do Norte* (1993), do imortal da Academia Brasileira de Letras Murilo Melo, temos a seguinte passagem sobre os indígenas e sua participação nos embates contra os batavos ocorridos nos séculos XVII e XVIII:

Nos últimos dias de setembro de 1645, Rabi apareceu à frente de um grande grupo de índios e intimou-os a deixar o local, entregando as armas. Responderam-lhe que as armas se destinavam a conter os *selvagens* e não a combater os holandeses, de quem possuíam papéis e garantias de suas fazendas. (MELO FILHO, 1993, p. 11).

A visão preconceituosa do autor ante os indígenas é exposta ainda na narrativa do seu livro, quando relata que “Rabi estava à frente de um *bando* de janduí, inclusive Jerereca, filho do pajé Janduí” (MELO FILHO, 1993, p. 11). Retratados como animais que andam em grupo, essa imagem animalésca é bem característica dos cronistas do período colonial brasileiro, mas persistiu nas representações em alguns livros, inclusive em obras didáticas em pleno século XX.

Gabriel Soares de Sousa, nobre português que esteve no Brasil entre 1569 a 1591, escreveu um livro intitulado *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, descrevendo um roteiro, uma espécie de geografia da costa brasileira; detalhando a topografia, colonização, agricultura, flora, fauna, etnografia, etc.

No seu livro, há relatos sobre os indígenas, seus costumes, cultura, organização social, religião, e representações como as citadas acima:

Há uns passarinhos todos verdes (papagaios), que têm os pés e bico branco, a que os índios chamam tuim; têm o bico revoltado para baixo, e criam em árvores, em ninhos de palha, perto do mar, e não os há pelo sertão; *os quais andam em bandos*; tomam-nos em novos para se criarem em casa, onde falam muito claro e bem, e têm graça no que dizem.

[...]

Ainda que *os tupinambás se dividiram em bandos*, e se inimizaram uns com outros, todos falam uma língua que é quase geral pela costa do Brasil. (SOUSA, 1987, p. 231; 302, grifos nossos).

Animais e índios são tratados como *bandos*, tal como na abordagem de Murilo Melo Filho (1993). Por óbvio que as duas obras, separadas por mais de quatrocentos anos, são frutos do seu tempo e das condições sociais, afetivas, político-institucionais e culturais em que viveram os autores, mas devemos questionar que imagens construídas durante a colonização ainda reverbere numa obra didática, mesmo diante dos avanços da historiografia, antropologia e etnologia dos estudos indígenas.

Essa relação entre animais e índios, como se *bandos* fossem, encontrou guarida em escritos de intelectuais que se debruçaram sobre a História do Rio Grande do Norte, como na obra seminal de Manoel Ferreira Nobre (1971), *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*, que ao tratar da criação da Vila do Ceará-Mirim esclarece que “um bando de índios potiguares fundaram seu primeiro estabelecimento junto a lagoa Guajeru que deu o seu nome à povoação” (NOBRE, 1971, p. 188).

Da mesma forma, Rocha Pombo (2018) quando disserta sobre o avanço dos holandeses no território do nordeste brasileiro, fazendo a seguinte inferência:

Logo que tomaram a Parayba, apressaram-se os flamengos a ocupar effectivamente todo o trecho da costa entre o Rio Grande e Pernambuco, varrendo de vários pontos do interior alguns bandos de índios que continuavam fieis aos portugueses. (POMBO, 2018, p. 106).

O posicionamento de Murilo Melo (1993) ao retratar os indígenas enquanto *bandos* se justifica, de certa maneira, pelo fato de ambos os autores citados anteriormente, Manoel Nobre e Rocha Pombo, constarem na bibliografia de seu livro.

Ainda no livro de Murilo Melo Filho (1993), encontramos outras representações preconceituosas e estereotipadas das populações indígenas, como nas passagens presentes nas páginas dedicadas aos massacres promovidos pelos holandeses em terras potiguaras, quando Jacó Rabi ordenou uma invasão a uma igreja para que “a indiada matasse os devotos ajoelhados e contritos” (MELO FILHO, 1993, p. 11). Importante frisar que já se encontrava em tramitação no Vaticano o processo de canonização dos mártires de Cunhaú e Uruaçu, de modo que percebemos uma intencionalidade no texto no sentido de destacar tão somente o caráter violento dos índios janduí que perseguiram, mataram e sacrificaram alguns moradores no morticínio que ficou conhecido como chacina de Cunhaú.

Como podemos notar, dos 11 livros pesquisados, seis no total não trazem a expressão selvagem ou outra que tenha uma conotação pejorativa, com exceção do livro da professora Marlúcia Brandão (1993), que num tom eurocêntrico, ainda que não tenha se utilizado do termo selvagem, no capítulo que explica “A sociedade na capitania do Rio Grande (do Norte)”, aponta categoricamente que:

Na sociedade da nossa Capitania destacavam-se bem três tipos de classes: *a primitiva* (índio), os homens livres (colonos e donos de engenho, sítios, fazendas) e a escrava. (BRANDÃO, 1993, p. 57, grifo nosso).

De uma forma geral, há uma depreciação da figura do indígena, criando o estereótipo de um ser atrasado e primitivo, que deveria, pois, ser civilizado a todo custo, e que, em nome do progresso e da colonização, se justificaria até mesmo o genocídio que fora cometido contra eles.

4.2 A AUSÊNCIA DA DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL

A diversidade étnico-cultural vem sendo reivindicada por diversos setores da sociedade e intelectuais que tratam da temática indígena, como nas obras *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje* (2006), do professor Gersem dos Santos Luciano Baniwa, e *Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença* (2006) de Ana Valéria Araújo *et al*, ambas publicadas pela Vias dos Saberes, desenvolvida pelo Projeto Trilhas de Conhecimentos: o Ensino Superior de Indígenas no Brasil/Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED)/Museu Nacional – UFRJ, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), e contou com o financiamento do fundo *Pathways to Higher Education Initiative* da Fundação Ford e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Na apresentação das duas obras, o então Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC), Ricardo Henriques, questiona

De que modo reverteremos a histórica subordinação da diversidade cultural ao projeto de homogeneização que imperou – ou impera – nas políticas públicas, o qual teve na escola o espaço para consolidação e disseminação de explicações encobridoras da complexidade de que se constitui nossa sociedade? Como convencer os atores sociais de que a invisibilidade dessa diversidade é geradora de desigualdades sociais? (ARAÚJO *et al.*, 2006, p. 9; BANIWA, 2006, p. 9).

Essa crítica ao processo de homogeneização sofrido pelos indígenas, que provoca sua invisibilidade enquanto protagonista da história, é, segundo o filósofo, antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Gersem José dos Santos Luciano, mais conhecido como Gersem Baniwa, produto de um imaginário popular, “fruto do preconceito de que índio é tudo igual, servindo para diminuir o valor e a riqueza da diversidade cultural dos povos nativos” (BANIWA, 2006, p. 40).

A diversidade étnica e cultural dos povos originários que buscamos refletir diz respeito a um conjunto de narrativas, presentes também, nos livros didáticos e que descrevem a multiplicidade de etnias indígenas como um grupo homogêneo, sem especificidades históricas e culturais, tratando-os tão somente como índios.

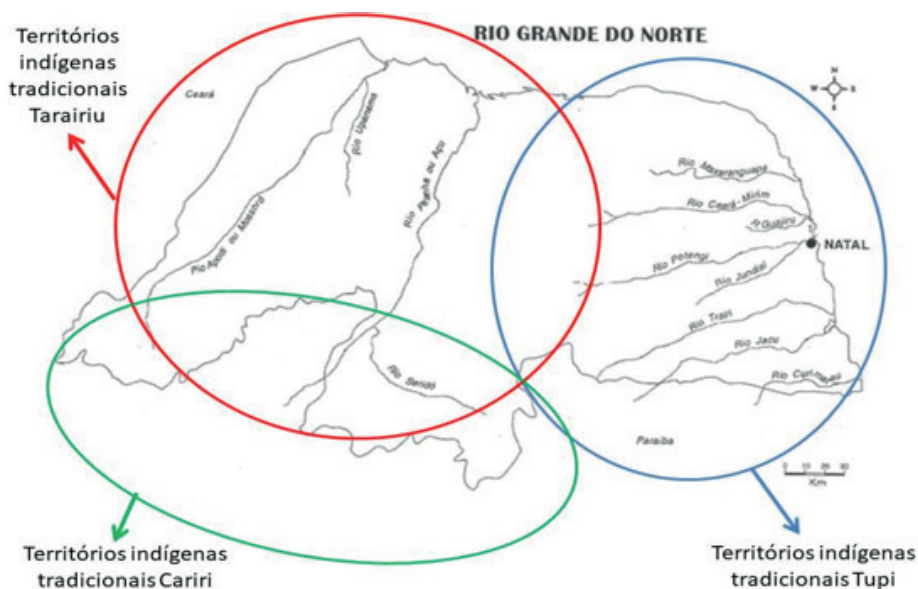
Via de regra, os autores dos livros didáticos pesquisados não fazem distinção entre os diferentes grupos indígenas que ocuparam o espaço potiguar. Podemos perceber que ocorre uma generalização, identificando geralmente duas nações: os Potiguara, habitantes do litoral e os Tarairiu ou Tapuia, habitantes dos sertões. Essa classificação que divide em dois grupos uma miríade de indígenas vem sendo discutida, uma vez que

A partir de novas pesquisas foi superada a clássica visão dos cronistas coloniais e retomada pelos historiadores brasileiros no Século XIX, e também muito presente nos livros didáticos de História, classificando os povos indígenas entre os “Tupi” e os “Tapuia”. Ideia equivocada que dividia os grupos indígenas em dois blocos monolítico antagônicos, sendo os “Tupi” os aldeados mansos e os “Tapuia” chamados de bárbaros, selvagens habitantes dos sertões e por essas razões bastante perseguidos. Essas classificações escondiam as diversidades e as dinâmicas socioculturais dos povos indígenas em todas as regiões do país. (ALVES DA SILVA; ANDRADE, 2017, p. 70).

Para termos uma ideia da diversidade étnico-cultural dos índios que ocuparam o espaço potiguar, elaboramos dois mapas, figuras

21 e 22, tendo por base as informações obtidas nos seguintes livros: *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte*, de Tarcísio Medeiros (1973, p. 54-55); *Índios do Açu e Seridó*, de Olavo de Medeiros Filho (2011, p. 26-31); *História do Rio Grande do Norte*, de Marlene Mariz e Luís Eduardo Suassuna (2005, p. 53-56); *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, de Denise Monteiro (2002, p. 21-28); e *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, de Fátima Lopes (1998).

Figura 21 – Territórios indígenas tradicionais no início do processo colonizador



Rio Grande do Norte com a configuração e limites atuais.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na figura 21, podemos perceber a distribuição das principais nações que habitaram o Rio Grande do Norte durante as primeiras

décadas da colonização portuguesa. Os Tupi, representados em sua grande maioria pelos Potiguara, localizados mais ao litoral, estes tiveram os primeiros contatos com os portugueses, franceses e holandeses. No interior, ocupando os espaços próximos às ribeiras dos rios, nos vales, serras e chapadas, os Cariri, localizados mais ao sul, nas fronteiras com a atual Paraíba, e os Tarairiu, vivendo ao centro e oeste.

Nesse sentido, autores como Clementino Câmara (1952), Rômulo Wanderley (1969), Maria Alexandrina Sampaio *et al.* (1973); Raimunda Almeida e Maria Castro (1987); Aleuda Marinho e Carlos Noronha (1991); e Marlúcia Brandão (1993, 1994) destacam a existência dos Potiguara enquanto habitantes do litoral, em oposição aos índios que habitavam o interior, denominados de Cariri.

Por outro lado, Clementino Câmara (1952), Rômulo Wanderley (1969) e Maria Alexandrina Sampaio *et al.* (1973) apontam para a existência de outros grupos indígenas, como os Janduí e Pataxó, como destacamos a seguir:

No interior viviam outras tribos, entre as quais, pela sua rebeldia e pelo muito que de mau fizeram, estavam *os janduís* - provavelmente um ramo destacado dos *Gês ou Tapuias* - que eram antropófagos, e os *paiaçus*, ramos de nação dos *Icós*, oriundos do Ceará. (CÂMARA, 1952, p. 51, grifos nossos).

Rômulo Wanderley relata que

Muitas vezes foi preciso pedir reforço às autoridades de Pernambuco para conter as hostilidades dos *janduís*, na ribeira do Açú, e outras tribos. (WANDERLEY, 1969, p. 101, grifos nossos).

No livro organizado pela professora Zilda Lopes (SAMPAIO *et al.*, 1973), a narrativa do texto é conduzida pelas conversas do Sr. Olavo, natural de “Moçoró” que decidiu fixar residência em Natal, seus filhos, Gustavo, Maria e Dora que foram matriculados no Grupo Escolar Clementino Câmara. Completa os personagens principais a professora da 3ª série, D. Vera.

No *capítulo III*, Gustavo, um dos filhos de Olavo, pergunta ao pai sobre os índios Potiguares e segue-se um diálogo um tanto longo, mais que revela muito do pensamento das autoras sobre os povos indígenas:

- Papai, gostaria que o senhor me explicasse alguma coisa sobre os Potiguares. Já sei que é uma tribo de índios com esse nome, habitava o litoral do nosso Estado. - E por que há no Alecrim tantas ruas com nomes indígenas? Eu tenho um amigo que mora na Rua dos Caicós. Qual é a origem desse nome? Há relação entre ele e o do município de Caicó?

[...]

A relação que existe entre o nome da Rua dos Caicós e a do município do mesmo nome é que ambos se originaram da designação da tribo indígena: Caicós. Também uma série de ruas no Alecrim tem esses nomes estranhos como: *Caicós, Pajeús, Canindés, Pegas, Paianazes, vindo de nomes de tribos indígenas do nosso Estado.* - Engraçado! Eu pensei que de índios aqui só havia Potiguares. - Os Potiguares habitavam apenas o litoral como já sabe, No interior, havia os Cariris.

[...]

Antes que me pergunte, vou logo esclarecer-lhe uma coisa: costumava-se dividir as tribos brasileiras em grupos, bem caracterizadas por sua língua e seus hábitos. Assim, quando eu falo em *Cariri*, estou falando em *Canindés, Janduis, Panatis, Monxorós* e outros. (SAMPAIO *et al.*, 1973, p. 12, grifos nossos).

A diversidade das sociedades indígenas é explicitada como “nomes estranhos” destacando-se os “Caicós, Pajeús, Canindés, Pegas, Paianazes” e a surpresa quando um dos filhos acha engraçado, levantando a hipótese sobre a existência de apenas uma etnia, a dos Potiguara.

Essa estranheza é, de certo modo, compreensível. Os índios arrancados de seu território, silenciados em nossa história, agredidos em sua cultura, violentados em sua vontade e religião, são homenageados postumamente pelos vencedores através da espacialização de suas etnias em ruas dos bairros espalhados por Natal e demais cidades do Estado.

Essa descoberta do outro, daquilo que é estranho a nossa cultura por parte dos personagens, Dora e Gustavo, que ilustram a obra das autoras, revelam a necessidade de conhecermos melhor nosso passado indígena.

Desta forma, para compreendermos a grande diversidade étnica cultural, apresentamos o mapa da figura 22, onde podemos visualizar melhor a distribuição dos diferentes grupos indígenas que habitaram o espaço que veio a se tornar o Rio Grande do Norte. De antemão, cabe esclarecer que a localização dos grupos indígenas no mapa é de caráter meramente didático, não estamos afirmando que as comunidades indígenas habitavam com exatidão os círculos demarcados na Figura, posto que eram comunidades seminômades, havendo grande mobilidade dentro do território em virtude das mudanças das estações do ano, eventual falta de comida, água, abrigo, entre outras razões para o deslocamento dos grupos indígenas.

Figura 22 – Grupos indígenas tradicionais no início do processo colonizador



Rio Grande do Norte com a configuração e limites atuais.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode observar na figura 22, havia diferentes grupos indígenas ocupando o espaço potiguar durante o processo colonizador, de modo que cada grupo indígena possuía sua linguagem, costumes, instituições, visões de mundo, ritos, cânticos, danças, artefatos e distintas relações com o meio ambiente e com os outros grupos humanos que ali conviviam. Ou seja, cada grupo indígena tinha suas particularidades e peculiaridades únicas.

O que a nossa pesquisa revelou nesse ponto é que a maioria dos livros, nove num total de 11, dentre eles, as produções de Clementino Câmara (1952), Antônio Fagundes (1967), Rômulo Wanderley (1969), Iane de Paula e Maria Queiroz (1971), Homero Homem (1976), Raimunda Almeida e Maria Castro (1987), Murilo Filho (1993), Carlos Noronha e Aleuda Marinho (1991), destinam um pequeno espaço em suas narrativas para tratarem da temática indígena, de modo que a diversidade étnico-cultural, como linguagem, costumes, religião, política, sociedade e outros assuntos não são apresentados, limitando-se, como já exposto, a identificar genericamente duas nações, os Potiguara, habitantes do litoral, e os Tarairiu ou Tapuia, habitantes dos sertões.

Uma ressalva se faz necessário quanto ao livro organizado por Zilda Lopes é que ele pontua, ainda que timidamente em três parágrafos do capítulo *III - Índio* alguns traços físicos e culturais dos Potiguara e Cariri (SAMPAIO *et al.*, 1973, p. 12-13).

Por outro lado, diante dos 11 livros analisados na pesquisa, Marlúcia Brandão (1993) destinou considerável conteúdo à temática indígena, muito embora a Lei nº 11.645, que tornou obrigatório o ensino de história indígena, só tenha sido promulgada em março de 2008, ou seja, passados mais de 15 anos depois do manual escolar *Rio Grande do Norte: Nossa gente... nossa História* (1993). A nosso ver, uma obra que ampliou e enriqueceu os espaços da temática indígena na história local.

Já nas primeiras páginas do livro, a autora localiza espacialmente os indígenas, dividindo-os entre os Potiguara que habitavam

o litoral e os Cariri que ocupavam o interior do território potiguar (BRANDÃO, 1993, p. 19). Ainda que não reconheça toda a diversidade de etnias, o livro merece destaque pela valorização de outras culturas.

Logo após, o livro apresenta um mapa com imagens de papagaios, um macaco sagui, índios numa canoa e outro com arco e flecha pescando, coqueirais e uma serra ao fundo. Esse seria o espaço ocupado pelos índios, representado pela natureza exuberante da Mata Atlântica tendo como plano de fundo o Rio dos Tapuias, Rio Potengi ou Rio Grande.

Há considerável informação sobre as atividades desenvolvidas pelos Potiguara e Cariri, destacando-se dos primeiros a pesca no Oceano Atlântico e Rio Potengi, assim como da caça, na extensa Mata Atlântica que se prolongava por todo o litoral, a construção de igaras (canoa), utensílios de pesca, além de clava, escudo, machado de pedra, arco e flecha; enquanto dos Cariris, o cultivo do algodão, fumo e o milho, o trabalho com cerâmica, caça e a confecção de arco, flecha, seta, espada de madeira (azagais) e o machado de pedra.

O livro acaba por revelar um universo de informações que enriquecem o conhecimento sobre os indígenas Potiguara e Cariri, descrevendo seus hábitos e costumes sem preconceitos e sem depreciá-los, mesmo que de forma genérica e simplista; como o fato de andarem nus, despidos, cobrindo o corpo com penas nas festas e guerras ou cobertos com peles de animais e pintam seus corpos.

Do mesmo modo, aspectos físicos como altura, cor dos olhos, da pele e cabelos são detalhados, realçando que os Potiguares “tinham o hábito de retirar todos os pelos do corpo, inclusive sobrancelhas”, pintavam o corpo e também “furavam o lábio inferior, as orelhas e o nariz, colocando ornamentos de madeira ou osso. Enfeitavam-se com búzios, dentes de animais e plumas de penas de aves.” (BRANDÃO, 1993, p. 20). Enquanto os Cariris eram “mais altos e mais robustos que os Potiguares. Ágeis no correr e nadar. Nariz grosso, cabeça chata, cabelos e olhos pretos” (BRANDÃO, 1993, p. 21).

A autora frisa que o espaço que fora invadido e depois conquistado tinha legítimos detentores, os nativos, ainda que houvesse

considerável mobilidade de muitos grupos indígenas sobre o território do que viria a ser o Brasil, assevera a professora que os índios “foram os primeiros habitantes do Rio Grande do Norte, no litoral, e os verdadeiros donos da terra” (BRANDÃO, 1993, p. 20). Parece uma afirmativa simplória, mas Terezinha Maher nos alerta da importância de tal assertiva:

É preciso ensinar as crianças brasileiras, desde a mais tenra idade, que o Brasil tinha donos quando os europeus chegaram! É da maior importância esclarecer que houve um projeto europeu, em nada pacífico, de conquista e que os povos indígenas aqui lotados perderam essa guerra. Insisto: é fundamental que se diga, sem meias palavras, que os portugueses invadiram, ocuparam à força, as terras desses povos. (MAHER, 2006, p. 13).

Os índios estavam aqui antes da chegada dos colonizadores europeus, donos da terra e guardiões de uma rica cultura, de línguas, crenças, saberes, ciências, literatura, poesia, música e etc. São desses aspectos que Brandão (1993) trata nos próximos oito capítulos de seu livro.

É o primeiro livro didático de História do Rio Grande do Norte a dedicar espaço para organização social dos indígenas, explicando a existência do chefe político das comunidades nativas na figura do Morubixaba ou Tuxaua, uma espécie de líder militar em tempos de guerra, destacando que “apesar de ser a autoridade máxima, não tomava as decisões sozinho e nem explorava a tribo” (BRANDÃO, 1993, p. 22).

Do mesmo modo, abordando a religiosidade, Brandão (1993, p. 23) esclarece que os índios acreditavam em vários deuses, “os quais quase sempre representavam algo da natureza: Tupã (deus do Céu), Guaraci (deus do sol), Jaci (deusa da lua), Rudá (do amor), Uirapury (dos pássaros), Anhangá (da caça), Caapora (da floresta)”. E que “algumas tribos tinham como deus maior o Trovão. Outras, a Ursa Maior ou o Setentrião, aos quais dirigiam cantos e danças.”.

Julio Cezar Melatti (2014) nos explica que há dois equívocos quanto ao fato de se creditar à divindade Tupã um papel de deus maior nas crenças indígenas. Fruto de uma generalização e estereotipia, Tupã não é considerado o principal dos entes sobrenaturais para todos os indígenas brasileiros, muito embora seja conhecido pelos que falam as línguas da família tupi-guarani. Ademais, mesmo os povos nativos, que nele acreditam, não o vê como principal dos entes sobrenaturais. Para eles, Tupã é como um demônio que controla o raio e o trovão, podendo, inclusive, causar morte e destruição.

Posto isso, cabe frisar que o livro da professora Marlúcia Brandão (1993) aponta a diversidade religiosa existente entre os indígenas, sem que haja equívocos quanto à visão deturpada de que Tupã fosse a principal divindade indígena, de modo que entre os “índios do Brasil, poucas são as sociedades que creem num ser supremo, a maioria delas dá mais atenção em suas mitologias aos heróis míticos”. (MELATTI, 2014, p. 193-195).

Importante apontar que essas crenças foram consideradas pelo catolicismo “como um conjunto de superstições” e que no entender de José Ribamar Bessa Freire (SISS; MONTEIRO, 2009, p. 87) tal perspectiva preconceituosa seria de “uma estupidez siderúrgica”, e justamente dessa crendice que Marlúcia Brandão leva ao leitor uma visão equivocada, de que “os índios eram supersticiosos e acreditavam em espíritos maus. Estes tomavam conta do corpo de uma pessoa penetrando pelos olhos, nariz, ouvidos e cabelos, dominando o espírito do indivíduo”. (BRANDÃO, 1993, p. 23).

A organização religiosa dos nativos era sociológica e tecnologicamente completa (GOMES, 2018, p. 63), com crenças e rituais que buscavam explicações especiais para fenômenos incontrolláveis da natureza, da mesma forma temiam elementos sobrenaturais e usavam de mecanismos mágicos para interceder pela ajuda às suas dúvidas e sofrimentos.

Noutro ponto da obra, Brandão (1993, p. 24) apresenta aspectos relacionados à organização política dos nativos, abordando o

papel do pajé, espécie de chefe espiritual ou sacerdote da sociedade indígena, que era “conhecido e respeitado na tribo por acreditarem que ele possuía poderes que outros índios não tinham”, atribuindo a ele “o poder de curar e adivinhar o futuro das pessoas” de modo que a tribo “sempre o escutava, antes de tomar uma decisão. O Pajé também era visto como feiticeiro”.

A fim de explicar esse aspecto de feitiçaria que paira sobre a imagem do pajé, Gersem Baniwa (2006) esclarece que ele é uma espécie de intermediário entre os seres naturais e os sobrenaturais, cuja função é administrar e manter um mínimo de equilíbrio no caos natural, sendo capaz de garantir as condições básicas de convivência entre os seres, tendo poderes para curar doenças e restabelecer o equilíbrio das coisas, podendo, inclusive, provocar doenças ou morte, com o objetivo maior de estabelecer o equilíbrio natural, cabendo-lhe a função de protetor da natureza (BANIWA, 2006, p. 174).

4.3 A HERANÇA DAS TOPONÍMIAS INDÍGENAS COMO HOMENAGEM PÓSTUMA

Essa diversidade de grupos indígenas pode ser vista nas toponímias apresentadas nos livros didáticos pesquisados. A toponímia estuda os nomes geográficos, ou seja, nomes próprios de lugares, desde sua origem e evolução, sendo considerada uma parte da linguística, com diálogos profícuos com a história, arqueologia e a geografia. Segundo o historiador Muirakytan Macêdo (2017, p. 88), a toponímia pode ser entendida como uma análise etimológica e/ou histórica dos nomes dos lugares, proporcionando “uma rica fonte para o estudo das cidades, dando conta dos agentes históricos, imaginário social, interesses políticos etc. que participaram da criação do sítio urbano”.

Circe Bittencourt (2008, p. 209) destaca que a toponímia nacional é herdeira da apreensão geográfica das populações indígenas. Desde serras, chapadões, estradas, caminhos, rios, montanhas e lagos

constituem espaços identificados por nomes específicos – como Caicó, Potengi, Mossoró, Açu, entre outros – que cada povo indígena, em determinado momento, lhes atribuiu, o que torna possível conhecer as ações humanas desses indivíduos nos seus lugares e suas transformações ao longo do tempo.

Esses nomes de lugares, ruas, bairros, prédios e cidades com toponímias indígenas são compreendidos por Julie Cavignac (2011) como marcos da memória, que

Encontram-se, com frequência, na paisagem, mediante as pinturas rupestres, os cemitérios, a toponímia - sobretudo no que diz respeito aos rios, montanhas e outros acidentes geográficos que indicam um território ocupado por indígenas. (CAVIGNAC, 2011, p. 225).

As toponímias também participam na construção das identidades com a designação dos lugares. Raimundo Arrais (2012) enfatiza que a toponímia é uma “construção histórico-cultural”, de modo que

Os nomes são outros vestígios dessas tentativas dos grupos sociais de incrustar seus valores no espaço, registrando nele os traços da sua história. Os nomes trazem embutidos sentidos que foram instituídos no passado e que com o passar do tempo podem se conservar, se modificar ou se esvanecer na memória dos moradores. (ARRAIS, 2012, p. 40).

Arrais (2012) compartilha o pensamento do geógrafo cultural Paul Claval (2007), o qual aponta que

Os grupos humanos aprendem, pois, a explorar o espaço e a encerrá-lo em sistemas de representações que permitem pensá-lo. Batizando os lugares e os meios, eles os transformam em objeto de discurso. Impondo-lhes suas marcas e instituindo-os, fazem deles uma categoria social. (CLAVAL, 2007, p. 218).

O espaço potiguar foi explorado e conseqüentemente batizado, nomeado, inicialmente pelos indígenas, posteriormente pelos

colonizadores, de modo que várias ruas e cidades têm nomes relacionados à presença indígena em nosso Estado. Na obra de Rômulo Wanderley (1969), o autor expõe a origem de alguns nomes que tem relação com o nosso passado indígena:

Assu, na língua indígena, quer dizer grande. Assu foi elevado à cidade em 16 de outubro de 1845.

[...]

Caicó, vila do príncipe em 31 de julho de 1787. Cidade em 1º de fevereiro de 1890. O nome vem da tribo dos Caicós, que vivia na região.

[...]

São José de Mipibu, antiga aldeia de Mopebu. Vila a 22 de fevereiro de 1762. Cidade a 16 de outubro de 1846.

[...]

Mossoró, derivado da palavra indígena monxoró, ou mossoró. Arraial dedicado à Santa Luzia. Vila em 15 de março de 1852. Cidade em 9 de novembro de 1870. (WANDERLEY, 1969, p. 106-107, grifos nossos).

Nesse mesmo sentido, Clementino Câmara (1952) e Maria Alexandrino Sampaio *et al.* (1973) apresentam uma série de topônimos indígenas:

Açu - grande. Denominação da aldeia principal dos janduís.

Caicó - do nome de uma tribo dos janduís.

Ipanguaçu - em memória de um dos morubixabas potiguaros que assentiram na conquista e colonização da Capitania. (CÂMARA, 1952, p. 26-32).

Já Maria Alexandrino *et al.* destacam:

Também uma série de ruas no Alecrim tem esses nomes estranhos como: *Caicós, Pajeús, Canindés, Pegas, Paianazes*, vindo

de nomes de tribos indígenas do nosso Estado. (SAMPAIO *et al.*, 1973, p. 12, grifos nossos).

No livro *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primeiro* (1967), do professor Antônio Fagundes, a toponímia indígena do rio Potengi é explicada no capítulo denominado *Rio que dá nome ao Estado*, no qual o autor explica a origem do nome Potengi (Potigi), rio de Poti, originado da língua tupi e que significa “rio de camarão”, designação utilizada pelos povos nativos a corrente d’água que foi batizada pelos portugueses como Rio Grande durante o processo de conquista do território potiguar.

Homero Homem (1976) trata de demonstrar que,

Habitada por índios, a Capitania do Rio Grande do Norte passou a receber os portugueses e os africanos, que cruzaram, sobretudo, nas caatingas e no litoral, enquanto os portugueses e os índios se cruzavam no sertão. Explica-se: o negro fixou-se nas áreas agrícolas, enquanto os índios se adaptavam melhor aos campos. (HOMEM, 1976, p. 10).

A espacialização dos índios nos campos, entendido aqui como o sertão, região considerada arcaica, não-civilizada, nos remete a representações envolvidas num processo de explicação de outros termos que historicamente formaram pares opostos: moderno/arcaico, civilizado/incivilizado, progresso/atraso (ARRUDA, G., 2000, p. 13-16).

Esses espaços dicotômicos: o litoral, lugar das cidades, dos avanços da sociedade, região primeiramente conquistada e policiada pelos lusitanos, em oposição ao sertão, espaço arredio à civilização, região vazia, estigmatizada, remota, rude, por vezes retratada enquanto atrasada, inóspita, violenta e selvagem é o lugar apontado por Homero Homem (1976) para as relações entre portugueses e índios, de forma que o litoral, por todas as suas características de aptidão a economia colonial é o espaço por excelência das áreas agrícolas, onde o negro atuou.

O indígena Felipe Camarão ganha destaque enquanto toponímia nos livros das professoras Iane de Paula e Maria de Queiroz (1971) e Raimunda Almeida e Maria Castro (1987), retratando-o como herói pela sua participação nas lutas contra o domínio holandês ao lado de Henrique Dias, João Fernandes e Jaguarí, de modo que em “homenagem à eles, existem em Natal, ruas, bairros e emissoras de rádio com seus nomes”. (PAULA; QUEIROZ, 1971, p. 36; ALMEIDA; CASTRO, 1987, p. 24).

Essa relação entre história e espaços, da qual podemos problematizar a temática indígena e sua estreita relação com as toponímias apontadas por Rômulo Wanderley (1969), Clementino Câmara (1952), Iane de Paula e Maria de Queiroz (1971), Antônio Fagundes (1967) e Maria Alexandrina Sampaio *et al.* (1973), nos revela as marcas da presença indígena na História do Rio Grande do Norte na denominação de rios, praças, bairros, ruas e lugares, ainda que de forma simplista, como a título de ilustração, os nomes de cidades transcritas acima, da mesma forma, na língua, na vida cotidiana e até mesmo na designação dos norte-rio-grandenses.

Ainda em relação à toponímia, os livros de Rômulo Wanderley (1969), Maria Alexandrina Sampaio *et al.* (1973) e Iane de Paula e Maria de Queiroz (1971) esclarecem que as pessoas nascidas no Rio Grande do Norte são conhecidas por rio-grandenses-do-norte, norte-rio-grandenses ou potiguaras. Esta última designação deve-se ao fato de que, na época da colonização, habitavam o Estado os índios da nação potiguara.

O gentílico *potiguar* – expressão da língua tupi que significa “comedor de camarão”, tão caro a nossa identidade e que segundo o historiador João Maurício Gomes Neto (2010) foi a partir dos acontecimentos que ocorreram durante a expulsão dos holandeses, da qual se sobressaiu um índio da tribo potiguar, o Poti ou Potiguaçu, nascido em Igapó, na capitania do Rio Grande, e que teve participação ativa nos combates contra os batavos.

Vale salientar que essa referência a um indígena que se curvou à Coroa portuguesa, convertido aos preceitos cristãos, tendo sido

batizado com o nome de Antônio Felipe Camarão, e que ganhou notoriedade por seus atos de bravura, passou a representar e mais ainda, a adjetivar os nascidos no Rio Grande do Norte, e conforme Gomes Neto (2010) traz consigo toda uma simbologia:

Posto que os indígenas foram em certa medida dizimados, seja física, seja “culturalmente”, de forma que a homenagem póstuma é polissêmica. Afinal, os índios potiguar antes referenciados como canibais, selvagens e bárbaros, foram depois “convertidos” à fé cristã. Vitimados pelo aparato repressivo de que dispunha o colonizador, foram “convidados” a sair de cena [...] para que a obra da colonização seguisse seu curso. (GOMES NETO, 2010, p. 92-93).

Conclui o historiador que Antônio Felipe Camarão representava a vitória da “operação civilizatória” encetada pelo homem branco e a aposta de que, no futuro, seria possível se construir nesta espacialidade, uma civilização nos moldes europeus. (GOMES NETO, 2010. p. 93).

4.4 A QUESTÃO DO DESCOBRIMENTO E O ENCOBRIMENTO INDÍGENA

Devemos refletir sobre os descobrimentos ocorridos na trajetória histórica do Brasil e do Rio Grande do Norte, inclusive os encobrimentos. Não nos esqueçamos, o evento “descobrimento” mascara, disfarça o eurocentrismo, dentro de uma gama de preleções que naturalizam um espaço que foi construído por sucessivas camadas de discursos ao longo de mais de quatro séculos de História e que representam uma afronta ao presente: “genocídio indígena, devastação ambiental, destruição de culturas”; ao passo que também incorporam, por outro lado, aspectos palatáveis tais como, “mistura interétnica, encontro de culturas, nascimento de nações, gestação do mundo globalizado.” (ARRUDA, J., 1999, p. 47).

Ainda nas primeiras páginas do livro do professor Clementino Câmara (1952), numa parte dedicada à História do Rio Grande do Norte, temos que o espaço precisava ser conquistado, dominado, mas para tanto, era necessário que fosse “descoberto”. Assevera Clementino Câmara que

Gaspar de Lemos, voltando de Pôrto Seguro para levar a D. Manuel a célebre carta de Pero Vaz de Caminha, subisse pelo litoral para certificar-se da grandeza da “Ilha de Vera Cruz”, que a frota cabralina julgara ter descoberto. (CÂMARA, C., 1952, p. 52).

Portanto, o que se pode observar é que o espaço que viria a se tornar o Rio Grande do Norte é esvaziado, bem como os povos nativos que ali habitavam, que só adquirem sentido em relação a uma outra entidade, a Europa, isto é, o espaço e as populações originárias “só ganham existência como possibilidades de serem europeizados”, surgem como consequência de ações exteriores a eles, como bem observou Norma Telles (TELLES, 1991, p. 48).

Ademais, essa ideia de um espaço encoberto, perdido, selvagem, habitado por povos bárbaros, onde os descobridores e colonizadores deveriam implantar todos os padrões básicos da cultura europeia soterrando a barbárie para emergir a civilização, são característicos do imaginário europeu do século XVI, mas ainda é preocupação de Clementino Câmara (1952, p. 58-59), que assevera: “A conquista do Rio Grande do Norte constitui uma página que não enobrece, antes denigre seus autores.”

Na Unidade III, *Nossa História*, do livro *Estudos Sociais: Rio Grande do Norte* (1987), as autoras Raimunda Almeida e Maria Castro relatam que uma esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral avistou o Monte Pascoal na Bahia, a 22 de abril de 1500, de modo que “estava descoberto o Brasil.” Desconsiderando a existência dos povos indígenas, as autoras esclarecem que após o descobrimento, o povoamento efetivo das terras brasileiras contou com a participação dos jesuítas:

Algum tempo depois do descobrimento da nova terra, o Rei de Portugal, D. Manuel, resolveu enviar uma expedição para iniciar o povoamento no Brasil. Com os portugueses vieram os padres jesuítas, com o objetivo de catequizar os índios e ensinar-lhes a religião católica. (ALMEIDA; CASTRO, 1987, p. 66).

Autores como Iane de Paula e Maria de Queiroz no livro *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (1971) e Carlos Noronha e Aleuda Marinho em *Rio Grande do Norte: meu estado* (1991) trazem essa ideia do descobrimento (PAULA; QUEIROZ, 1971, p. 33, 66; MARINHO; NORONHA, 1991, p. 18).

O historiador Francisco Iglesias balizou entendimento acerca do termo imperialista “descobrimento”, do qual nos filiamos, e que em pleno século XXI ainda insiste permear pensamentos, ideias e instituições. Ora, de acordo com o Iglesias (1992), só se “descobre uma terra sem habitantes; se ela é ocupada por homens, não importa em que estágio cultural se encontrem, já existe e não é descoberta”. Apenas se estabelece seu contato com outro povo. Ademais, assevera:

Do encontro de duas culturas só poderia resultar um choque, pois se tratava de culturas muito diversas: a européia, já milenar e consolidada, com um continente de enormes dimensões e povoado, na maior parte, por povos de cultura bem menos elaborada. (IGLESIAS, 1992, p. 26).

Outro importante autor que critica a expressão descoberta, dentro de uma perspectiva da alteridade, é Tzvetan Todorov (1993), em seu livro *A conquista da América: a questão do outro*, que emprega em um sentido inovador: o da descoberta do Outro, do choque que é entrar em contato com uma cultura totalmente diferente. Para Todorov, a descoberta e a conquista da América representaram a descoberta dos americanos pelos europeus e vice-versa.

Terezinha Maher (2006) nos chama a atenção para o que ela considera um equívoco histórico, uma fantasia, essa noção propagada na escola e também nos livros didáticos de que o espaço que ficou

conhecido como Brasil foi “descoberto”, ignorando o fato de que os povos indígenas estavam aqui antes mesmo de Colombo e de Cabral. Para a professora, não houve descoberta, nem tampouco um encontro, um choque, mas uma invasão, defendendo que o Brasil tinha donos quando os europeus chegaram com seu projeto de conquista, ocupação à força (MAHER, 2006, p. 13).

Desta forma, pensar acerca das representações que os livros pesquisados transmitem sobre o período da chegada dos portugueses ao que viria a ser o Brasil e o Rio Grande do Norte é refletir sobre o papel dos indígenas na construção social e cultural da História do país. Parafraseando Daveis (2009, p. 127), essa abordagem da História vista em alguns livros didáticos de História do Rio Grande do Norte “nega a existência de sociedades indígenas antes da chegada dos portugueses e privilegia a iniciativa europeia”. De acordo com Marc Ferro (1983), nos revelando de forma enfática que

Não nos enganemos: a imagem que temos de outros povos, e até de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, ideias fugazes ou duradouras, como um amor..., mas permanecem indelévels as marcas de nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções. (FERRO, 1983, p. 11).

Nesse sentido, a temática dos “descobrimentos” nos remete a uma ordem de significação que corresponde ao imaginário europeu do século XV, para o qual a América, habitada por povos *bárbaros*, deveria transformar-se em um “Novo Mundo”. Nela, os descobridores e colonizadores deveriam implantar todos os padrões básicos da cultura europeia, soterrando a barbárie.

O que procuramos realçar nesse ponto é que a utilização da expressão “descobrimento do Brasil”, denuncia à maneira pela qual a chegada dos portugueses em terras do continente americano é

interpretada, tendo os europeus como protagonistas de um encontro entre povos, delegando um papel secundário aos indígenas.

4.5 A FIGURA CONTRADITÓRIA DO ÍNDIO POTI

Neste ponto da nossa análise, podemos notar uma ambiguidade. Se por um lado os índios foram representados em grande medida enquanto selvagens, sem lei e sem fé, por outro lado a figura do indígena Felipe Camarão é tratada de uma forma completamente diferente.

Para Murilo Melo Filho (1993), há dois tipos de indígenas: os que se uniam aos agentes coloniais – holandeses, em relações amistosas de sujeição, entendidos como “um grande grupo de índios”, e de outro lado os “selvagens”, ou seja, aqueles índios que resistiam ou dificultavam o processo da colonização.

Logo em seguida na narrativa do seu livro, os indígenas são enaltecidos na figura heroica do “grande guerreiro” Felipe Camarão (MELO FILHO, 1993, p. 13), aquele que denominou os nascidos em terras potiguares, que firmou aliança com os portugueses para expulsarem os holandeses do Brasil, fazendo alusão às vitoriosas batalhas travadas entre os homens comandados pelo chefe potiguar contra as tropas batavas.

Rômulo Wanderley (1969, p. 11) destaca que entre os Potiguara “descendia o bravo Poti, que combateu heroicamente contra os holandeses, quando foi preciso expulsá-los do solo nordestino”. Mais adiante, num capítulo que trata dos *Vultos Norte-rio-grandenses que engrandecem o nosso Estado*, acrescenta que

Não tem sido poucos os filhos do Rio Grande do Norte ilustres. Tanto no passado, como no presente, os seus nomes se destacaram no cenário nacional, em tempo de guerra e de paz.

Nas lutas contra os holandeses, salientou-se o índio Poti, nascido na aldeia de Igapó, à margem esquerda do rio Potengi, à altura de Natal. (WANDERLEY, 1969, p. 136).

Ao lado de personagens como André de Albuquerque e padre Miguelinho, líderes da Revolução Pernambucana de 1817 em terras potiguares; Baraúna, Ulisses Caldas e seu irmão Perceval que lutaram na guerra do Paraguai; padre João Manuel, primeiro deputado a gritar “Viva a República” no Parlamento Nacional; de políticos como Pedro Velho, Ferreira Chaves, Alberto Maranhão, Antônio de Sousa, José Augusto, Juvenal Lamartine e Seabra Fagundes, emerge a figura heroica do índio Poti.

O livro do professor Antônio Fagundes (1967) dedica um capítulo inteiro para tratar do índio Poti, retratado como um importante braço armado dos portugueses durante a invasão holandesa, representado enquanto valente, prestador de serviços inestimáveis à colonização do Brasil, devotado, vitorioso, bravo:

Pela conhecida bravura e pelos serviços valiosos prestados a colonização, o Rei de Portugal concedeu-lhe um Brasão de Armas e o título de Dom, em virtude do qual passou a ser conhecido por Dom Antônio Felipe Camarão. Além dessas honrarias, o Governo de Portugal lhe concedeu uma pensão, isto é, uma gratificação que lhe era paga anualmente. Esse valente indígena faleceu em Pernambuco e foi sepultado em Várzea, arrabalde de Recife. (FAGUNDES, A., 1967, p. 36-37).

Como soldado a serviço da coroa portuguesa, o índio Poti ajudou a guerrear e expulsar os holandeses do nordeste, de modo que a narrativa eleva o indígena enquanto agente ativo na construção da nossa história. Cria-se, dessa forma, um espaço intencional de memória que avulta a figura de Antônio Filipe Camarão dentro de uma perspectiva romântica do índio herói, cheio de qualidades e virtudes, resultando numa representação de que ele contribuiu de forma decisiva com o processo colonial de civilização, impregnando-o de um sentimento de patriotismo que pode ser questionado.

Juliana Lopes Elias (2005), em tese defendida na Universidade Federal de Pernambuco, intitulada *Militarização indígena na*

Capitania de Pernambuco no século XVII: caso Camarão, esclarece que há uma lacuna historiográfica quanto à noção de pátria entre os habitantes da Colônia, incluindo-se os índios. A historiadora afirma que no século XVII os homens não possuíam ainda um sentimento e uma consciência de pátria, primordialmente entre os indígenas. Para ela, o que se pode identificar entre os índios, no período colonial, era uma espécie de “sentimento de solidariedade em relação a seus semelhantes, tendo em vista que eles não possuíam ainda a noção de naturalidade territorial” (ELIAS, 2005, p. 122).

Os livros didáticos também são responsáveis pela criação de imaginários sociais, ressignificando a partir da apropriação de determinados acontecimentos e personagens, bem como construindo heróis e mitos. Nesse sentido, Fagundes (1967) dedica um capítulo para tratar de Clara Camarão, companheira de Felipe Camarão. As representações enaltecem a figura feminina da mulher corajosa, valorosa, de ardor patriótico e de pleno amor à causa brasileira, intrépida guerreira, primeira das heroínas potiguaras, que honrava a tradição de sua tribo, símbolo da bravura feminina, que legou à mulher norte-rio-grandense o exemplo do sentimento cívico que lhe abrasava o coração (FAGUNDES, A., 1967, p. 42-43).

Para as autoras Iane de Paula e Maria de Queiroz (1971), o índio Poti é tido pelo povo potiguar como um herói, ao lado de Henrique Dias, João Fernandes e Jaguarí, acrescentando que,

A presença dos holandeses em nossas terras foi marcada pela violência. Muitos lutaram contra o domínio holandês. Destacaram-se: Antônio Felipe Camarão (o índio Poti), Henrique Dias, João Fernandes e Jaguarí. Esses homens são considerados, pelo povo potiguar, verdadeiros heróis. Como homenagem a eles, existem em Natal, ruas, bairros e emissoras de rádio com seus nomes. (PAULA; QUEIROZ, 1971, p. 36).

Fruto de uma construção identitária potiguar, uma figura mítica que precisa ser valorizada pelos seus feitos relevantes, vemos mais uma

vez a exaltação do caráter heroico do índio Poti, destacando-se por parte das autoras a espacialidade de seu nome nas ruas, bairros e prédios.

No livro das professoras Raimunda Almeida e Maria de Castro (1987), o indígena Felipe Camarão é referenciado no trecho do livro dedicado aos “movimentos nativistas antes da independência do Brasil”, destacado pelas autoras com a Revolução de 1817 e a expulsão dos holandeses, uma vez que atingiram mais diretamente a nossa capitania. Desses levantes, as autoras constroem a narrativa apontando que “três vultos destacaram-se: o paraibano - André Vidal de Negreiros; o índio Poti - Felipe Camarão; O negro - Henrique Dias.” (ALMEIDA; CASTRO, 1987, p. 73).

Carlos Noronha e Aleuda Marinho (1991) seguem no mesmo sentido, enaltecendo as honrarias concedidas pelo governo português ao Dom Felipe Camarão por sua participação efetiva nas lutas contra os batavos:

Na luta contra o domínio holandês, destacou-se a figura de dom Antônio Felipe Camarão, chefe dos índios Potiguares.

Ele nasceu na aldeia do Igapó na margem esquerda do rio Potengi, no Rio Grande do Norte e faleceu no Arraial Novo, nas proximidades de Recife (Pernambuco).

O título de “dom” e outras homenagens, revelam o grande respeito que o governo português tinha por Felipe Camarão. (NORONHA; MARINHO, 1991, p. 28).

Essa exaltação do índio Poti – Felipe Camarão foi construída por uma série de práticas e discursos. Escritores potiguares produziram textos que enalteciam a figura heroica do indígena que se aliou aos portugueses no período de organização da empresa colonial. Dessa forma, a história do Estado foi sendo construída com vistas a incluir também algumas personalidades históricas, tendo como norte as que mais contribuíram na formação do ser potiguar, e o elemento indígena teria então um papel importante nesse processo.

A construção da figura heroica do indígena Felipe Camarão pode ser percebida ainda no século XIX, quando Manoel Ferreira Nobre (1971), em sua *Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*, datado de 1877, ao traçar breves comentários sobre a biografia do indígena potiguar, descreve-o como notável e bravo pelos serviços prestados aos portugueses (NOBRE, 1971, p. 194-195).

Na virada do século, com a criação do IHGRN em 29 de março de 1902, deu-se início as primeiras bases materiais para o desenvolvimento das pesquisas referentes à história do Rio Grande do Norte. Uma das primeiras medidas adotadas para divulgar a produção dos estudos advindos de intelectuais do IHGRN foi a publicação em 1903 de uma Revista, conforme previsão contida nos primeiros estatutos.

Uma parte dedicada especialmente às biografias ganhou espaço significativo nos primeiros volumes da Revista. Essas breves biografias constituíam-se, de certa maneira, num ambiente profícuo para cultivar e perpetuar determinadas imagens de personagens históricos do estado. Dentre esses textos históricos produzidos pelo Instituto e publicados nos cinco primeiros volumes da Revista, três temáticas se destacam: *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*, *índios célebres do Rio Grande do Norte* e *Holandeses no Rio Grande do Norte*.

Interessa-nos aqui, os textos produzidos sobre a temática dos “índios célebres do Rio Grande do Norte”, apontada por Karla Menezes (1997), na monografia intitulada *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907*, como um conjunto de escritos que fazem aquilo que ficou denominado como “culto aos heróis” de modo a fornecer “exemplos sugestivos dessa atração dos historiadores do Instituto pelos ‘grandes homens’” (MENEZES, 1997, p. 50).

As discussões iniciais do sócio do IHGRN, Luiz Fernandes (1904) ao traçar a biografia e os sucessos do índio Felipe Camarão e de sua família giram em torno da defesa de sua naturalidade norte-rio-grandense, uma vez que estava sendo questionada por estudiosos pernambucanos como Francisco Pereira Costa.

Luiz M. Fernandes Sobrinho, na supracitada seção “Índios celebres do Rio Grande do Norte: D. Antonio Philippe Camarão”, no volume 2, da Revista de 1904 do Instituto, não poupa adjetivos ao indígena, destacando-o entre os

Chefes potiguares do Rio Grande do Norte, entre os quais occupa o *primeiro lugar o valoroso Poty*, não só pela *superioridade* entre os naturais, dos quaes era chefe, como pela *promptidão* com que o seu espirito *efficazmente* assimilou as idéias da civilização européia. (FERNANDES, L., 1904, p. 140, grifos nossos).

Ora, nada mais justo, na visão do historiador do Instituto, pela trajetória singular que Felipe Camarão teve, de bárbaro cacique veio a ser fidalgo e cavaleiro, que ele constasse entre os personagens importantes da história do Estado.

Essa visão é perpetrada em historiadores como Vicente de Lemos na obra de 1912, *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1598-1697)*, bem como nos escritos de Rocha Pombo (2018) em seu livro de 1922, *História do estado do Rio Grande do Norte*, que descrevem-no como o célebre índio (POMBO, 2018; LEMOS, 1912) pela sua atuação na expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro na primeira metade do século XVII.

Augusto Tavares de Lyra (2012), na sua obra clássica *História do Rio Grande do Norte*, de 1921, influenciado pela historiografia do IHGRN também não se exime de enaltecer os feitos do índio Poty, que “de modo tão notável devia figurar depois nas páginas da história brasileira pelos seus feitos durante o domínio holandês” (LYRA, 2012, p. 36), de modo que seu nome deveria ser “aureolado pelo fulgor de seus feitos”, como um “dos maiores da nossa história” (LYRA, 2012, p. 378).

No mesmo sentido, Amphilóquio Carlos Soares da Câmara, que foi secretário geral do Estado, diretor geral da Estatística, inspetor de Ensino, escolhido para exercer a função de delegado estadual responsável pela representação do Rio Grande do Norte na Exposição

Internacional comemorativa do Centenário da Independência, aproveitou o oportuno ensejo e publicou, pela editora O Norte, do Rio de Janeiro, sua obra no ano de 1923, intitulada *Scenários Norte-Rio-grandenses* (BRITO; MEDEIROS NETA; PEIXOTO, 2018).

Para esse intelectual, o Rio Grande do Norte possuía personalidades que precisavam ser exaltadas, enaltecidas e devidamente reconhecidas no cenário local e nacional:

É preciso, entretanto, que accentue que o Rio Grande do Norte não conta, sómente, com esse heroísmo dos seus filhos de que lhe venho falando e tão pouco conhecido no paiz. ***É que é terra, também, de tradições*** *imorredouras de patriotismo e valor, fornecidas por Felipe Camarão, Miguelinho e Augusto Severo* que constituem, não só para nós outros, os norte-riograndenses, como para todos os brasileiros, paradigma de integridade cívica, honrados pelas gerações patricias com entusiasmo cada vez mais exaltado.

Todos três incarnaram um idéal cívico: o primeiro no período de aspirações pelo afastamento do domínio estrangeiro, o segundo como voluntário da liberdade, o maior elogio que póde merecer o homem, e o terceiro, laureando, perante a civilização do mundo, a intelligencia brasileira, e affirmando, dentro da patria, a capacidade scientifica do norte-riograndense. (CÂMARA, A., 2016, p. 154, grifos nossos).

Considerando que a obra foi produzida para ser apresentada na já mencionada Exposição Internacional e que buscou representar e explicar a situação daquele Rio Grande do Norte para o restante do Brasil, a fim de que fosse “bem conhecida no sul do paiz para que possa ser, justamente, apreciada nas suas cousas e nos seus homens” (CÂMARA, A., 2016, p. 14), vemos o destaque que Felipe Camarão ganha na narrativa se igualando aos feitos do padre Miguelinho e do aviador Augusto Severo.

Já Câmara Cascudo destaca que da “sua estirpe, nascido às margens do Potengi, Dom Antônio Felipe Camarão, enobrecido pelo

Rei e pela valentia.” (CASCUDO, 1984, p. 42). Antônio Soares (1985) fala em notável indígena, bravo comendador (SOARES, A., 1985, p. 13; 34), “um dos heróis da guerra holandesa, na qual serviu com distinção desde 1630, achando-se nos principais combates e batalhas alcançando várias vitórias” (SOARES, A., 1985, p. 24).

De modo que o índio que batizou aqueles que nascem na espacialidade do Rio Grande do Norte deveria conter uma série de qualidades que servissem de exemplo para os demais potiguares, um herói da gleba norte-rio-grandense, marcado pelo patriotismo, coragem, nobreza, fidelidade e liderança.

O escritor Diógenes da Cunha Lima destaca os títulos conquistados pelo indígena:

Capitão-mor de todos os índios do Brasil, segundo Carta Régia de 16 de maio de 1633. Os governos de Espanha e Portugal conferiram-lhe o brasão de armas e o nomearam também capitão-mor dos potiguares, tendo o título de dom respeitado e admirado. (CUNHA LIMA, 1999, p. 177)

Tal a importância que Felipe Camarão ganhou que, em 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.701⁴² de autoria do senador pernambucano Marco Maciel, inscrevendo os nomes de Francisco Barreto de Menezes, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Antônio Filipe Camarão e Antônio Dias Cardoso no Livro dos Heróis da Pátria. Destacando-se, desta forma, a participação desses personagens na história da Insurreição Pernambucana – quando os holandeses foram expulsos do nordeste brasileiro.

O Livro dos Heróis da Pátria, conforme disciplina a Lei 11.597/07⁴³ sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está depositado

⁴² Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12701.htm>. Acesso em 27 out. 2020.

⁴³ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11597.htm>. Acesso em 27 out. 2020.

no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves em Brasília e destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros e brasileiras ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

Como apontado nas citações anteriores, a visão produzida pelos livros didáticos sobre o indígena Felipe Camarão é no mínimo contraditória, pois ora ele é visto como um sujeito de valores a enaltecer, como na figura de um líder militar que participou ativamente na expulsão dos holandeses do Brasil, sendo incluído no Livro dos Heróis da Pátria, ora é um sujeito que “apesar de selvagem, nunca esqueceu os benefícios prestados por esse jesuíta [Padre Francisco Pinto]” (FAGUNDES, A., 1967, p. 25), necessitando ser catequizado para seguir os preceitos da civilização portuguesa.

4.6 AS NARRATIVAS DO GENOCÍDIO INDÍGENA: EXTERMÍNIO E DESAPARECIMENTO

A dominação cultural, econômica, política e militar portuguesa diante dos povos indígenas é marcada por uma sucessão de tragédias, sejam elas por meio da escravidão, doenças, etnocídios, guerras, massacres e genocídios. Santiago Júnior (2020, p. 2) esclarece que “o massacre como enredo étnico-racial faz parte de alguns dos textos fundadores da cultura brasileira”, entre os quais ele cita *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Baseando-nos nesta chave explicativa, coloquemos no rol desses textos, os livros didáticos – em especial os da disciplina História – como textos fundadores da cultura brasileira, fazem parte do espaço escolar desde a segunda metade do século XIX no Brasil sendo importante formador de identidades e fiel depositário de memórias e valores (CAINELLI, 2010).

Nesse sentido, o genocídio cometido contra os indígenas que habitaram o espaço do que viria a ser o Rio Grande do Norte foi por muito tempo pormenorizado por uma série de discursos advindos

da historiografia clássica. Fátima Lopes (2017) alerta que houve uma omissão da nossa historiografia sobre o papel dos indígenas na História, retratando-os enquanto seres passivos, uma vez que os “Potiguaras passaram a aceitar a colonização após os primeiros entraves”, ou pela belicosidade dos Tarairiu que resistiram “impetuosamente à colonização e, conseqüentemente, serem levados ao desaparecimento pela guerra”, destacando que “após esses eventos belicosos, os indígenas do Rio Grande do Norte praticamente desaparecem dos livros”, sejam nos livros didáticos ou nos historiográficos (LOPES, F., 2017, p. 220).

Esse discurso de aniquilamento, massacre e genocídio é repetido nos discursos didáticos presentes nos livros pesquisados. Ao tratar do desfecho da Guerra dos Bárbaros, Clementino Câmara (1952, p. 66) afirma que “todo o sertão já se achava palmilhado pelas expedições militares, conhecido, e as povoações e fazendas retomando a sua vida normal de trabalho produtivo”. Esse ponto reflete bem as ideias adotadas pela historiografia clássica do Rio Grande do Norte e que foram utilizadas pelo autor em sua bibliografia, como Manuel Dantas, Câmara Cascudo, Vicente de Lemos, Augusto Tavares e Rocha Pombo, os quais defendem que durante a segunda metade do século XVIII, após o fim da Guerra dos Bárbaros, iniciou-se o período do povoamento colonial efetivo da Capitania, e conseqüente o desaparecimento dos indígenas nativos.

Fato é que a historiografia clássica potiguar do século XX que trata do Rio Grande do Norte colonial contribuiu de forma decisiva para o desaparecimento e/ou silenciamento dos indígenas, contrariando as pesquisas recentes, principalmente nos trabalhos da professora Fátima Martins Lopes, que constatou nos censos populacionais do Império no século XIX a presença de representantes de etnias indígenas entre a população das antigas Missões religiosas que foram transformadas em Vilas por ordem das leis de D. José I e do Marquês de Pombal (LOPES, F., 2005, p. 9), bem como revelou que a miscigenação étnica e o processo de aculturação não foram os únicos elementos do “desaparecimento” dos nativos do Nordeste (LOPES, F., 1998, p. 33).

Corroborando com a tese acima, Helder Macedo (2007, p. 52) apontou que mesmo diante das mortes nas guerras, fugas para novas regiões, escravização, grandes fomes e a imposição de quadros e modos de vida da Europa Ocidental que provocaram um movimento de difusão/imposição da cultura ocidental nas colônias dos Impérios Ultramarinos, conquistando almas e corpos dos nativos, bem como de territórios do Novo Mundo, num processo de ocidentalização. A trajetória da sua pesquisa revelou a permanência e sobrevivência dos indígenas no Rio Grande do Norte por meio das mestiçagens, nos levando a refletir sobre o encobrimento ou ocultamento das populações indígenas como um processo historicamente construído de tentativa de negação de sua identidade face à sanha colonial (MACEDO, H., 2007, p. 270).

Luís Grupioni endossa essa visão, apontando que

Sobretudo a partir do século XIX, a perspectiva que passava a predominar prognosticava, mais cedo ou mais tarde, o desaparecimento total dos povos indígenas. A tese da extinção, sustentada por sucessivas correntes do pensamento social brasileiro e reforçada, mais tarde, pelas teorias que orientavam a antropologia no país, encontrava na história uma sólida base de apoio. (SILVA, Aracy; GRUPIONI, 1995, p. 222).

Nesse sentido, durante a segunda metade do Século XIX, fomentaram-se os discursos oficiais sobre o desaparecimento dos índios, pensados como “seres efêmeros, em transição: transição para a cristandade, a civilização, a assimilação” (CUNHA, 1992, p. 22) com a extinção dos aldeamentos em várias províncias (estados) da atual região Nordeste. Consequência disso, posseiros, senhores de engenho e latifundiários, alegaram que não havia mais razões para existência das aldeias, principalmente após a Lei de Terras de 1850, acarretando uma ampliação das invasões nas terras dos antigos aldeamentos.

O livro *Terra Potiguar* (SAMPAIO *et al.*) não destoa do pensamento proposto pelo professor Clementino Câmara (1952), como no diálogo que transcrevemos a seguir, no qual podemos identificar o posicionamento das autoras:

- Papai, e que fim levaram os índios do nosso Estado?
- De 1688 a 1720 houve uma rebelião geral dos Cariris. Vieram índios do Ceará e da Paraíba a fim de expulsar os portugueses daqui. Concentraram-se na região de Açu, e Natal chegou a ser ameaçada. Foi necessário que viessem soldados da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia para dominar o levante. Os Potiguares, entretanto, não ficaram ao lado dos rebeldes. *Sufocada a rebelião começou o desaparecimento dos índios.* (SAMPAIO *et al.*, 1973, p. 14, grifos nossos).

Retomamos aqui mais uma vez a tese de que os indígenas desapareceram após a Guerra dos Bárbaros no Rio Grande do Norte. Esse discurso, conforme já exposto por Fátima Lopes (1998) e Helder Macedo (2007), ecoou em nossa historiografia clássica, como nas palavras de Câmara Cascudo (1999):

O indígena, com seu enduape vistoso, o canitar ondulante, o tacape invencido, os colares de dente de onça, a pedra verde das metaras enfiada no beijo, o consente em desaparecer, depois de servir três séculos... (CASCUDO, 1999, p. 50).

Num tom de ironia, o historiador potiguar, sem citar fonte alguma, traz seus argumentos quanto ao desaparecimento dos indígenas:

Quando as aldeias se tornaram vilas, por ordem do marquês de Pombal, o indígena foi desaparecendo velozmente, *mastigado pela cachaça, expulso das terras, esmolando, prostituindo-se, morrendo como moscas.* (CASCUDO, 1999, p. 114, grifos nossos).

Outra forma de explicar o desaparecimento dos povos originários do Rio Grande do Norte adotado por Câmara Cascudo é envolvê-los num tom de mistério:

Em três séculos toda essa gente (indígenas) desapareceu. Nenhum centro resistiu, na paz, às tentações daguardente, as moléstias contagiosas, as brutalidades rapinantes do conquistador.

Reduzidos, foram sumindo misteriosamente, como sentido que a hora passara e eles eram estrangeiros na terra própria.

[...]

Quem vê os registros paroquiais do século XVIII constata a procissão ininterrupta dos óbitos de caboclos, de índios, quase todos meio plantadores, meio mendigos, desajudados, desajustados e *caminhando para o aniquilamento final*. (CASCUDO, 1999, p. 38, grifos nossos).

Como que narrando uma peça dramática de teatro, tendo como espaço a taba potiguar; num primeiro ato, os personagens, os índios com toda a sua indumentária vistosa e garbosa são representados enquanto servidores desta terra durante séculos; seguido por um clímax, onde não mais eram belos e servos, mas vencidos pelos desejos etílicos, retratados como necessitados e meretrizes; chega-se, enfim, ao desfecho cascudiano: são condenados ao extermínio e conscientemente saem de cena.

Numa interpretação menos auspiciosa que a de Câmara Cascudo, Tarcísio Medeiros (1973) em *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte* aponta o desejo na posse das terras dos nativos, os conflitos, as epidemias, a mistura entre as “três raças”, o estabelecimento das “reduções” em Vilas, como causas para o desaparecimento dos indígenas:

A diminuição de nativos [...] foi oriunda daquelas guerras sistemáticas, sustentadas pelos colonos interessados na posse da terra, bem como pelas constantes epidemias de varíolas e as secas periódicas, de modo que, no cruzamento operado na região entre as três raças, a primitiva passou, desde então, o menor contingente. Outro fator de influência decisiva ocorreu das transformações das “reduções”, onde se encontravam aldeados por decisão Real, em VILAS. (MEDEIROS, T., 1973, p. 59).

Outras possibilidades para o desaparecimento foram levantadas. Em *Proto-história do Rio Grande do Norte*, livro editado em 1985, o historiador foi mais enfático quanto ao domínio colonial português:

E nessa avassaladora conquista, a colonização portuguesa domou, a qualquer preço, o silvícola, o índio, terminando por bani-lo para sempre e desde logo das terras do Rio Grande do Norte. (MEDEIROS, T., 1985, p. 216).

Fátima Martins Lopes (2017, p. 219) esclarece que esse *desaparecimento* é parte de um “processo construído pela historiografia tradicional que procurava ‘branquear’ a população nacional, ocultando as nossas origens indígenas”.

Nesse sentido, estudos recentes da antropologia realizaram uma revisão sobre esse “desaparecimento”, no sentido de obter uma compreensão mais abrangente e diversificada da realidade indígena contemporânea enveredados por pesquisadoras como Jussara Galhardo Aguirres Guerra (2007); Cláudia M. Moreira da Silva (2007) Julie A. Cavignac (2011) e Maria Gorete Nunes Pereira (2015).

Questões como o fato de a história no Rio Grande do Norte ter sido “primeiramente escrita externamente aos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais” buscando apagar as especificidades étnicas ao longo dos séculos, acabam por minimizar “aspectos pouco gloriosos da história, chegando, por exemplo, a declarar a extinção total das populações autóctones”, de modo que os historiadores tradicionais estavam muito mais “preocupados em elaborar uma versão branca da história” (CAVIGNAC, 2011, p. 196).

Mesmo que diante das sentenças de mortes por parte considerável da historiografia tradicional do Rio Grande do Norte, os índios que foram retratados como os vencidos da História, personagens históricos passivos, invisíveis enquanto grupos sociais para as elites intelectuais locais, resistiram ao pseudo-extermínio, as fugas para outras regiões e ao processo de miscigenação.

Prova disso é a presença das etnias indígenas e negras durante os primeiros anos do século XIX nos censos populacionais, como já demonstrados por Fátima Lopes (2005). Contrariando, desta forma, a tese de desaparecimento após a “Guerra dos Bárbaros” ocorrida durante os séculos XVII e XVIII. Ainda que esse levantamento populacional apresente falhas, é possível empreender algumas reflexões. Primeiramente que a curva de crescimento é sempre positiva, revelando que os núcleos urbanos se multiplicavam e cresciam economicamente, fruto do trabalho indígena e principalmente de escravos negros.

Segundo Borba (2014, p. 39-40), enquanto a população geral potiguar cresceu vertiginosamente (aumento de 202,68%) ao longo de quatro décadas – 1805 a 1844 –, a população indígena não acompanhou este crescimento (aumento de 36,70%) entre 1805 a 1835, e no censo de 1844 sofre uma redução, até “desaparecer” das fontes investigadas pela pesquisadora.

Essa diminuição dos indígenas culminando com o seu desaparecimento é retratado no livro *Terra Potiguar* (SAMPAIO *et al.*), como se pode observar na narrativa a seguir, onde as autoras questionam qual o destino dos indígenas que estavam desaparecendo:

- E depois? - Depois vieram os aldeamentos, localidades onde os índios eram obrigados a viver juntos sob o controle da coroa ou Jesuítas. Extremoz, Arês, São José de Mipibu e Apodi foram alguns destes aldeamentos. Os índios acostumados a uma vida livre, foram obrigados a trabalhar arduamente em pequenas áreas sob vigilância severa. *E começaram a diminuir, ate desaparecerem.* Só restam alguns Potiguares, atualmente, em Baía da Traição na Paraíba. (SAMPAIO *et al.*, 1973, p. 14, grifos nossos).

Como apontado pelas autoras, os aldeamentos impuseram realidades completamente distintas das vividas pelos povos nativos, obrigando-os a abandonarem suas línguas maternas em detrimento da língua portuguesa; utilizando sobrenomes portugueses; forçados a habitarem em moradias nucleares e nas Vilas, coagidos a conviverem

com outras etnias numa mesma localidade de moradia; compelidos ao casamento misto; sujeitados a educação e conversão; violentados por meio do trabalho compulsório para os colonos (LOPES, F., 2017, p. 223-224). Esse conjunto de fatores contribuiu de maneira significativa para a destruição de suas culturas.

O trágico fim dos indígenas é tratado num tom de desalento, mas também de forma eufórica, brada-se a etnia Potiguara:

Contristada, Dora falou: - Que pena acabaram-se os índios do Rio Grande do Norte. Paulo ergueu-se e, veementemente, interrompeu: - Acabaram-se não, priminha, porque a história da vida deles em nossa terra será sempre lembrada, nos nomes - Caicó, Mouxorós ou Monxorós, Açú, Janduís e outros. E quando queremos dizer que somos do Rio Grande do Norte, que dizemos? E as crianças disseram em coro: - Potiguares. (SAMPAIO *et al.*, 1973, p. 14-15).

Segundo as autoras, os indígenas ainda que exterminados, continuam vivos e como homenagem póstuma, ao menos seus nomes serão lembrados como toponímias de cidades, ruas e em especial, o gentílico dos nascidos em terras norte-rio-grandenses.

Para Homero Homem (1976), o desaparecimento dos indígenas está relacionado com os casamentos interétnicos entre os portugueses e os indígenas, no que ele nomeou de mestiçagem:

A partir do século XVIII, os cruzamentos dos portugueses com os africanos passaram a predominar, porque a mestiçagem dos portugueses com os indígenas diminuía na proporção direta em que os silvícolas iam sendo dizimados por sucessivas epidemias e guerras de destruição.

[...]

Com a colonização acabou a região povoada de mestiços - mulatos, caboclos, crioulos, mamelucos etc. (HOMEM, 1976, p. 10, 25).

Voltemos mais uma vez a tese da professora Fátima Lopes (2005). Suas considerações acerca do processo de mestiçagem ocorrido no século XVIII no Rio Grande do Norte levantam apontamentos para compreendermos esse imbricado processo que ganhou contornos legais, geopolíticos e culturais

A mestiçagem, aparente na documentação colonial com muitas designações às vezes indefinidas, foi durante muito tempo tolerada na sociedade colonial, mas a partir de 1755, ela foi apoiada por lei, pelo menos aquela referente às uniões entre índios e brancos. A Lei de 4 de abril de 1755, concedia privilégios aos colonos que casassem com índios e a garantia de que não estavam cometendo “infâmia” alguma. [...]

O incentivo ao casamento misto tinha objetivos geopolíticos, para ampliar a presença de colonos luso-brasileiros nas áreas de fronteira, e culturais, para utilizar a estrutura familiar luso-brasileira como meio de “civilizar” os índios. (LOPES, F., 2005, p. 444).

O casamento e o concubinato, presentes deste o século XVI, tornaram-se formas importantes pelas quais os colonizadores firmaram sua presença entre os nativos. As uniões geralmente ocorriam entre homens brancos e mulheres índias, quase nunca sacramentadas pelo casamento católico, apesar dos esforços dos jesuítas (VAINFAS, 2010, p. 107). Para Homero Homem (1976, p. 25), ainda que com a catequese, desempenhada pelos jesuítas, esses não conseguiram “impedir o cruzamento de portugueses com as índias”.

Com o fim da ação missionária oficial e a criação do Diretório dos índios que secularizou a administração dos aldeamentos de índios na metade do século XVIII se

Tem início então uma política de mestiçagem entre índios e portugueses como forma de aumentar a população das fronteiras. Os índios se converteriam em súditos da Coroa, aculturados, assalariados e aptos para trabalhar ou desempenhar funções militares. (PORTO, 2001 p. 265).

Como já demonstramos, a mestiçagem, uma das teses do branqueamento na sociedade brasileira, provocou um aumento no número de pretos, caboclos, mestiços e pardos na população, conforme indicam a pesquisa de Fátima Lopes (2005, p. 443-444) e nos censos realizados em 1900, 1920, 1940, 1950 e 1980, que não individualizam a população indígena do país, classificando-os em outras categorias sociais.

Outras causas apontadas por Homero Homem (1976) para o desaparecimento dos “silvícolas” foram as epidemias e guerras de destruição. Quanto às epidemias, essa foi uma das três versões da historiografia clássica potiguar, apontadas por Fátima Lopes (2005, p. 26) para o desaparecimento dos indígenas, juntamente com as guerras, o assimilamento pela população nas vilas ou pelo retorno à vida errante, na qual não conseguiram sobreviver.

Diversas doenças infecciosas e parasitárias como varíola, sarampo, febre amarela, tuberculose, catapora, gripes, pneumonias e epidemias de bexigas dizimaram um número expressivo de indígenas durante os primeiros séculos da colonização portuguesa e contribuíram significativamente para a diminuição demográfica e desorganização social das populações nativas (CAVIGNAC, 2011, p. 215; ELIAS, 2005, p. 95; LOPES, F., 2005, p. 54, 402; PORTO, 2000, p. 99; MELATTI, 2014, p. 244-245).

Essa relação entre o fator biológico com o social (GOMES, 2018, p. 59), ou seja, as epidemias, essas enfermidades trazidas de fora do continente americano que não encontraram resistência entre os nativos, uma vez que eram desconhecidas, em conjunto com as guerras de extermínio e escravização contra as populações indígenas provocaram o aniquilamento de aldeias inteiras.

Os professores Carlos Noronha e Aleuda Marinho (1991) no capítulo *Raças que contribuíram na Formação do Nosso Povo* trazem a seguinte conclusão sobre o desaparecimento dos indígenas:

1. Índios: Foram os primeiros habitantes do nosso estado. Hoje não existem mais indígenas no Rio Grande do Norte. Os

últimos índios potiguares vivem no município de Baía da Traição (Paraíba). 2. Brancos: Chegaram a partir do século XVI. Os brancos que colonizaram o Rio Grande do Norte eram na sua maioria, portugueses. 3. Negros: Chegaram a partir do século XVI e se fixaram, principalmente, nas regiões que produziam cana-de-açúcar como o vale do Ceará-Mirim e o litoral Sul. (MARINHO; NORONHA, 1991, p. 38).

O desaparecimento dos indígenas, reconhecidamente provocado também por um silenciamento presente no discurso oficial, inclusive em nossa historiografia clássica, é parte também de um discurso homogeneizador que residiu no imaginário da população potiguar e no senso comum, propagado pelas teorias raciais que levaram a um apagamento das diversidades étnicas dos povos indígenas, como se elas tivessem sido absorvidas harmoniosamente pelas outras “raças” branca e negra, encobrendo o massacre de milhares de índios (CAVIGNAC, 2011).

É de se notar um certo silenciamento, um apagamento dos povos indígenas nos livros didáticos pesquisados, como se esses não fizessem parte ativa do espaço e da cena histórica. Cavignac (2011, p. 209) explica que apesar da falta de dados empíricos consistentes, pode-se asseverar que as populações indígenas que povoaram a região do Rio Grande do Norte foram bastante numerosas, como exemplo, os Janduí, estimados em aproximadamente 20.000, em 1692.

Manoel Ferreira Nobre (1971, p. 46), em sua *Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte* assevera que na localidade onde hoje é o município de São José do Mipibu “foi uma pequena aldeia de índios, os quais, pouco a pouco, se dispersaram e se confundiram com a população civilizada”, reconhecendo o processo de miscigenação ocorrido entre os nativos, negros e europeus. Essas aldeias localizadas em São José do Mipibu eram formadas basicamente pelos Potiguara, mas haviam elementos de diversos grupos de outras etnias como Tarairiu e Gê, que habitavam os sertões e foram aldeados nas Missões do litoral (LOPES, F., 2005).

O historiador Medeiros Filho afirma que os Recenseamentos Gerais do Brasil não contemplavam os índios, sugerindo que tenham sido incluídos no rol dos “pardos”. Para ele, os indígenas participaram ativamente em todos os setores da vida no período colonial e provincial, nos séculos XVI até meados do século XIX, quando

Começaram a rarear, e depois sobejaram unicamente na etnia os seus caracteres antropológicos, espocando aqui e ali numa constante afirmativa da eterna e irreversível lei de Mendel. (MEDEIROS, 1973, p. 73).

Esse levantamento populacional dos indígenas é assunto deveras controverso, tanto a nível nacional (CUNHA, 1992, p. 14; SILVA, Aracy; GRUPIONI, 1995, p. 66; MAHER, 2006, p. 12; GOMES, 2018, p. 17; MELATTI, 2014, p. 44-47; BANIWA, 2006, p. 17), quanto a nível local como detalharemos a seguir: Vicente Lemos na obra *Capitães Mores e Governadores do Rio Grande* (1912), aponta que por volta do ano de 1613, “contava a capitania com dezesseis pequenas aldeias de índios mal governados e inquietos, carecendo de capitães e sacerdotes para mantê-los e doutriná-los” (LEMOS, 1912, p. 10). Já em 1627, havia na capitania cinco a seis aldeias, que, reunidas, “podiam contar 700 a 750 índios flecheiros, e a principal dellas era chamada Mopibú, situada a sete milhas ao sul de Natal” (LEMOS, 1912, p. 15).

Os números quanto à quantidade de indígenas nos primeiros anos da colonização do Rio Grande do Norte são muito díspares, exemplo disso são os apontamentos do Historiador Tarcísio Medeiros, que no ano de 1607 “calcula pessimistamente seis mil almas. Era a massa conhecida pelo jesuíta, registrador. Para o sertão bruto, insabido, ainda viviam milhares de indígenas ignorados.” (MEDEIROS, 1985, p. 90)

Já na obra *História do Rio Grande do Norte* (1984), Câmara Cascudo relata que os primeiros anos da Capitania do Rio Grande do Norte, após a construção do Forte dos Reis Magos (1598) e da fundação da Cidade do Natal (1599) são semidesconhecidos. Segundo

o historiador, ao referendar o livro de “aventuras e sofrimentos” de Anthony Knivet, marinheiro do corsário Thomas Cavendish, do qual consta informação “curiosa e fantástica” sobre sua passagem pelo Rio Grande por ocasião de combater a “indiada revoltada” que ao lado de Mascarenhas Homem costurou um tratado de paz, estimou a população de indígenas em 40 mil nativos (CASCUDO, 1984, p. 57).

Pedro Rebouças de Moura, no livro *Fatos da História do Rio Grande do Norte* (1986), assinala que na Capitania no ano de 1607 existiam “sete ou oito aldeias e uns seis mil índios, visitados por dois jesuítas” (MOURA, 1986, p. 79).

Podemos deduzir que a população indígena no Rio Grande do Norte possuía um quantitativo considerável, tanto que foram necessários reforços militares e eclesiásticos de outras capitanias para acalmar os ânimos. Em igual passo, como exposto, historiadores possuem divergências quanto ao número aproximado dos nativos que habitavam as terras potiguares.

Se nos primeiros séculos da colonização portuguesa o número de indígenas que habitavam o Rio Grande do Norte era difícil de precisar, é de se frisar que após os massacres e genocídios, no início do século XXI, de acordo com dados oficiais⁴⁴, apenas o Rio Grande do Norte, Piauí e Distrito Federal não possuíam comunidades indígenas reconhecidas. Ou seja, os indígenas também foram protagonistas de nossa história, nos legando uma série de costumes, práticas agrícolas, alimentação, vestuário, linguagem, plantas medicinais, folclore, danças entre outras heranças culturais, sociais e religiosas, mas, acima de tudo, enquanto nascidos no Rio Grande do Norte, nos legou o gentílico Potiguar, herança maior dos nossos antepassados indígenas que lutaram bravamente, mas também mantiveram relações amistosas com os colonizadores europeus.

⁴⁴ Ver FREITAS, 2010, p. 164; CAVIGNAC, 2011, p. 209-210; SILVA, Aracy; GRUPIONI, 1995. p. 264-265.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas que tomam como objeto de estudo os livros didáticos de História do Rio Grande do Norte ainda estão nos primeiros passos, em que pese termos localizado livros da década de 1950, quase nenhum estudo, seja em nível de graduação ou pós-graduação, se utilizam dessa fonte de pesquisa, emergindo uma ou outra monografia de conclusão de graduação ou artigos publicados em anais e sites, conforme apontamos no primeiro capítulo, de igual maneira, a temática indígena nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte ainda carece de muitos estudos e pesquisas, obstante a aprovação da Lei nº 11.645/08, que tornou obrigatório, no currículo da educação básica, o estudo da história e da cultura indígena. De igual maneira, a organização, catalogação e guarda dos livros didáticos, essa inesgotável fonte de pesquisa, continua sendo pouco valorizada, algo para ser utilizado durante o ano letivo e logo em seguida, descartado.

Na introdução apontamos a dificuldade de localização do nosso corpo documental, revelando o martírio para encontrá-los. Da mesma forma, ficou evidente a forma como os livros estão espalhados, muitas vezes mal acondicionados, “escondidos” em prateleiras de livros paradidáticos ou de literatura de autores potiguares.

Por outro lado, a pesquisa revelou que há um acervo substancial de livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, do qual trazemos à tona 11 obras, mas que durante o levantamento das fontes conseguimos localizar mais seis livros, que infelizmente não tivemos acesso, sendo eles: *Lições de Geografia, Corografia e História do Rio Grande do Norte* (1957?) do professor Filgueira Sampaio, *Estudos sociais - Rio Grande do Norte* (1985), de Francisco C. Sampaio/Ana, *Estudos Sociais – Rio Grande do Norte* (1985) e *Ciranda do Saber (estudos sociais) vamos conhecer o Rio Grande do Norte* (1988) da escritora Déborah Neves, *Nosso estado no Brasil - Rio Grande do Norte*

(1987), da professora Solange Maria de Magalhães e outras autoras e *Nosso estado no Brasil - Rio Grande do Norte* (1988), da professora Maria Aparecida Queiroz.

Nesse sentido, se demonstrou relevante entender o lugar social de fala de cada um dos 16 autores dos livros didáticos, demonstrando a importância do Atheneu Norte Rio-grandense de onde escreveram autores como Clementino Câmara, Antônio Fagundes e Rômulo Wanderley, que mantinham forte relação profissional com a escola, destacando em suas obras que faziam parte dessa secular instituição cultural, um dos baluartes da educação potiguar que manteve diálogos constantes com a sociedade, formando gerações de intelectuais, políticos, artistas e profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

Outros dois lugares que traziam reconhecimento social, intelectual e cultural para os autores eram o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, espaços privilegiados da produção literária, onde aconteciam conferências, seminários e debates sobre a cultura letrada local, mas que também produziam conhecimento memorialístico, patrimonial, histórico e de questões relativas à educação, com mais ênfase pelo IHGRN. É do seio de seus membros que autores como Clementino Câmara, Antônio Fagundes, Rômulo Wanderley, Homero Homem, Murilo Melo e Carlos Noronha escrevem livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, tendo como amparo intelectual o Instituto, e da ANRL, escritores como Clementino Câmara, Rômulo Wanderley e Murilo Melo.

A Escola Normal – atual Instituto Kennedy – mantém até o presente momento uma estreita relação com a implementação da instrução pública primária no Rio Grande do Norte, sendo responsável pela formação de professores que atuam na instrução da infância nas mais diversas escolas do Estado. Desse espaço, lugar comum para autores de livros didáticos, como as professoras Iane de Paula, Zilda do Rêgo, Maria Sampaio, Maria Soares e Concessa Figueiredo, uma

vez que são os próprios professores, profissionais do ensino, envolvidos diretamente com as atividades didáticas em sala de aula e que produzem diuturnamente materiais pedagógicos para os alunos um dos principais responsáveis pela produção dos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte.

A maior instituição científica e cultural do Estado abrigou considerável parte da intelectualidade potiguar. Lugar do saber, do conhecimento, da política e da cultura potiguar, a UFRN foi o berço de muitos autores de livros didáticos, dos quais destacamos em nossa pesquisa Maria de Queiroz, Aleuda Marinho e Marlúcia Brandão. Por outro lado, localizada inicialmente em Mossoró, a UERN, a exemplo da UFRN, disseminou o conhecimento científico pela região oeste do Estado, responsável pela formação de uma infinidade de profissionais, sendo o lugar de fala de duas professoras que produziram livros didáticos, Maria Castro e Raimunda Almeida. Como podemos notar, a esmagadora maioria dos autores tinha relação com a educação, com exceção dos jornalistas Murilo Melo e Homero Homem.

O primeiro capítulo demonstrou também que os livros didáticos foram pensados e produzidos por autores potiguares, diferente do que ocorria com outras unidades da federação, onde os livros de História eram concebidos e impressos no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Outro ponto que mereceu destaque no primeiro capítulo é a presença marcante das mulheres como autoras de livros didáticos no Rio Grande do Norte com dez representantes, frente aos seis autores do gênero masculino. Esse protagonismo feminino literário em terras potiguares tem suas raízes ainda no século XIX, se revelando em diferentes facetas, de modo que a produção de livros didáticos de História do Rio Grande do Norte foi encarada aqui como mais uma dessas atividades intelectuais para a formação da cultura letrada em terras potiguares, em que pese os primeiros autores de livros didáticos serem homens: Antônio Fagundes, Clementino Câmara, Rômulo Wanderley, a partir da obra *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (1971), das professoras Iane Freire e Maria Queiroz, e *Terra*

Potiguar (1973), livro coordenado por Zilda Lopes e que contou com a participação de mais três professoras, a mulher assume papel relevante na produção didática de livros de História do Rio Grande do Norte, em grande medida por sua formação na Escola Normal e posteriormente pela presença expressiva nas Faculdades e Universidades por meio das licenciaturas.

De uma forma sintética, o primeiro capítulo nos ajudou a entender que os distintos lugares sociais que os autores escreveram suas obras guardavam em si características comuns, como o fato de estarem intimamente relacionados com a educação, seja diretamente, como o Atheneu, Escola Normal, UFRN e UERN, sejam por meio de instituições culturais que mantêm atividades educacionais, como o IHGRN e a ANRL.

Nesse sentido, essas instituições culturais e educacionais foram responsáveis pela formação cultural e escolar de diferentes gerações de alunos, de modo que os discursos sobre os indígenas produzidos pelos escritores que estiveram amparados intelectualmente por esses espaços do conhecimento e do saber, trouxeram repercussões – geralmente negativas – perpetuando na sociedade, e em especial, na comunidade escolar, por meio das imagens pictóricas e textuais presentes nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, de que os indígenas eram seres selvagens, bárbaros e primitivos, consequentemente, fadados a morte, ao desaparecimento, sendo silenciados ou relegados ao segundo plano na história.

No segundo capítulo, realizamos um inventário do nosso corpo documental, de modo que o levantamento procedido, ainda que inicial, possa contribuir para tornar mais acessível essa produção dos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, bem como subsidiar outros pesquisadores que o tenham como objeto de estudo, temática ou abordagem.

A descrição das fontes nos revelou que ao longo dos anos – de 1952 até 1994 – os livros didáticos sofreram transformações na sua materialidade, desde o seu formato, tamanho, capas, número de páginas, ilustrações, cores entre outros aspectos. Pudemos observar que a experiência

indígena teve sua presença ampliada nos livros didáticos, acompanhando as transformações ocorridas na materialidade dos livros pesquisados, principalmente se compararmos o espaço destinado, seja nos capítulos/unidades, exercícios propostos ou no conteúdo em si, nos primeiros livros da pesquisa e os quatro últimos, havendo um crescimento na inserção de temas e abordagens relacionados aos povos nativos.

Nesse sentido, nos chamou atenção o fato de que uma das principais características dos atuais livros didáticos é a presença de exercícios e atividades. Tal componente pedagógico pode ser encontrado na maioria dos livros objetos de nossa pesquisa, com exceção de cinco obras: *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), do professor Clementino Câmara; *Nosso Estado: Rio Grande do Norte* (1971), das autoras Iane Freire de Paula e Maria Aparecida de Queiroz; *Terra Potiguar* (1973), terceiro volume da Coleção Didática de Autores Nordestinos, destinado à terceira série da escola primária, obra coletiva das professoras Maria Alexandrina, Maria das Neves Queiroz, Concessa Cunha e organizado por Zilda Lopes; e as obras dos jornalistas Homero Homem e Murilo Melo Filho, intitulados respectivamente de *Rio Grande do Norte* (1976) e *O nosso Rio Grande do Norte* (1993).

Outro componente didático encontrado nas obras pesquisadas foi a fotografia, que estava presente em mais da metade nosso corpo documental, entretanto, quatro livros não contavam com esse recurso, devido principalmente a fatores econômicos, uma vez que o uso de fotografias e imagens encareciam o preço final dos livros. Os seguintes livros não fizeram uso das fotografias: *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967), do professor Antônio Fagundes; *Terra Potiguar* (1973), organizado por Zilda Lopes; *Rio Grande do Norte: Nossa gente... Nossa história* (1993, 1994), organizado em dois volumes, o primeiro *Da civilização indígena à expulsão dos holandeses* (1993), e o segundo volume, *Da recolonização da Capitania do Rio Grande do Norte ao Golpe de 1930* (1994), de autoria da professora Marlúcia Brandão.

Um recurso importante para o ensino da História é o uso de mapas, auxiliando os alunos a entenderem as relações sociais e as relações entre os homens e a natureza, de forma que possam conhecer melhor o lugar em que vivem, sendo capazes de se localizarem no espaço e se reconhecerem enquanto partícipes do país, estado e cidade que residem. Dentre os livros pesquisados, apenas dois livros não puderam contar com esse recurso didático: *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952) do professor Clementino Câmara e *Rio Grande do Norte: leitura para o terceiro ano primário* (1967), do professor Antônio Fagundes.

Outra conclusão que o segundo capítulo nos permitiu chegar é de que os livros didáticos pensados por escritores potiguares foram editados fora do Estado, dos onze livros, quatro foram produzidos no Rio Grande do Norte, e sete em outras cidades, dois em João Pessoa, dois em São Paulo e três no Rio de Janeiro.

Quanto ao grau de ensino para os quais os livros foram destinados, a pesquisa apontou que a maior quantidade foram destinados ao ensino fundamental, num total de dez publicações, seguidos de apenas um livro com indicações para o ensino fundamental e médio, qual seja, o *Noções de Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1967) de Rômulo Wanderley e outro para o ensino superior, do professor Clementino Câmara, *Geografia e História do Rio Grande do Norte* (1952), destinado aos estudantes da antiga Escola Normal de Natal.

Um ponto que se demonstrou importante em relação aos 11 livros analisados foi a construção gráfica das capas, que muito além de proteger as demais folhas, procurou também identificar a obra, sua autoria, editora e edição. Entretanto, essa primeira página dos livros didáticos, geralmente num papel mais encorpado, estão repletas de imagens, mapas, cores e procura cada vez mais ter um papel apelativo como propaganda, numa espécie de convite ao leitor para se conhecer o livro.

Dos onze livros, seis apresentaram imagens do Forte dos Reis Magos, visto como um ícone da cidade e da própria história do Rio

Grande do Norte, uma vez que foi testemunha por mais de quatro séculos de inúmeros acontecimentos, participando, assim, na construção de uma identidade espacial local, enquanto monumento que foi erguido para conquista e proteção das terras do que viria a ser o Rio Grande do Norte, razão pela qual uma parte considerável dos autores dos livros didáticos ora pesquisados o tomou como símbolo da memória patrimonial potiguar.

Nesse sentido, as imagens da Fortaleza veiculadas nos livros didáticos, em especial a constante na capa do livro da professora Marlúcia Galvão, a qual destacamos, nos dá um quadro romantizado e estereotipado do “encontro pacífico” entre os portugueses e os indígenas tendo ao fundo a Fortaleza dos Reis Magos, como no acordo de paz que foi celebrado entre os indígenas e os portugueses. O acordo acabou por formalizar a conquista e posteriormente a catequese dos nativos, tendo como palco primeiro, a Fortaleza dos Reis Magos, representando a proteção dos portugueses e a condenação de um infindável número de indígenas que foram mortos durante o processo colonizador.

O terceiro e último capítulo revelou um conjunto de representações sobre os indígenas, por meio de estereótipos – selvagens, primitivos, bárbaros; preconceitos – atrasados, inferiores, bandos; generalizações – compartilhavam a mesma crença, língua, etnia, cultura; retratados tão somente no período colonial, constituindo-se seres pertencentes ao passado, fadados ao desaparecimento e extermínio por meio dos genocídios.

Esse conjunto de representações também condenou as populações indígenas a figurarem nos livros didáticos apenas como coadjuvantes e num plano secundário, não considerando seu papel enquanto atores históricos que se relacionaram de distintas maneiras com o sistema colonial português.

A questão do desaparecimento dos indígenas, bastante difundida nos livros pesquisados é reflexo, em certa medida, das imagens construídas pela historiografia clássica do Rio Grande

do Norte, principalmente nos livros de síntese histórica sobre o estado - que são amplamente citados nas bibliografias dos livros didáticos, incorporando essa literatura na construção do texto escolar - como nas obras de Câmara Cascudo, Tavares de Lyra, Rocha Pombo, Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros, posto que esses textos tratam muito superficialmente dos indígenas, limitando, por vezes, a localizar e identificar algumas etnias nos primeiros anos da colonização portuguesa.

Nesse sentido, os livros analisados guardam em si algumas características comuns. Primeiramente as representações contidas nas obras, via de regra, tratam o índio de forma muito genérica, reconhecendo apenas duas etnias, os potiguara, habitantes do litoral, e os tapuia, habitantes do interior, de modo que a pluralidade das identidades étnicas fica de certo modo apagada, mitigada, silenciada.

Num segundo ponto, destacamos que há muitas representações do índio enquanto exótico, bárbaro, primitivo, selvagem apresentado por diferenças em sinais diacríticos muito específicos e descontextualizados culturalmente, como no tratamento dado à temática dos “descobrimentos” nos remetendo a uma ordem de significação que corresponde ao imaginário europeu do século XV, para o qual a América, habitada por povos *bárbaros*, deveria transformar-se em um “Novo Mundo”. Nela, os descobridores e colonizadores deveriam implantar todos os padrões básicos da cultura europeia, soterrando definitivamente a barbárie.

Como terceira característica, identificamos que os autores dos livros didáticos tem uma visão um tanto quanto romântica do índio, vinculando-o à ideia do bom selvagem, apresentando-o, sempre num passado distante, como uma figura ambígua, retratado por vezes como um herói – Índio Felipe Camarão – que deveria ser enaltecido ou como perdedor, delegando-o homenagens póstumas, como nas toponímias e no gentílico potiguar.

Por último, observamos representações do índio enquanto fugaz, anunciando um fim inexorável, sejam pelo extermínio físico

ou por processos de assimilação, miscigenação e aculturação à sociedade potiguar. Neste sentido, o genocídio torna-se uma forma de narrativa desses povos conforme analisamos nos apropriando das ideias de Santiago Junior (2020).

Espera-se, por derradeiro, que o trabalho se apresente como uma ferramenta capaz de estimular novas pesquisas, bem como proporcionar uma reflexão mais crítica sobre a história e o legado das populações indígenas no espaço escolar e no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

1) LIVROS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDRADE, Juliana Alves de; ALVES DA SILVA, Tarcísio Augusto (orgs.). **O ensino da temática indígena**: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife: Edições Rascunhos, 2017.
- AMADO, Janaina. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. *In*: SILVA, Marco A. (coord.). **República em migalhas história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 8-13.
- ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. As identidades da cidade. *In*: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; VIANA, Hélder do Nascimento (orgs.) **Cidade e diversidade**: itinerários para a produção de materiais didáticos em História. Natal: EDUFRRN, 2012.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil**: comemorar, celebrar, refletir. Bauru: EDUSC, 1999.
- ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo. **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRRN, 2017.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006.
- BARRETO, Anna Maria Cascudo. **Mulheres especiais**. São Paulo: Global, 2003.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação – Série ensino fundamental).

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Repensando o ensino).
- AQUINO, Luciene Chaves. **A institucionalização e o desenvolvimento da Escola Normal de Natal (1908-1938)**. Natal: EDUFRN, 2019.
- ARAÚJO, Ana Valéria. *et al.* **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BARBOSA, Luciano César Bezerra. Ícones urbanos na cidade de Natal [recurso eletrônico]: arquitetura e desenvolvimento urbano na cidade do sol e mar. Natal, RN: EDUFRN, 2018.
- BRITO, Anderson Dantas da Silva; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de; PEIXOTO, Renato Amado. **Corografia e produção espaço-identitária do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: Ideia, 2018.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. *In*: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (coord.) **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 17-34
- CÂMARA, Amphilóquio. **Scenários Norte-Riograndenses**: 1923. Natal: Sebo Vermelho, 2016.
- CÂMARA, Clementino. **Décadas**. Natal: EDUFRN, 2018.
- CÂMARA, Leide. **Memória Acadêmica**: Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Natal: IFRN, 2017.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático de História Regional: um convidado ausente. *In*: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **O livro didático de História**: políticas educacionais, pesquisa e ensino. Natal: EDUFRN, 2007.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? *In*: OLIVEIRA, M. M. D. **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino v. 21)
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1955.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

- CAVIGNAC, Julie. **Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte.** In: CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin; CAVIGNAC, Julie. **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades.** Natal: EDUFRN, 2011. p. 209-210.
- CAVIGNAC, Julie e ALVEAL, Carmen. **Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte.** Natal: Flor do Sal, 2019.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.
- CLAVAL, P. **A geografia cultural.** 3. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.
- CUNHA LIMA, Diógenes. **Natal: biografia de uma cidade.** Rio de Janeiro: Lido, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DANTAS, Eugênia; BURITI, Iranilson. **Metodologia do ensino e da pesquisa: caminhos de investigação.** João Pessoa: Idéia, 2008.
- DAVEIS, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de História e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 2009.
- DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção Local-1905-1930.** João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.
- FAGUNDES, Antônio. **Leituras Potyguares.** Natal: Sebo Vermelho Edições, 2009.
- FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação: a História dos dominados em todo o mundo.** São Paulo: IBRASA, 1983.
- FREITAS, Itamar de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: FREITAS, Itamar de. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações.** Natal: EDUFRN, 2009a.
- FREITAS, Itamar de. (org.). **História regional para a escolarização básica no Brasil: livro didático em questão (2006/2009).** São Cristóvão: Editora UFS, 2009b.
- FREITAS, Itamar de. A experiência indígena no ensino de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de *et al.* (coord.). **História: Ensino Fundamental.**

- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 212 p. p. 164. (Coleção Explorando o Ensino, v. 21).
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2011.
- FERNANDES, Saul Estevam. **O (In) imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920)**. Natal: IFRN, 2016.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru: EDUSC, 2004.
- GRUPIONI, Donisete Benzi. *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2018.
- GUELF, Wanirley Pedroso; FUECKNER, Cleusa Maria; FERNANDES, Maria Julia. **A avaliação e temática indígena nas séries iniciais**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.
- HANSEN, Patrícia Santos. **Feições & fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- LAJOLO, Regina Zilberman Marisa. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEMO, Vicente. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1598-1697)**. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio de Rodrigues, 1912. v. 1.
- LEMO, Vicente; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1701-1822)**. Natal: Tip CERN: IHGRN, 1980. v. 2.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **A temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/UNESCO, 1995. p. 407-424

- LIMA, Marta Margarida Andrade. A cultura local e a formação para a cidadania nos Livros Didáticos Regionais de História. *In*: LIMA, Marta Margarida Andrade. **O livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.
- LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.
- LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.
- LOPES, Fátima Martins. História Indígena e Historiografia do Rio Grande do Norte Colonial. *In*: ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo. **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2016. p. 197-246.
- LOPES, Fátima Martins. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o acervo histórico colonial: os Termos de Vereação. *In*: PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues; VASQUES, Márcia Severina (orgs.) **Fontes Históricas**. Natal: EDUFRN, 2016.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no Sertão do Rio Grande do Norte: História e mestiçagens**. Natal, EDUFRN, 2011.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Educação pela cidade: Aprendendo com o Patrimônio e a Memória Urbana. *In*: ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo. **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017. p. 82-106.
- MAHER, Terezinha Machado; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. *In*: **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Unesco, 2006. (Coleção Educação para todos).
- MARIZ, Marlene da Silva; TOLKMITT, Valda Marcelino. **Para conhecer a História do Rio Grande do Norte**. Curitiba: Base, 2005.
- MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. *In*: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 263-281.
- MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Ed. Imprensa Universitária, 1973.

- MEDEIROS, Tarcísio. **Proto-história do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1985.
- MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- MELO, Veríssimo de. **Patronos e Acadêmicos**: Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, antologia e biografia. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974.
- MELO, Veríssimo de; CALADO, Carmem. **Síntese Cronológica da UFRN 1958/2017**. Natal: EDUFRN, 2019.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; MORAIS, Janaina Silva de. Antônio Fagundes, O Mestre. In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de (orgs.) **Histórias de ensino no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2017. v. 2.
- MORAIS, Regis de (org.). **Sala de aula**: Que espaço é esse? 6. ed. Campinas: Papyrus, 1993.
- MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MOURA, Pedro. **A Fortaleza dos Reis Magos e a Capitania do Rio Grande - Roteiro**. Natal: Fundação José Augusto, 1978.
- NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. **A escola normal de Natal**: Rio Grande do Norte, 1908-1971. Natal: IFRN, 2018.
- NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.
- QUEIROZ, Geraldo. **Geringonça do Nordeste**: a fala proibida do povo. Natal: Clima, 1989.
- ONOFRE JÚNIOR, Manoel. **Contistas Potiguares**. Natal: Sebo Vermelho, 2003. p. 114-117.
- ONOFRE JÚNIOR, Manoel. **Breviário da cidade do Natal**. Natal: Clima, 1984.
- ONOFRE JÚNIOR, Manoel. **Ficcionistas Potiguares: biografia e crítica**. Natal: Offset Gráfica e Editora Ltda, 2010.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/ Museu Nacional, 2006.

- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Livros didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural. *In*: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFURN, 2009. p. 79-87.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Ensino de História: (des)caminhos na construção de um objeto de pesquisa. *In*: SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta (org.). **Ensino de História, memória e culturas**. Curitiba: Editora CRV, 2013. p. 229-244. v. 1.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. *In*: SILVA, Aracy Lopes da; GOUPIONI, Luis Domizete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- PAIXÃO, Fernando (coord.). **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995. Edição comemorativa dos 30 anos da Editora Ática.
- PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues; VASQUES, Márcia Severina (orgs.) **Fontes Históricas**. Natal: EDUFURN, 2016.
- POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFURN, 2018.
- QUEIROZ, Geraldo. **Geringonça do Nordeste: a fala proibida do povo**. Natal: Clima, 1989.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **A temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.
- SILVA, Marcos A. da (org.). **República em migalhas - História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- SISS, Ahyas; MONTEIRO, Aloisio Jorge de Jesus (orgs.). **Educação, cultura e relações interétnicas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de História através dos livros didáticos de História. *In*: OLIVEIRA, Margarida M^a Dias de (org.). **Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal: EDUFURN, 2008.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira; OLIVEIRA NETA, Olívia Morais de (orgs.). **Histórias de ensinamentos no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 2016. v. 1.

- SOARES, Antônio. **Notas de História (Obra póstuma)**. Natal: Fundação José Augusto, 1985.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.
- SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2005.
- TELLES, Norma Abreu. **Cartografia Brasília ou esta História está mal contada**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- TODOROV, Tzvetan, **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebelião no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. São Paulo: DP&A, 1998.

2) MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

- ANDERSON, Gabrelon. **O território do Brasil e os brasileiros dos livros didáticos de Geografia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.
- ANDRADE, Maria Edgleuma de. **Política de expansão da UERN: oferta e qualidade da educação superior**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- AQUINO, Luciene Chaves de. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades de formação**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República**. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

- BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. **Atheneu Norte Rio-grandense: práticas culturais e formação de uma identidade (1834-1924)**. Tese de Doutorado. Universidade Pontifícia Católica (PUC)/SP. São Paulo, 2000.
- BORBA, Adriana Carla de Azevedo. **Da Promessa à realidade: a Cidade Potiguar do século XIX a partir do olhar da elite**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- BOLIGIAN, Levon. **A cartografia nos livros didáticos e programas oficiais no período de 1824 a 2002: contribuições para a história da Geografia escolar no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.
- BONZATTO, Eduardo Antônio. **A fonte da nação: a iconografia pátria do século XIX no livro didático de História do Brasil - o nacional e o regional (1960-2000)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A casa da memória norte-rio-grandense”: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- GOMES NETO, João Maurício. **Entre a ausência declarada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Mendonça do Amarelão: Os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- LIMA, Gabriela Regina Caldeira Pereira. **O Tesouro dos mapas - A cartografia dos livros didáticos de geografia do ensino fundamental**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Programa de Pós Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

- LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade:** as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- ELIAS, Juliana Lopes. **Militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII:** caso Camarão. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande.** 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- MARINHO, Márcia Maria Fonseca. **Natal também civiliza-se:** sociabilidade, lazer e esporte na *Belle Époque* Natalense (1900-1930). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- MEDEIROS, Gilvan Lira de. *O GRUPEHQ e a Revista Maturi:* sua importância para as histórias em quadrinhos no Rio Grande do Norte. 2015. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. p. 21-26.
- MENEZES, Karla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte entre 1902 e 1907.** 1997. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores:** estudos de História Indígena e de Indigenismo. 2001. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MORAES, Didier Dominique Cerqueira Dias de. **Visualidade do livro didático no Brasil:** o design de capas e sua renovação nas décadas de 1970 e 1980. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MORAIS, Jean-Pierre Macedo Dantas de. **Um Rio Grande do Norte a ser ensinado: a trajetória do Ensino de História no Rio Grande do Norte (1892-1925).** 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos.** 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

- NEGREIROS, Armando. **Na companhia dos imortais**. Natal: A.S. Editores, 2003.
- NOVACK, Suelen Ramos. **O ensino da cartografia a partir das propostas de alfabetização cartográfica nos livros didáticos de geografia para os anos iniciais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- PEREIRA, Maria Gorete Nunes. **Potiguara de Sagi: da invisibilidade ao reconhecimento étnico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.
- PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas da Capitania do Rio Grande séculos XVI-XVIII: arcaicos e modernos**. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidad de Salamanca, Salamanca, 2001.
- POTIER, Leda Virgínia Belarmino Campêlo. **História para “ver” e entender o passado: cinema e livro didático no espaço escolar (2000-2008)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- PUNTONI, Pedro Luís. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. 1998. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- SALES NETO, Francisco Firmino. **Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria**. 2009. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- SANTOS, Diogo de Godoy. **Os índios em Raízes do Brasil (1936/1945) de Sérgio Buarque de Holanda: entre o “moderno” e o “nacional”**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SANTOS, Sarah Resende dos. **A história através dos mapas: análise da cartografia presente em livros didáticos e o diálogo entre Geografia e História**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- SILVA, Ana Luísa de Castro. **Maria Alexandrina Sampaio, a Educadora. 1925-1966**. 2015. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- SILVA, Cláudia M. Moreira da. **Em busca da realidade: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu-RN)**. 2007. Dissertação (Mestrado em

- Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- SILVA, Jacqueline Souza. **Instituto de Antropologia: um espaço para ciência no Rio Grande do Norte (1960-1973)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- SILVA, Katiane Martins Barbosa da. **Os usos e funções do ensino de História a partir da disciplina “Cultura do RN”**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- SILVA, Gildy-Cler Ferreira da. **“Nós, Os Potiguara do Catu”: emergência étnica e territorialização no Rio Grande do Norte (Século XXI)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.
- SOARES, Jandson Bernardo. **Espaço Escolar e Livro Didático de História no Brasil: A institucionalização de um modelo a partir do Programa Nacional do Livro Didático (1994 a 2014)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- VASCONCELOS, Myziara Miranda da Silva. **Povos Indígenas na Paraíba: prescrições legais e representações nos materiais didáticos da história local para o ensino fundamental (1996-2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- VIEIRA, Daniela Fonsêca. **As mudanças da educação no RN nos idos de 1950 e 1960: a prática de Lia Campos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

3) ARTIGOS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.
- BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara Barros. Atheneu - Locus de Desenvolvimento Cultural da Natal Republicana. *In: CONGRESSO*

- BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- CARLOS, Nara Lidiana S. D.; SILVA, José Richelly C. de L. E.; BRAZ, Andrielly K. D.; ROSA, C. F. S. P. N. Y.; LOPES, Fátima Martins. Considerações acerca das influências historiográficas locais nos livros didáticos de história do Rio Grande do Norte. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA*, 2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas, 2012. v. 3.
- CHERVEL, Andre. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, p.177-229, 1990.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação** (FAE/UFPel), Pelotas, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: Educação e Pesquisa. Tradução: Maria Adriana C. Cappello. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CORRÊA, Anderson R. Pereira. História Local e Micro-história: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 1, p. 13-29, 2012.
- FERNANDES, Luís. **Índios Célebres do Rio Grande do Norte – D. Antonio Philippe Camarão**. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal: Typographia d'O SECULO, v. II, n. 2, p. 139-238, 1904.
- IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Revista Estudos Avançados**, n. 6, p. 23-37, 1992.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- MEDEIROS, Tarcísio. Síntese Histórica da Educação no Rio Grande do Norte. Separata de: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, 1978.
- MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da Historiografia Norte-rio-grandense. *In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN*, 1., 2004, Natal. **Anais [...]**. Natal: EDUFRN, 2006.
- SILVA, Maria de Fatima de Carvalho; COSTA, Maria Luciana Bento da; LOPES, Telany Cristina; SANTOS, Rosenilson da Silva. História do Rio Grande do Norte no período Imperial no livro didático: abordagens, problemas e

ensino. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RN, 6., 2014, Assu. **Anais** [...]. Assu: EDUFRN. 2014. p. 913-920.

MUNAKATA, Kazumi. Livro Didático como indício da Cultura Escolar. **Hist. Educ. [online]**, v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.

4) LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS

- BRASIL. Decreto Lei nº 5540, de 2 de junho de 1943. Considera “Dia do Índio” a data de 19 de abril. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5540-2-junho-1943-415603-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- BRASIL. Lei nº 2.307, de 25 junho de 1958. Cria a Universidade do Rio Grande do Norte. Disponível em: < <https://www.ufrn.br/resources/documentos/estatuto/Estatuto-UFRN.pdf> > Acesso em: 23 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2011.
- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO ESTUDANTE. A nova escolha do livro didático/FAE. Rio de Janeiro: FAE, 1985.
- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO ESTUDANTE. Manual para indicação do livro didático - PNLD. Rio de Janeiro: FAE, 1986-1987.
- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO ESTUDANTE. Manual para indicação do livro didático - PNLD. Rio de Janeiro: FAE, 1987.
- INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Estatuto do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte. Natal. 2017. Disponível em: <<http://ihgrn.org.br/instituicao/estatuto>>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- MOSSORÓ. Lei nº 20/1968, de 28 de setembro de 1968. Transforma a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica em Fundação Universidade

Regional do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Disponível em: <http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-outrosdocumentos/arquivos/0069lei_de_criacao_da_fuurn.pdf> Acesso em: 25 ago. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. (1923) **Relatórios, Fallas e Mensagens dos Presidentes das Províncias do Rio Grande do Norte**. Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>. Acesso em 14 maio 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. (1924). **Regimento Interno das Escolas Isoladas do Estado**. Natal: Tipografia da República, 1924.

RIO GRANDE DO NORTE (1925). **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado**. Natal: Tipografia da República, 1925.

5) JORNAIS

DIÁRIO DE NATAL, 11 dez. 1951, s.p.

DIÁRIO DE NATAL, 10 jan. 1974, p. 11a.

DIÁRIO DE NATAL, 18 jan. 1973, p. 4a.

LIVROS recomendados pelo diretor... **O Poti**, Natal, 1 jan. 1957, p. 6.

